

ISSN: 1806-8405

# RBPG

**RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**

RBPG . Revista Brasileira de Pós-Graduação  
Volume 9, número 18, dezembro de 2012

A RBPG . Revista Brasileira de Pós-Graduação, editada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma publicação técnico-científica que se define como um veículo de difusão e debate de ideias, estudos e relatos de experiências sobre a pós-graduação. É também um espaço aberto à comunidade acadêmica para manifestar-se sobre temas relacionados com a formação de recursos humanos de alto nível. Divulga documentos oficiais de políticas para a educação superior, estudos e dados sobre a pós-graduação, discussões e comunicados de interesse da comunidade acadêmica e científica. Os artigos da RBPG estão indexados nos seguintes serviços e/ou publicações (Articles of RBPG are abstracted and indexed in): Academic Search Alumni Edition, Academic Search Complete, Academic Search Elite, Academic Search Premier, Fonte Academica, TOC Premier.

NOTA: Todos os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Agência. Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

#### **Conselho Editorial**

Ana Lúcia Gazzola - UFMG  
Carlos Ivan Simonsen Leal - FGV  
Carlos Roberto Jamil Cury - UFMG  
Cézar Zucco - UFSC  
Eloi de Souza Garcia - Inmetro  
Robert Evan Verhine - Ufba

#### **Comitê Científico**

Abílio Afonso Baeta Neves - UFRGS  
Adalberto Luis Val - Inpa  
Amado Luiz Cervo - UnB  
Antônio Carlos Lessa - UnB  
Benamy Turkienicz - UFRGS  
Boaventura de Sousa Santos - Universidade de Coimbra  
Eduardo H. Charreau - ANCEFN (Argentina)  
Fábio Rubio Scarano - UFRJ  
Hebe Vessuri - IVIC (Venezuela)  
Heitor Gurgulino de Souza - Unilegis  
Hélgio Trindade - Unila  
Jair de Jesus Mari - Unifesp  
Jesús Julio Castro Lamas - MES (Cuba)  
Liovando Marciano da Costa - UFV  
Lourival Domingos Possani Postay - Unam  
Luiz Edson Fachin - UFPR  
Pedro Dolabella Portella - BAM (Berlim, Alemanha)  
Pierre Jaisson - Cofecub (França)  
Thomas Maack - Cornell University (Nova York, EUA)  
Vahan Agopyan - USP

#### **Pareceristas *ad hoc***

Adelmo Inácio Bertolde - Ufes  
Adriana Marcondes Machado - USP  
Alberto do Amaral Júnior - USP  
Alvaro Santos Simões Junior - Unesp  
Arthur Fett-Neto - UFRGS  
Benjamin Abdala Júnior - USP  
Celso Fernandes Campilongo - USP  
Edson Zangiacomi Martinez - USP  
Fabio Akcelrud Durão - Unicamp  
Jeder Silveira Janotti Junior - Ufal  
Thais Luzia Colaço - UFSC  
Zilah Maria Callado Fadul Petersen - Ufpa/STM

#### **Editora**

Maria Isabel Lessa da Cunha Canto

#### **Editora – Assistente**

Daniella Maria Barandier Toscano

#### **Apoio Editorial**

Miriam Monteiro Carvalho

#### **Distribuição e Cadastro de Assinaturas**

Astrogildo Brasil

#### **Projeto Gráfico**

Igor Escalante Casenote

#### **Diagramação**

Helkton Gomes

#### **Impressão**

Neo Gráfica e Editora LTDA

#### **Revisão**

Editora Abaré

#### **Periodicidade**

Trimestral

#### **Tiragem**

2.000 exemplares  
ISSN: 1806-8405  
RBPG v. 9, n.18, p. 212, dezembro de 2012

#### **Endereço para correspondência**

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Setor Bancário Norte, Qd. 2, Bloco L, Lt. 06  
CEP: 70040-020 - Brasília, DF  
Caixa Postal 250  
E-mail: [rbpg@capex.gov.br](mailto:rbpg@capex.gov.br)  
URL: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/>

#### **Foto da Capa**

Embrapa Uva e Vinho, sede em Bento Gonçalves (RS), criada em 1975 como Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual. Possui duas estações experimentais, a de Fruticultura Temperada, em Vacaria (RS), e a de Viticultura Tropical, em Jales (SP). Desenvolve ações de pesquisa em vitivinicultura e fruteiras de clima temperado (maçã, pera, frutas de caroço e pequenas frutas).  
Crédito: Anelise Sulzbach. Direitos patrimoniais: Embrapa.

---

RBPG . Revista Brasileira de Pós-Graduação / v. 9, n. 18 (Dezembro, 2012) Brasília, Capes, 2012  
Trimestral

ISSN 1806-8405

---

1. Educação Superior 1. 1. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

---

# Sumário

Apresentação.....	585
Foto da Universidade do Vale do Paraíba – Univap.....	588
Editorial .....	591

## ESTUDOS

Foto da Universidade Federal de Lavras – Ufla .....	594
<b>Indicadores institucionais e a avaliação da pós-graduação</b> .....	597
Hélio Radke Bittencourt, Jorge Luis Nicolas Audy, Alziro César de Moraes Rodrigues e Alam de Oliveira Casartelli	

Foto da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp .....	616
---	-----

<b>Metodologia para a identificação de fatores que contribuem para a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação com base nas avaliações trienais da Capes</b> .....	619
Licínio Esmeraldo da Silva, Karin Soares Gonçalves Cunha e Eliane Pedra Dias	

Foto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM .....	636
--	-----

<b>O Qualis Periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação</b> .....	639
Maria Goretti de Lacerda Maciel e Ivan Rocha Neto	

## DEBATES

Foto da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro Paraná.....	660
<b>Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito</b> .....	663
Marcelo Dias Varella e Claudia Rosane Roesler	

Foto da Universidade de Pernambuco – UPE .....	702
--	-----

<b>Estudos pós-graduados e pesquisa em literatura: condições e necessidades</b> .....	705
Alamir Aquino Corrêa	

Foto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB .....	724
<b>Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel?.....</b>	<b>727</b>
Oswaldo Hajime Yamamoto, Emmanuel Zagury Tourinho, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos e Paulo Rogério Meira Menandro	
Foto da Universidade do Estado do Pará – Uepa .....	752
<b>Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis Periódicos e classificação de livros.....</b>	<b>755</b>
Gladis Massini-Cagliari	
Siglas, Termos e Expressões .....	779
Conselho Editorial .....	783
Comitê Científico .....	785
Normas para Colaborações.....	790

## Apresentação

A avaliação orientada e conduzida pela Diretoria de Avaliação/Capes, realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A avaliação, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como um instrumento fundamental para a indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

O SNPG mantém sua trajetória característica das últimas décadas, ou seja, incorporando a cada ano, em contínuo crescimento, novos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional. Em meados de 2012, o SNPG apresentava 3319 programas, que correspondem a 417 mestrados profissionais, 2925 mestrados e 1738 doutorados, nos quais estão envolvidos mais de 66 mil professores e orientadores. O número de alunos nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) é da ordem de 180 mil matriculados, na sua grande maioria em instituições públicas. Essa situação é diametralmente oposta à realidade da graduação, em que, crescentemente, é maior o número de alunos matriculados em cursos de instituições privadas.

Ao longo do tempo, a avaliação vem se aperfeiçoando, sempre com o objetivo de orientar a evolução de toda a pós-graduação e de cada curso em particular, antepondo-lhes metas e desafios que têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados na ciência, na tecnologia e na inovação no País.

São vários os indicadores que entram em apreciação em ciclo avaliativo, quando são analisados os quesitos: Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social, com desdobramento em vários itens.

Entre os quesitos, a produção intelectual e suas correlações com docentes e discentes é objeto de forte pontuação e, por via de con-

sequência, de grande impacto na atribuição de nota a um programa.

Esta edição da Revista Brasileira da Pós-Graduação, sem que tenha havido qualquer indução ou prévia definição, acabou por reunir diversos artigos que versam sobre a avaliação, notadamente sobre o quesito da produção intelectual. É ponto comum entre vários deles a análise crítica sobre os conceitos, as definições e as respectivas métricas na classificação de periódicos e livros, com predominância exemplificativa em áreas de conhecimento da denominada grande área das Humanidades.

As análises e proposições contidas nos artigos deste número da RBPG são, certamente, importantes contribuições para o necessário e permanente debate que a comunidade acadêmica precisa ter, participando assim na construção dos instrumentos conceituais e operativos da avaliação.

Livio Amaral  
Diretor da DAV/Capes

# RBPG

**RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**





Prédio da Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Paraíba (Univap), São José dos Campos, cuja obra foi concluída em 1957. O estilo arquitetônico segue linha racionalista e despojada, típica da arquitetura paulista de meados do século passado. Após várias reformas, em 1999, o edifício ganhou um moderno teatro/auditório que é ponto de encontro cultural, com várias atividades extracurriculares.  
Crédito: Luiz Madureira/Univap.





## Editorial

A RBPG propõe-se a ser um espaço de partilha de experiências e ideias sobre a pós-graduação brasileira. Por isso, tem tratado dos mais diversos temas, como os desafios para esse nível de ensino, a consolidação da avaliação, seus programas, o mestrado profissional, a criação e a ampliação do Portal de Periódicos e, recentemente, a articulação entre a pós-graduação e a educação básica. Nesse sentido, este número 18 vem reforçar essa trajetória e apresenta uma compilação de artigos submetidos de modo espontâneo sobre o processo de avaliação da pós-graduação no Brasil e temas conexos.

Em virtude do envio significativo de contribuições sobre a avaliação, esta edição é lançada para que o leitor e a comunidade possam apreciar discussões e propostas referentes ao próprio processo de avaliação, aos programas de pós-graduação e à produção científica. No contexto, a distribuição dos artigos ocorre da seguinte forma: três na seção Estudos e quatro na seção Debates.

Abrindo a seção *Estudos*, no primeiro artigo, **Indicadores institucionais e a avaliação da pós-graduação**, Bittencourt et al., ao constatarem a relevância da pós-graduação no Índice Geral de Cursos (IGC) – um indicador institucional que expressa de modo sintetizado a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação de uma instituição de ensino superior –, fazem a proposta de um novo indicador institucional específico para a pós-graduação *stricto sensu*, o IGC<sub>MD</sub>. Os autores consideram que “a proposição de indicadores complementares ao IGC pode trazer uma contribuição aos processos de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil”.

No segundo artigo, **Metodologia para a identificação de fatores que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação com base nas avaliações trienais da Capes**, Silva, Cunha e Dias apresentam um “método de identificação dos pontos fracos de um programa de pós-graduação nos quesitos e itens do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação”, com base na Análise de Pareto. A proposta objetiva estabelecer prioridades para a melhoria da qualidade de um programa de pós-graduação.

Maciel e Rocha Neto, no artigo intitulado **O Qualis Periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação**, demonstram que, a despeito de “a avaliação de qualidade das publicações resultantes dos programas de pós-graduação por meio do sistema Qualis” estar sendo criticada, coordenadores de programas de pós-graduação mostram-se favoráveis à continuação e ao aperfeiçoamento desse sistema, visto que o Qualis contribui tanto para a melhoria qualitativa da produção científica como para seu aumento quantitativo.

Na seção *Debates*, Varella e Roesler apresentam as **Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito**. Como o próprio título traduz, os autores analisam “a atual situação das metodologias de avaliação de publicações científicas em Direito no Brasil”, que, para eles, “revela um quadro perturbador da recente implantação de novas regras”. Diante do cenário, Varella e Roesler afirmam que as mudanças “significam um grande esforço de adaptação” e apresentam sugestões para o aperfeiçoamento do processo de avaliação.

Em seguida, Almir Aquino Corrêa trata do crescimento do estado da arte e de seu papel em **Estudos pós-graduados e pesquisa em literatura: condições e necessidades**. O autor, entre outras questões, discute sobre a forma de publicar e trata das revistas acadêmicas e dos mecanismos de avaliação. Corrêa, ao tempo em que provoca a reflexão, apresenta condições de trabalho e necessidades a serem atendidas para a melhoria nos programas de pós-graduação em literatura no Brasil.

No sexto artigo, intitulado **Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel?**, Yamamoto et al. tratam de como está sendo conduzido o processo de avaliação dos programas, de como está a produção científica nesse processo, e, entre outros pontos, apresentam uma proposta, desenvolvida pela área de Psicologia, para a aferição da qualidade da produção intelectual.

Em **Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis Periódicos e classificação de livros**, último artigo, Gladis Massini-Cagliari faz uma análise das métricas utilizadas no processo de avaliação

nas áreas de Ciências Humanas, com foco no Qualis (periódicos) e de livros – dois indicadores importantes na avaliação da produção científica. Para tanto, a autora apresenta comparações da distribuição de periódicos entre áreas e considerações sobre a classificação de livros.

Por fim, como o lançamento deste número 18 coincide com o encerramento de 2012, aproveitamos para agradecer a todos que contribuíram para os trabalhos da Revista neste ano – incluindo leitores, autores, equipe editorial e, particularmente, os pareceristas, membros do Conselho Editorial e do Comitê Científico e membros das comissões de análise e julgamento, por seu tempo e sua dedicação. Especiais agradecimentos seguem ao professor Robert Verhine, da Universidade Federal da Bahia, membro do Conselho Editorial, por seu constante apoio e atencioso trabalho de revisão e tradução.

Maria Isabel Lessa da Cunha Canto  
Editora

Daniella Maria Barandier Toscano  
Editora-Assistente

Prédio do Museu Bi Moreira da Universidade Federal de Lavras (Ufla), inaugurado em setembro de 1983 para abrigar o acervo de Sílvio do Amaral Moreira. A pedra fundamental da edificação foi lançada em 1920 pelos idealizadores da Escola Agrícola de Lavras, batizada de Pavilhão das Ciências. O prédio é patrimônio cultural da cidade e símbolo do sucesso da Universidade. Foto de Helder Tobias, Ascom/Ufla.









Indicadores institucionais e a avaliação da pós-graduação

Institutional indicators and the evaluation of graduate education

Indicadores institucionales y la evaluación del posgrado

Hélio Radke Bittencourt, doutor em Geografia pela UFRGS e professor da Faculdade de Matemática da PUCRS. Endereço: Av. Ipiranga, 6681, Prédio 30 – Bairro Partenon. CEP: 90619-900 – Porto Alegre, RS. Telefone: (51) 3320-3531. E-mail: heliorb@pucrs.br.

Jorge Luis Nicolas Audy, doutor em Administração pela UFRGS e pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUCRS. Endereço: Av. Ipiranga, 6681, Prédio 30 – Bairro Partenon. CEP: 90619-900 Porto Alegre, RS. Telefone: (51) 3320-3513. E-mail: audy@pucrs.br.

Alziro César de Moraes Rodrigues, doutor em Administração pela *École des Hautes Études Commerciales* (França) e assessor da Reitoria da PUCRS. Endereço: Av. Ipiranga, 6681, Prédio 30 – Bairro Partenon. CEP: 90619-900 – Porto Alegre, RS. Telefone: (51) 3320-3670. E-mail: rodrigues@pucrs.br.

Alam de Oliveira Casartelli, doutor em Comunicação Social pela PUCRS e professor da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS. Endereço: Av. Ipiranga, 6681, Prédio 30 – Bairro Partenon. CEP: 90619-900 – Porto Alegre, RS. Telefone: (51) 3320-3670. E-mail: alam@pucrs.br.

## Resumo

A educação brasileira tem sido objeto de um número crescente de avaliações em larga escala desde o nível básico até a pós-graduação. Dentre todos os processos atualmente em vigor, aquele que se encontra mais consolidado é o sistema de avaliação da Capes, cujos

conceitos passaram a compor, desde 2008, o Índice Geral de Cursos (IGC). Considerando a importância da pós-graduação na composição do IGC, e com base na análise dos componentes desse indicador, este artigo apresenta resultados e propõe a formulação de um novo indicador institucional de qualidade exclusivo para a pós-graduação *stricto sensu*. Essa proposição, inspirada no IGC, considera a quantidade de programas, o número de alunos matriculados e os conceitos Capes.

**Palavras-chave:** Avaliação de Pós-Graduação. Indicadores Institucionais. Ensino de Pós-Graduação. IGC.

### **Abstract**

Brazilian education has been evaluated in a growing number of large-scale assessments from basic to post-graduation levels. Currently, among all the processes in use, the evaluation system of Capes is the most consolidated, and its grades have composed the General Index for Programs (IGC) since 2008. Considering the importance of graduate studies in the composition of the IGC, and based on the analysis of this indicator, this paper proposes a formulation of new institutional indicators pertaining to graduate study. This proposition, inspired by the IGC, considers the number of programs and the quantity of students enrolled as well as the Capes grade.

**Keywords:** Evaluation of Graduate Programs. Institutional Indexes. Graduate Studies. IGC.

### **Resumen**

La educación brasileña ha sido objeto de un creciente número de evaluaciones a gran escala de la educación primaria al posgrado. Entre todos los procesos actualmente en marcha, el sistema que se encuentra más consolidado es la evaluación de la CAPES, cuyos conceptos pasaron a formar, desde 2008, el Índice General de Cursos (IGC). Teniendo en cuenta la importancia del posgrado en la composición del IGC, y con base

en el análisis de los componentes de este indicador, en este artículo se presentan los resultados y se propone la formulación de un nuevo indicador institucional de calidad exclusivo para el posgrado *stricto sensu*. Esta propuesta, inspirada en el IGC, considera la cantidad de programas, el número de alumnos matriculados y los conceptos CAPES.

**Palabras clave:** Evaluación del Posgrado. Indicadores Institucionales. Enseñanza de Posgrado. IGC.

## 1. Introdução

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação foi implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1976 e, desde então, tem sido utilizado para o acompanhamento da qualidade dos programas de pós-graduação no País. A responsabilidade pelo processo de avaliação é da Diretoria de Avaliação da Capes (DAV) e envolve uma estrutura composta por 47 áreas de conhecimento. O processo de avaliação baseia-se em uma estrutura composta por comitês de área, cujos avaliadores são membros da própria comunidade científica de cada uma das áreas de conhecimento. Nesse sentido, o processo de avaliação conduzido pela Capes possui uma significativa legitimidade junto à comunidade científica nacional, sendo que diversos aspectos relativos ao fomento dos programas de pós-graduação estão diretamente relacionados aos conceitos obtidos pelos cursos, independentemente da natureza jurídica da instituição.

Os cursos de graduação brasileiros, por sua vez, vêm sendo avaliados desde a instituição do Exame Nacional de Cursos, ou Provão, em 1996, pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep) (VIANNA, 2003). A atribuição de conceitos a cursos é, portanto, prática conhecida no contexto universitário e amplamente divulgada para a sociedade há 15 anos. Contudo, apenas a partir de 2007, o Inep passou a divulgar os indicadores institucionais, com a criação do Índice Geral de Cursos (IGC) e do Conceito Institucional (CI).

O IGC é um indicador institucional que procura expressar, de maneira sintetizada, a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação de uma instituição de ensino superior (INEP, 2008; BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009). Já o CI é definido a partir de visita *in loco* de avaliadores externos cadastrados no banco de avaliadores institucionais do Inep. O CI é estabelecido com base na análise das 10 dimensões propostas no instrumento de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Assim como o conceito IGC, o CI varia em uma escala de um a cinco e sua composição é definida a partir de diferentes pesos atribuídos às 10 dimensões. Conforme a Resolução n° 03/2010 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010), tanto o IGC como o CI estão sendo considerados para o credenciamento e credenciamento de instituições.

Em relação à visibilidade nos meios de comunicação, o IGC é largamente mais difundido que o CI, visto que a divulgação dos resultados dá-se em um único momento. Já os CIs vão sendo conhecidos à medida que as avaliações são conduzidas. Uma consulta realizada em março de 2011 no sistema e-MEC (MEC, 2011) revela que apenas metade das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras conhece o seu conceito institucional. Em relação ao IGC, essa proporção é maior, dado que em mais de 70% das instituições o IGC já foi calculado. Na terceira edição desse índice, divulgada em janeiro de 2011, foi atribuído conceito a um total de 1.792 IES, sendo 179 universidades, 153 centros universitários e 1460 faculdades ou outras denominações acadêmicas.

O IGC é um indicador que engloba aspectos de graduação e pós-graduação. No entanto, a composição dele merece uma reflexão a partir da compreensão de seus componentes G, M e D, permitindo um entendimento da influência, tanto da graduação como da pós-graduação, sobre o valor final do indicador. Considerando a importância da pós-graduação para um melhor desempenho no IGC, o presente artigo propõe um indicador institucional específico para a pós-graduação, que oferece vantagens em relação à clássica média aritmética dos conceitos dos programas, a qual tem sido utilizada como indicador institucional de qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Este artigo descreve o IGC, sua composição e mostra o impacto dos conceitos Capes sobre o resultado do IGC. Na sequência, são apresentados resultados que reforçam a importância dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* para um bom desempenho no IGC. O texto segue com a proposição de um indicador institucional que procura traduzir a qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos. A seção seguinte apresenta resultados baseados em dados oriundos da divulgação do IGC 2009, da avaliação trienal da Capes 2007-2009 e de informações de matrículas disponibilizadas na ferramenta GeoCapes. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

## 2. O Índice Geral de Cursos e seus componentes

O IGC é formado por três componentes (graduação, mestrado e doutorado), representados pelas letras G, M e D. Em janeiro de 2011, na terceira edição do IGC, o Inep divulgou, pela primeira vez, os componentes G, M e D de forma separada, possibilitando uma análise mais detalhada dos IGCs institucionais. O componente G é formado pela média dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC), ponderada pelo número de alunos matriculados em cada curso. Os componentes M e D são formados pela média dos conceitos Capes, também ponderada pelo número de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado.

A equação que resulta no IGC é apresentada pelo Inep na forma de uma nota técnica (INEP, 2008). Com vistas a tornar a linguagem matemática mais compreensível, Bittencourt, Casartelli e Rodrigues (2009) sugerem uma forma de apresentação alternativa:

$$IGC = \{ [P_G \times G] + [P_M \times (M+5)/2] + [P_D \times (D+10)/3] \} \times 100$$

x

em que:

G = média ponderada dos CPCs da IES nos cursos de graduação, em que a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados em cada curso;

$M$  = média ponderada dos conceitos Capes nos programas de pós-graduação, nível de mestrado, em que a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados no programa em nível de mestrado. O conceito de tais cursos é limitado a cinco;

$D$  = média ponderada dos conceitos Capes nos programas de pós-graduação, nível de doutorado, em que a ponderação dá-se de acordo com o número de alunos matriculados no programa em nível de doutorado. Os conceitos são subtraídos de dois para permitir comparação com os cursos de mestrado; e

$P_G$ ,  $P_M$  e  $P_D$  = percentual de alunos de graduação, mestrado e doutorado. Deve-se salientar que tais percentuais não são calculados diretamente pelo número de alunos matriculados. Isso ocorre porque alunos de pós-graduação têm peso maior do que alunos de graduação em programas com conceito maior ou igual a quatro. Os pesos são iguais ao conceito obtido pelo programa, subtraído de dois. No caso de mestrados, o conceito é limitado a cinco. Por exemplo: um aluno de um doutorado conceito seis equivale a quatro alunos de graduação.

Independentemente da denominação acadêmica, 86% das IES brasileiras têm seu IGC restrito ao componente G, já que nenhum curso de pós-graduação *stricto sensu* é oferecido por essas instituições, de forma que  $P_G=1$ . A Tabela 1 revela que, em se tratando de universidades brasileiras, 89,4% delas oferecem pelo menos um curso de pós-graduação *stricto sensu*. Essa proporção cai para 31,4% no caso de centros universitários e para apenas 2,9% para faculdades.

**Tabela 1. Presença de cursos de pós-graduação *stricto sensu* segundo a denominação acadêmica**

Denominação Acadêmica	Oferece curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ?	
	Não	Sim
Universidades	19 (10,6%)	160 (89,4%)
Centro Universitário/Cefet/Ifet	105 (68,6%)	48 (31,4%)
Faculdades e outros	1417 (97,1%)	43 (2,9%)
<b>Total</b>	<b>1541 (86,0%)</b>	<b>251 (14,0%)</b>

Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em 26 jan. 2011.

As 251 IES que possuem ao menos um componente de pós-graduação (M ou D) foram submetidas a uma análise de correlação. A Tabela 2 revela que, embora o componente G seja oriundo de fonte independente dos conceitos Capes, existe uma correlação direta de magnitude moderada entre os componentes. O resultado sugere que, à medida que uma instituição apresenta notas elevadas em seus cursos de pós-graduação, maior tende a ser a média de seus CPCs na graduação. A correlação entre os componentes M e D foi mais alta, contudo, esse resultado é um tanto óbvio, visto que eles estão relacionados ao mesmo processo de avaliação. Um dos fundamentos desse processo é a vinculação da criação dos cursos de doutorado à qualidade dos cursos de mestrado do programa.

**Tabela 2. Matriz de correlação entre os componentes G, M e D**

<b>G</b> – Graduação	Correlação	1,000		
	Número de IES	1.792		
<b>M</b> – Mestrado	Correlação	0,470	1,000	
	Número de IES	251	251	
<b>D</b> – Doutorado	Correlação	0,351	0,669	1,000
	Número de IES	123	123	123
		<b>G</b>	<b>M</b>	<b>D</b>

Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em 26 jan. 2011.

### 3. O impacto da avaliação da Capes e da presença de programas de pós-graduação *stricto sensu* sobre o IGC

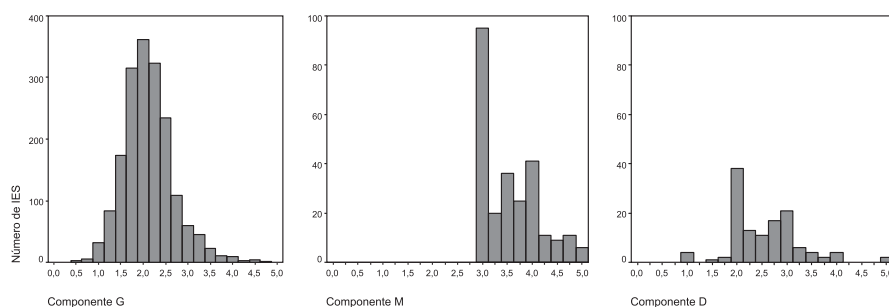
O IGC é divulgado anualmente pelo Inep, apesar de o ciclo de avaliação dos cursos de graduação ser trienal. Isso ocorre porque o componente G é atualizado anualmente, dado que um conjunto de cursos de graduação é avaliado todos os anos. Os componentes M e D, por sua vez, dependem da avaliação trienal da Capes, sendo, portanto, atualizados de três em três anos. O IGC contínuo varia de zero a 500 pontos e a métrica de transformação em conceitos é apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3. Métrica de transformação do IGC contínuo em conceito**

<i>IGC contínuo</i>	<i>IGC Conceito</i>
000 – 094 pontos	1
095 – 194 pontos	2
195 – 294 pontos	3
295 – 394 pontos	4
395 – 500 pontos	5

Fonte: MEC/Inep, 2008.

Os componentes G, M e D do IGC são usualmente apresentados em uma escala de zero a cinco pontos. A Figura 1 apresenta os respectivos histogramas com base nos resultados da última edição (INEP, 2011). Nos componentes G e D, o valor máximo cinco é pouco provável em virtude da metodologia de cálculo. Para uma IES atingir G=5, ela deverá ter todos os seus cursos de graduação com padrão de excelência. O mesmo ocorre no componente D, em que todos os cursos de doutorado oferecidos deveriam ter conceito sete.



Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em 26 jan. 2011.

**Figura 1. Histogramas para os componentes G, M e D do Índice Geral de Cursos**

Considerando que apenas os programas de pós-graduação com conceito mínimo três são utilizados no cálculo do IGC, um fenômeno interessante ocorre no componente M: o histograma apresenta-se limitado a três pontos, pois todos os cursos avaliados com conceitos um e dois são desprezados (cursos com tais conceitos são automaticamente fechados pela Capes).



Para entender as funções lineares que relacionam o conceito Capes ao IGC, a equação do IGC será reescrita da seguinte forma:

$$IGC = [P_G \times IGC_G] + [P_M \times IGC_M] \times [P_D \times IGC_D]$$

em que,

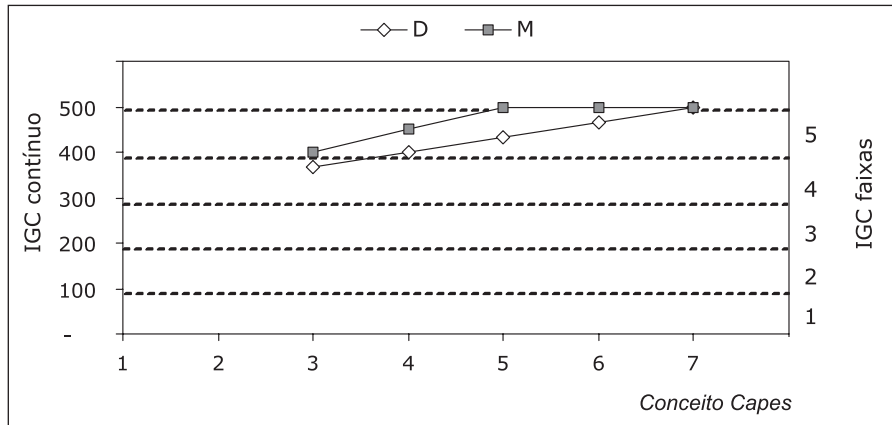
$$IGC_G = G \times 100;$$

$$IGC_M = [(M+5)/2] \times 100;$$

$$IGC_D = [(D+10)/3] \times 100.$$

Os efeitos das variações nos componentes M e D sobre o IGC são diferentes. O componente M mínimo leva a um  $IGC_M$  inicial de 400 pontos e, a cada aumento de um ponto na avaliação da Capes, há impacto de 50 pontos no IGC. Isso significa que uma média de cinco pontos nos conceitos Capes levaria a 500 pontos, ou seja, a um  $IGC_M$  máximo. Já no componente D é mais difícil chegar ao  $IGC_D$  máximo, visto que a taxa de crescimento é de 33,3 pontos a cada aumento de uma unidade no conceito Capes médio. De qualquer forma, se uma IES tem todos os seus cursos de doutorado com nota quatro, o seu  $IGC_D$  equivale a 400 pontos.

Pode-se dizer que a fórmula adotada no IGC beneficia as instituições simplesmente pelo fato de oferecerem cursos de pós-graduação *stricto sensu*, por meio da soma de constantes no cálculo do IGC. A Figura 2 mostra que, independentemente dos conceitos Capes dos programas de pós-graduação, as parcelas  $IGC_M$  e  $IGC_D$  variam quase que totalmente no intervalo correspondente ao conceito cinco. A explicação para isso está nas fórmulas do  $IGC_M$  e  $IGC_D$ . O componente M tem um acréscimo de cinco pontos (o que equivale ao máximo), sendo depois dividido por dois. O componente D tem uma adição de 10 pontos (o que equivale a dois conceitos máximos), antes de ser dividido por três.



Fonte: Elaborado pelos autores.

**Figura 2. Função que relaciona os conceitos Capes ao IGC**

A soma das constantes nas fórmulas eleva os valores mínimos do  $IGC_M$  e  $IGC_D$  e diminui a variabilidade relativa. Em praticamente todas as instituições, os componentes  $IGC_M$  e  $IGC_D$  foram superiores ao componente  $IGC_G$ , indicando que, de um modo geral, a presença de programas de pós-graduação *stricto sensu* é benéfica ao IGC.

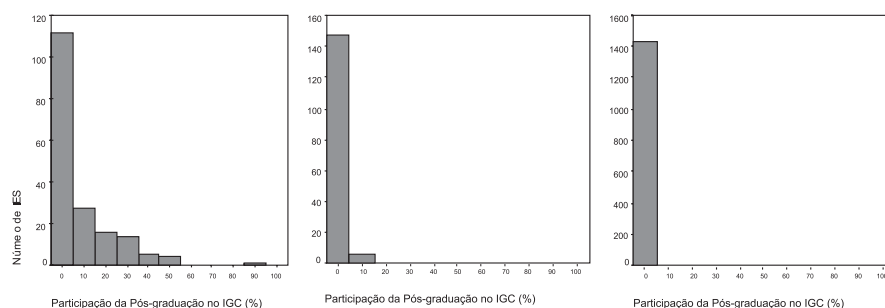
Constata-se que, em todas as denominações acadêmicas, o grupo de instituições acadêmicas que oferece cursos de pós-graduação *stricto sensu* apresentou resultados superiores àqueles do grupo de instituições que não os oferecem. A Tabela 4 mostra que, no grupo das universidades, a média daquelas que oferecem cursos de pós-graduação é de aproximadamente 72 pontos superior àquelas que não oferecem cursos de pós-graduação. Já nos centros universitários, a diferença é superior a 30 pontos e, no grupo das faculdades, ultrapassa os 110 pontos.

**Tabela 4. Estatísticas descritivas para o IGC por organização acadêmica e presença de cursos de pós-graduação *stricto sensu***

	Presença de PG <i>stricto sensu</i>	Percentis					Média
		Minimum	P25	Mediana	P75	Máximo	
Universidade	Não	148,53	178,15	198,06	224,53	348,70	<b>205,88</b>
	Sim	162,24	234,38	263,15	321,04	439,65	<b>278,35</b>
Centro Universitário	Não	128,06	198,66	221,07	247,15	406,00	<b>224,83</b>
Cefet / Ifet	Sim	175,58	222,52	253,51	288,32	384,94	<b>256,73</b>
Faculdades e outros	Não	44,61	167,87	198,36	230,66	473,73	<b>201,20</b>
	Sim	165,63	237,48	295,36	422,50	486,71	<b>314,91</b>

Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em 26 jan. 2011.

O efetivo impacto da avaliação da pós-graduação sobre o IGC institucional dependerá fortemente da relação entre o número de alunos de graduação e de pós-graduação, ou seja, das proporções  $P_G$ ,  $P_M$  e  $P_D$ . Para efeito de cálculo de tais proporções, o número de alunos de pós-graduação é calculado em função dos conceitos Capes. Um aluno de mestrado terá um peso equivalente ao conceito Capes subtraído de dois, levando-se em conta o limite de conceito cinco para os cursos de mestrado. O procedimento é o mesmo para os alunos de doutorado, mas, nesse caso, o limite é estendido para o conceito máximo sete. A Figura 3 mostra histogramas para a participação dos componentes de pós-graduação ( $P_M + P_D$ ) de acordo com a denominação acadêmica. Os resultados reforçam o que já foi apresentado na Tabela 1, mostrando que, nas universidades, existe maior participação da avaliação da pós-graduação no IGC institucional.



Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em 26 jan. 2011.

**Figura 3. Histogramas para a participação da pós-graduação no IGC em universidades, centros universitários e faculdades, respectivamente**

A reflexão sobre indicadores que avaliem a qualidade da graduação e pós-graduação tem sido uma preocupação constante do Ministério de Educação. Dessa forma, a proposição de indicadores complementares ao IGC pode trazer uma contribuição aos processos de avaliação da qualidade da educação superior no Brasil. Com relação à pós-graduação, um dos procedimentos que tem sido comumente adotado, por algumas IES e pela própria Capes, é o cálculo da média dos conceitos Capes para instituições com 10 ou mais programas de pós-graduação. Tal procedimento, apesar de simples, ignora alguns fatores importantes que podem ser contemplados, como, por exemplo, a presença ou não de doutorado e o número de alunos matriculados. Na seção a seguir, é apresentada uma proposta de indicador institucional que agrega esses fatores em sua composição.

#### 4. Proposição de um indicador institucional para a pós-graduação inspirado no IGC

As avaliações trienais da Capes têm possibilitado o cálculo de indicadores que procuram refletir a qualidade dos programas de pós-graduação oferecidos por instituições, sejam elas universidades, centros universitários, institutos, fundações ou outras. O indicador proposto neste estudo procura refletir a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de uma maneira geral. O principal motivo para essa proposição reside na sintonia com os critérios do IGC. Assim, o número de alunos por programa, tanto em nível de mestrado como de doutorado, também seria contemplado. Os componentes M e D do IGC são calculados por:

$$M = \sum_i (Capes_i \times T_{Mi}) \quad \text{e} \quad D = \left[ \sum_i (Capes_i \times T_{Di}) \right] - 2$$

em que,

$Capes_i$  = conceito do programa de pós-graduação  $i$ , limitado em cinco;

$Capes_i$  = conceito do programa de pós-graduação  $i$ ;

$T_{Mi}$  = total de alunos matriculados em nível de mestrado no programa  $i$ ; e

$T_{Di}$  = total de alunos matriculados em nível de doutorado no programa  $i$ .

O Índice Geral de Cursos de mestrado e doutorado (IGCMD) é calculado por meio da expressão:

$$IGC_{MD} = \frac{[P_M \times IGC_M] + [P_D \times IGC_D]}{P_M + P_D}$$

em que:

$$IGC_M = [(M+5)/2] \times 100;$$

$$IGC_D = [(D+10)/3] \times 100.$$

## 5. Resultados

Nesta seção, são apresentados resultados para o indicador proposto. Eles foram calculados a partir dos resultados da edição 2009 do IGC, que contemplou os conceitos da avaliação trienal 2007-2009. Além disso, o número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação em 2009 foi coletado na ferramenta GeoCapes.

### 5.1 Índice Geral de Cursos de mestrado e doutorado - $IGC_{MD}$

Os valores típicos do  $IGC_{MD}$  variam no intervalo de 400 a 500 pontos, embora valores inferiores a 400 sejam possíveis se a instituição tiver cursos de doutorado com conceito três. A Tabela 5 apresenta os resultados do indicador para as 25 universidades mais bem colocadas dentre aquelas que têm conceito IGC e, no mínimo, 10 programas.

**Tabela 5. IGC<sub>MD</sub> das 25 universidades mais bem colocadas, considerando apenas universidades que têm IGC e, no mínimo, 10 programas em funcionamento**

Posição	Sigla	UF (Sede)	M	D	Peso da Pós-Graduação no IGC	Peso do componente M	Número de programas	IGC <sub>MD</sub>
1	UFRJ	RJ	4,72	3,95	46,9%	43,3%	91	474,1
2	PUC-Rio	RJ	4,82	3,62	20,7%	52,7%	29	473,5
3	UFMG	MG	4,69	3,73	43,7%	44,4%	69	469,6
4	UFRGS	RS	4,73	3,58	49,6%	47,8%	79	468,8
5	PUCRS	RS	4,72	3,32	17,2%	56,6%	23	467,8
6	PUC/SP	SP	4,55	3,07	42,7%	59,8%	26	460,7
7	Unifesp	SP	4,52	3,4	85,3%	47,0%	44	460,5
8	UFSC	SC	4,53	3,23	38,5%	52,0%	62	459,5
9	UFV	MG	4,32	3,57	42,5%	43,4%	34	458,3
10	UFSCAR	SP	4,35	3,37	48,6%	46,4%	31	455,8
11	Ufla	MG	4,58	2,92	50,8%	48,2%	19	454,0
12	Unisinos	RS	4,22	2,96	9,0%	66,4%	18	451,3
13	Uerj	RJ	4,27	3,11	25,5%	52,9%	47	451,0
14	Unesp	SP	4,38	2,95	39,1%	49,4%	109	450,1
15	UFPR	PR	4,31	2,72	30,8%	60,3%	56	449,0
16	UFSM	RS	4,09	3,18	27,3%	60,3%	35	448,5
17	PUC/MG	MG	4,11	2,78	5,2%	75,5%	18	448,3
18	UFPE	PE	4,31	2,67	34,8%	57,5%	63	447,2
19	UPM	SP	4,13	2,59	4,5%	74,1%	10	447,0
20	UEM	PR	4,1	2,9	21,1%	63,0%	26	445,8
21	UFF	RJ	4,06	3,05	21,9%	55,0%	47	444,9
22	UFU	MG	4,08	2,74	21,3%	59,8%	26	442,2
23	UnB	DF	4,16	2,65	33,8%	54,4%	66	441,4
24	Ufba	BA	4,14	2,67	27,2%	53,0%	57	440,7
25	PUC/PR	PR	4,07	2,3	6,9%	69,8%	14	440,4

Fonte: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em jan. 2011.

O IGC<sub>MD</sub> também pode ser calculado para centros universitários, institutos e faculdades. Instituições que não são avaliadas pelo Inep, ainda que não ofereçam cursos de graduação, também são passíveis

de serem avaliadas por esse indicador. O mesmo vale para instituições como USP e Unicamp, que não possuem IGC. Estima-se que a Unicamp teria um  $IGC_{MD}=474,7$  pontos, o que a colocaria na primeira colocação do *ranking* das universidades. A USP, por sua vez, teria 472,5 pontos, cifra que a deixaria na quarta posição. Salienta-se que, para o cálculo do  $IGC_{MD}$ , todos os programas oferecidos por uma IES dentro de uma mesma Unidade da Federação (UF) são considerados. Instituições como o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), por exemplo, com apenas dois programas bem avaliados, atingiriam a pontuação máxima (500 pontos).

A Tabela 6 apresenta os 25  $IGC_{MD}$  mais altos para instituições com 10 ou mais programas, incluindo, também, aquelas que não são avaliadas pelo Inep.

**Tabela 6.  $IGC_{MD}$  das 25 instituições mais bem colocadas e com 10 ou mais programas de pós-graduação *stricto sensu* (instituições sem IGC também foram incluídas)**

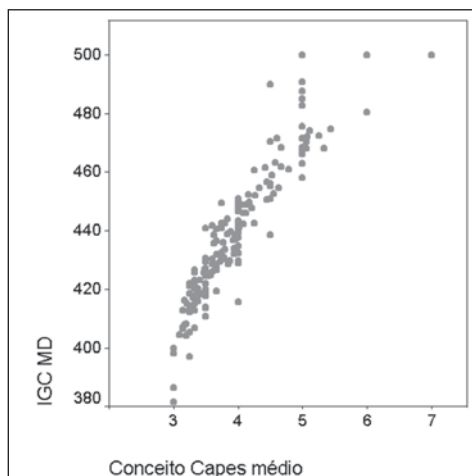
Posição	Sigla	UF (Sede)	M	D	Peso da Pós-Graduação no IGC	Peso do componente M	Número de programas	$IGC_{MD}$
1	Unicamp*	SP	4,83	3,90	75,0%	40,4%	66	474,7
2	UFRJ	RJ	4,72	3,95	46,9%	43,3%	91	474,1
3	PUC-Rio	RJ	4,82	3,62	20,7%	52,7%	29	473,5
4	USP*	SP	4,82	3,72	67,2%	45,1%	226	472,5
5	UFMG	MG	4,69	3,73	43,7%	44,4%	69	469,6
6	UFRGS	RS	4,73	3,58	49,6%	47,8%	79	468,8
7	PUCRS	RS	4,72	3,32	17,2%	56,6%	23	467,8
8	Fiocruz*	RJ	4,68	3,12	100,0%	55,7%	19	463,3
9	PUC/SP	SP	4,55	3,07	42,7%	59,8%	26	460,7
10	Unifesp	SP	4,52	3,40	85,3%	47,0%	44	460,5
11	UFSC	SC	4,53	3,23	38,5%	52,0%	62	459,5
12	UFV	MG	4,32	3,57	42,5%	43,4%	34	458,3
13	UFSCAR	SP	4,35	3,37	48,6%	46,4%	31	455,8
14	Ufla	MG	4,58	2,92	50,8%	48,2%	19	454,0
15	Unisinos	RS	4,22	2,96	9,0%	66,4%	18	451,3
16	Uerj	RJ	4,27	3,11	25,5%	52,9%	47	451,0
17	Unesp	SP	4,38	2,95	39,1%	49,4%	109	450,1

Posição	Sigla	UF (Sede)	M	D	Peso da Pós-Graduação no IGC	Peso do componente M	Número de programas	IGC <sub>MD</sub>
18	UFPR	PR	4,31	2,72	30,8%	60,3%	56	449,0
19	UFSM	RS	4,09	3,18	27,3%	60,3%	35	448,5
20	PUC/MG	MG	4,11	2,78	5,2%	75,5%	18	448,3
21	UFPE	PE	4,31	2,67	34,8%	57,5%	63	447,2
22	UPM	SP	4,13	2,59	4,5%	74,1%	10	447,0
23	UEM	PR	4,1	2,9	21,1%	63,0%	26	445,8
24	UFF	RJ	4,06	3,05	21,9%	55,0%	47	444,9
25	UFU	MG	4,08	2,74	21,3%	59,8%	26	442,2

Fontes: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em jan. 2011. GeoCapes, dados de 2009.

\* Instituições que não possuem IGC. Resultados estimados a partir de dados da ferramenta GeoCapes.

Embora o IGC<sub>MD</sub> seja calculado de forma ponderada pelo número de alunos e com a adição de constantes, ele apresenta uma forte correlação com a simples média dos conceitos Capes. A Figura 4 apresenta um gráfico de dispersão entre ambos os indicadores, independentemente da denominação acadêmica, porte ou número de programas de pós-graduação. A única restrição é que apenas programas com conceito maior ou igual a três foram considerados, em conformidade com o cálculo do IGC. O coeficiente de correlação de Pearson entre os indicadores resultou em 0,951, ou seja, muito próximo do valor máximo um.



Fontes: MEC/Inep, IGC 2009, divulgado em jan. 2011. Avaliação Trienal da Capes 2007-2009.

**Figura 4. Gráfico de dispersão entre o IGC<sub>MD</sub> e a média dos conceitos Capes**



## 6. Considerações finais

Considerando a crescente importância de processos de avaliação do ensino superior, este artigo buscou propor um indicador para a pós-graduação *stricto sensu* que apresente sintonia com o principal indicador institucional adotado atualmente pelo Ministério da Educação, o IGC.

O  $IGC_{MD}$  consiste em uma proposição que expressa a qualidade geral dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de uma instituição. Ele mostrou-se altamente correlacionado à média dos conceitos Capes das instituições (Figura 4), revelando que, apesar de tratar-se de uma proposta diferente, os resultados produzidos por ambas as formas não são contraditórios.

A principal vantagem que o  $IGC_{MD}$  apresenta é o fato de considerar o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado e doutorado simultaneamente com o conceito dos programas. Além disso, quando uma instituição cria um novo programa de mestrado, ela não será penalizada, pois o peso de cursos novos deverá ser diminuído. Não parece coerente que um novo curso de mestrado, provavelmente com conceito três ou quatro e poucos alunos, tenha um peso igual ao de um programa consolidado, com conceito seis ou sete e um maior corpo discente. Essa característica do indicador tem um importante significado prático, pois não inibe o crescimento, fato que pode estar acontecendo quando a simples média dos conceitos dos programas é adotada.

Por fim, espera-se que este artigo contribua para o debate acerca da avaliação da pós-graduação no Brasil e, em especial, na utilização de indicadores institucionais.

Recebido em 03/05/2011

Aprovado em 31/07/2012

## Referências bibliográficas

BITTENCOURT, H. R.; CASARTELLI, A. O.; RODRIGUES, A. C. M. Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC). **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 14, n. 3, p. 667-682, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 3/2010, de 14 de outubro de 2010. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2010. Seção 1, p. 10.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cálculo do Índice Geral de Cursos**: Nota Técnica. Brasília, DF: Inep, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resultados do IGC**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/areaigc/>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

MEC, Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Consulta a Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <[emec.mec.gov.br](http://emec.mec.gov.br)>. Acesso em: 21 mar. 2011.

VIANNA, H. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p. 41-76, 2003.

**RBPG**

**RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**



Edifício do Anfiteatro Leitão da Cunha, Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. O edifício foi construído nos primeiros anos do século XX, foi ocupado pela Universidade em 1936 e trata-se de seu prédio mais antigo.  
Crédito: José Luiz Guerra.





Metodologia para a identificação de fatores que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos de pós-graduação com base nas avaliações trienais da Capes

Methodology for identifying factors to improve the quality of graduate programs based on Capes triennial assessments

Metodología para la identificación de los factores para mejorar la calidad de los cursos de posgrado con base en las evaluaciones trienales de la Capes

Licínio Esmeraldo da Silva, mestre em Sistemas de Gestão pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutorando em Patologia pelo Programa de Pós-Graduação em Patologia da Faculdade de Medicina da UFF, e professor adjunto do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística da UFF. Rua Mario Santos Braga s/n - Instituto de Matemática e Estatística, 7o andar – Centro. CEP: 24020-140 – Niterói, RJ. Telefone: (21) 2629-2099. E-mail: licinio.da.silva@gmail.com.

Karin Soares Gonçalves Cunha, doutora em Patologia pela UFF, professora adjunta e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense – UFF. Endereço: Rua Marquês de Paraná, 303, 4º andar, sala 1. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Patologia, HUAP – Centro. CEP: 24033-900 – Niterói, RJ. Telefone: (21) 2629-9128. E-mail: karingcunha@gmail.com.

Eliane Pedra Dias, doutora em Anatomia Patológica pela UFF, professora titular de Anatomia Patológica do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patologia da Faculdade de Medicina da

Universidade Federal Fluminense – UFF. Endereço: Rua Marquês de Paraná, 303, 4º andar, sala 1. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Patologia, HUAP – Centro. CEP: 24033-900 – Niterói, RJ. Telefone: (21) 2629-9128. E-mail: elianepedra@hotmail.com.

## Resumo

A qualidade do ensino de pós-graduação no Brasil é verificada pela Capes por meio de acompanhamentos anuais e avaliações trienais dos programas e cursos de mestrado e doutorado, cujos resultados são sintetizados na Ficha de Avaliação do Programa, por meio da qual poderão ser identificados aqueles itens que contribuirão para a perda de qualidade. Para o estabelecimento de prioridades para a melhoria da qualidade, apresenta-se uma metodologia baseada na análise de Pareto para determinar os itens vitais que alavancarão o melhor posicionamento em próxima avaliação. O método é exemplificado com um caso real e orienta para quais itens de avaliação o esforço deve ser mais intenso. Conclui-se que o método é robusto o suficiente para que as abordagens para a solução não recaiam em áreas que sejam menos relevantes.

**Palavras-chave:** Identificação de Ofensores da Qualidade. Análise de Pareto. Avaliações Trienais da Capes. Qualidade da Pós-Graduação Brasileira.

## Abstract

The principle of ensuring a standard of quality for graduate education in Brazil by CAPES is implemented by annual follow-ups and triennial assessments of master's and doctoral programs whose results are summarized on a Program Evaluation Sheet, in which those items that have jeopardized program quality can be identified. In order to establish priorities for quality improvement, we present a methodology based on Pareto analysis to determine the critical items that will leverage the best positioning of the Program or Course in



the next evaluation. The method is exemplified with a real case and indicates the evaluation items for which solution efforts should be most intense. The method is sufficiently robust to insure that the solutions addressed do not fall into areas that are less relevant.

**Keywords:** Quality Offender Identification. Pareto Analysis. CAPES Triennial Assessment. Quality of Brazilian Graduate Study.

## Resumen

La CAPES verifica la calidad de la enseñanza del posgrado en Brasil a través de acompañamientos anuales y evaluaciones trienales de los programas de maestría y doctorado, cuyos resultados se resumen en la Hoja de Evaluación del Programa, a través de la cual se pueden identificar los elementos que han contribuido a la pérdida de calidad. A fin de establecer prioridades para la mejora de la calidad, se presenta una metodología basada en el análisis de Pareto para determinar los elementos vitales que permitirán un mejor posicionamiento para una evaluación posterior. El método se ejemplifica con un caso real y determina para cuales elementos de la evaluación el esfuerzo debe ser más intenso. Se concluye que el método es suficientemente robusto para que la solución no recaiga en las áreas que son menos relevantes.

**Palabras clave:** Identificación de los Ofensores de la Calidad. Análisis de Pareto. Evaluaciones Trienales de la CAPES. Calidad del Posgrado Brasileño.

## Introdução

A garantia de padrão de qualidade é um dos princípios que estão na base do ensino ministrado no Brasil (BRASIL, 1996). Dentre as políticas nacionais de educação, a Política Nacional de Pós-Graduação tem sua execução sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação pública criada para, entre outras atribuições, subsidiar o Ministério

da Educação (MEC) na formulação de políticas públicas para a pós-graduação e coordenar e avaliar os cursos desse nível (BRASIL, 2007).

Um dos objetivos do Sistema de Avaliação de Pós-Graduação implantado pela Capes é o de “estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão” (CAPES, 2010). Para tanto, são realizados

acompanhamentos anuais e avaliações trienais do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), cujos resultados são expressos em nota na escala de '1' a '7' e fundamentam o Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) na deliberação sobre a renovação de 'reconhecimento', a vigorar no triênio subsequente (Ibidem).

O resultado da avaliação é divulgado por meio de Ficha de Avaliação do Programa, que inclui os quesitos e seus itens de avaliação, os pesos correspondentes e a avaliação da comissão avaliadora expressa em escala ordinal de cinco níveis: muito bom, bom, regular, fraco e deficiente.

Os programas de pós-graduação, ao receberem a Ficha de Avaliação do Programa, poderão empreender análise com vistas a verificarem sua situação avaliativa dentro do nível classificatório recebido, que permitirá a identificação dos itens em que o programa deixou a desejar. A identificação da importância da incompletude do item na avaliação final costuma ser realizada de modo subjetivo pelos coordenadores e colegiados com base na escala classificatória de cada item e da síntese, também subjetiva, do quesito.

Conceitualmente, todo processo constitui-se de um conjunto de passos (causas) que deságuam em um produto (ou serviço). Os programas de pós-graduação são processos que buscam produzir profissionais voltados à pesquisa e à investigação científica, além de à docência de nível superior. Para que esse objetivo geral seja alcançado, há necessidade de que objetivos intermediários sejam atingidos. Um deles é a obtenção de um grau classificatório que expresse qualidade adequada nas avaliações trienais da Capes. Espera-se que a nota sete

na escala de qualidade seja o alvo de desejo de todo programa de pós-graduação. A menos de condições bastante favoráveis por parte das instituições que abrigam os programas de pós-graduação e por parte do corpo permanente e colegiado desses programas que os permitam atingir, sem dificuldade, o objetivo de serem classificados com nota sete; um primeiro estágio na satisfação desse desejo deve focalizar a nota cinco como meta, mesmo que para isso se devam percorrer as notas inferiores dessa escala, mas não menos do que a nota três.

Ao longo dos anos, diversos autores têm se debruçado sobre o processo de avaliação da Capes, grande parte mantendo uma discussão conceitual (FONSECA, 2001; BETTI et al., 2004; MOREIRA; HORTALE; HARTZ, 2004; HORTA; MORAES, 2005; HORTA, 2006; GUIMARÃES, 2007; FREITAS, 2011; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2011) e poucos explorando temas que facilitem a execução do processo avaliativo do ponto de vista das coordenações de pós-graduação (SCHERER et al., 2012).

Buscar métodos para a identificação de pontos fracos dos programas de pós-graduação que não os mantenham em determinado nível da escala de avaliação ou que não os permitam galgar níveis mais elevados é uma tarefa necessária na análise das Fichas de Avaliação do Programa, que não traz dificuldade operacional, dadas as classificações dos itens e dos quesitos nelas constantes. O estabelecimento de prioridades de enfrentamento dos pontos fracos, no entanto, pode não ser de solução tão imediata.

A aplicação de métodos de controle estatístico de qualidade pode servir de auxílio no estabelecimento dessas prioridades. A análise de Pareto é um método que busca identificar os aspectos vitais, em geral poucos, que dificultam sobremaneira o processo de atingir um grau de excelência desejável e permitem que os esforços sejam direcionados à solução dos problemas que gerem resultados mais expressivos. Os muitos problemas triviais que costumam ofuscar a priorização das ações podem, assim, ser abordados em etapa posterior, complementando o processo de melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação.

O objetivo do presente estudo é apresentar um método de identificação dos pontos fracos de um programa de pós-graduação nos quesitos e itens do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação da Capes, baseado na Análise de Pareto, com vistas ao estabelecimento de prioridades para orientar a fixação de objetivos e metas que incrementem a qualidade do programa.

## Material e métodos

A cada triênio, a Capes emite, para cada programa ou curso de pós-graduação, uma Ficha de Avaliação do Programa, que sintetiza o processo de avaliação a que o programa ou curso é submetido por intermédio de uma comissão de avaliação. Inclusos nessa ficha estão os quesitos e os itens que formam os aspectos de qualidade considerados pela Capes para tal avaliação. O Quadro 1 apresenta o conjunto dos quesitos e respectivos itens, bem como o peso de cada um deles, marcando a importância dos itens nos quesitos e destes na avaliação como um todo.

**Quadro 1. Elenco de quesitos e itens da avaliação da Capes dos programas e cursos de pós-graduação, com respectivos pesos dos itens nos quesitos e dos quesitos e itens na avaliação final**

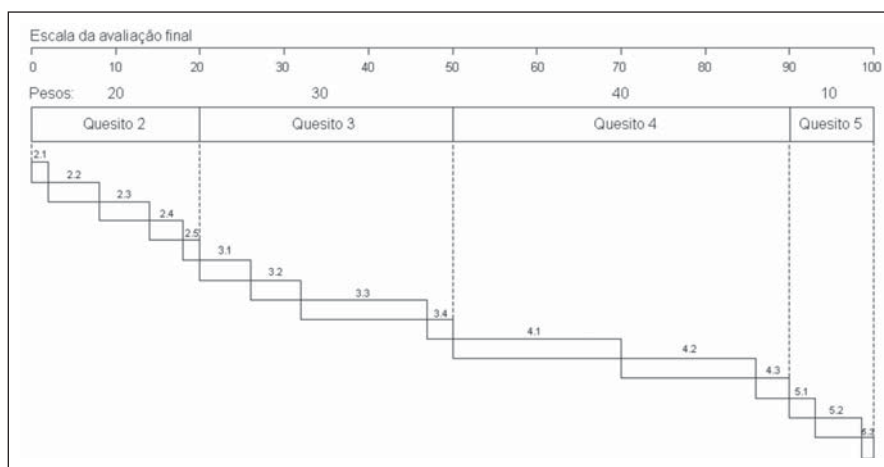
QUESITO		Peso do quesito na avaliação final	Peso no quesito	Peso do item na avaliação final
Item	Descrição do item			
1.	PROPOSTA DO PROGRAMA	(*)		
1.1.	Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular		50	(*)
1.2.	Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos e suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.		20	(*)
1.3.	Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão		30	(*)
2.	CORPO DOCENTE	20	-	-

2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa	10	2
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa	30	6
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa	30	6
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que esse item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG quanto na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação	20	4
2.5. Captação de recursos em agências de fomento à pesquisa	10	2
3. CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES	30	-
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente	20	6
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa	20	6
3.3. Qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área	50	15
3.4. Eficiência do programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados	10	3
4. PRODUÇÃO INTELECTUAL	40	-
4.1. Publicações qualificadas do programa por docente permanente	50	20
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa	40	16
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	10	4
5. INSERÇÃO SOCIAL	10	-
5.1. Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa	30	3

5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	55	5,5
5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação	15	1,5
<b>TOTAL DA PONTUAÇÃO</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

(\*) Este quesito/item não pontua na avaliação final.

O sistema de pontuação da avaliação da Capes está ilustrado na Figura 1, na qual verifica-se o impacto de cada item na avaliação final. O quesito 1 não está representado em virtude de não concorrer para a avaliação quantitativa final.



\*As larguras dos retângulos referentes aos itens são proporcionais aos pesos dos respectivos itens na pontuação final.

**Figura 1. Contribuição relativa de cada quesito e item na composição da avaliação final da Ficha de Avaliação do Programa da Capes**

Admitindo-se que a classificação ordinal de cinco níveis apresente uma distribuição homogênea no contínuo da pontuação, a categoria muito bom indica que o programa ou curso de pós-graduação satisfaz mais do que 80% e no máximo 100% dos critérios correspondentes ao item, podendo-se considerar que mais de 80% e no máximo 100% da pontuação máxima do item foi alcançada. As demais categorias se distribuiriam, nessa concepção, da seguinte maneira: bom indica que mais de 60% e no máximo 80% da pontuação máxima

do item foi alcançada; regular, mais de 40% e no máximo 60%; fraco, mais de 20% e no máximo 40%; e deficiente, de 0% a no máximo 20%. No método ora apresentado, interpretam-se as categorias pelos seus limites superiores: muito bom – 100%; bom – 80%; regular – 60%; fraco – 40% e deficiente – 20%, entendendo-se esses valores como sendo a proporção de critérios do item satisfeita pelo programa ou curso. Qualquer outro referencial que seja adotado de modo homogêneo para os cinco níveis pode ser utilizado sem prejuízo do alcance do objetivo proposto neste estudo e sem alterar a solução final.

A avaliação de cada programa ou curso de pós-graduação indica, para cada item avaliado, o quanto da pontuação desse item foi alcançada. A representação dessa pontuação sobre cada retângulo da Figura 1 permite que seja vislumbrado quanto de cada item faltou para atingir a satisfação completa do item. Se, por exemplo, um curso ou programa de pós-graduação recebeu a classificação bom no item 3.3, a pontuação correspondente será de 80% de 15 pontos, ou seja, 12 pontos. Essa pontuação correspondente a 80% de 50% do total do quesito (peso 30):  $0,8 \times 0,5 \times 30 = 12$  pontos, na escala de 100 pontos. Isso indica que faltaram três pontos na escala de 100 pontos para a satisfação completa do item.

A análise de Pareto (BRAZ, 2008) toma a pontuação perdida alcançada em todos os itens conforme transformação acima indicada e os distribui em ordem decrescente. Um gráfico de Pareto confronta a pontuação perdida em cada item com a importância dessa perda no total de perdas. Essa importância corresponde à proporção da perda no total de perdas, bastando dividir os pontos perdidos no item pela soma de todos os pontos perdidos. Assim, as poucas perdas vitais e as muitas perdas triviais poderão ser identificadas de modo a permitir uma avaliação de quais itens deverão ser considerados vitais para a melhoria da qualidade do programa ou curso de pós-graduação.

## Resultados

O Quadro 2 apresenta na quarta coluna a pontuação correspondente na escala completa da avaliação final de um caso hipotético de um curso ou programa de pós-graduação cuja Ficha de

Avaliação do Programa tenha fornecido os resultados expressos na terceira coluna para os quesitos ponderados. O quesito 1 não está representado por não ser incluído na avaliação da Capes que gera a escala de 100 pontos.

### Quadro 2. Pontos obtidos e faltantes, referidos à avaliação final, por item

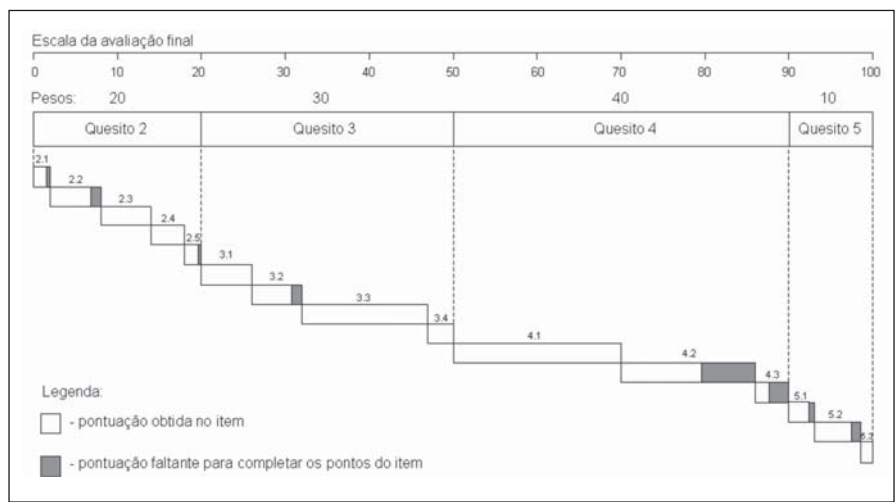
Quesito	Item	Classificação	Pontos do item na escala completa	Pontos faltantes para a situação ideal do item
2		Bom		2,0 (*)
	2.1	Bom	1,6	0,4
	2.2	Bom	4,8	1,2
	2.3	Muito Bom	6,0	-
	2.4	Muito Bom	4,0	-
	2.5	Bom	1,6	0,4
3		Muito Bom		1,2 (*)
	3.1	Muito Bom	6,0	-
	3.2	Bom	4,8	1,2
	3.3	Muito Bom	15	-
	3.4	Muito Bom	3	-
4		Bom		7,8 (*)
	4.1	Muito Bom	20,0	-
	4.2	Regular	9,6	6,4
	4.3	Deficiente	1,6	2,4
5		Bom		1,7 (*)
	5.1	Bom	2,4	0,6
	5.2	Bom	4,4	1,1
	5.3	Muito Bom	1,5	-

(\*) Soma dos pontos faltantes para a situação ideal dos itens que compõem o quesito.

Os valores da quinta coluna do Quadro 2 obtêm-se aplicando o valor correspondente à classificação ordinal do item sobre a pontuação indicada na última coluna do Quadro 1. O item 4.2, por exemplo, que foi classificado como regular, fornece o valor correspondente a 60% de 16 pontos, isto é, 9,6 pontos, indicando que o item ficou 6,4 pontos abaixo do valor que deveria ter em uma situação de qualidade máxima.



Oito itens formaram o conjunto de itens em que o programa hipotético deixou a desejar. A Figura 2 ilustra, nos espaços em branco referentes a cada item, o quanto o item cumpriu dos critérios de avaliação e, nos espaços em cinza, o quanto o item deixou a desejar na avaliação final.



**Figura 2. Representação da pontuação obtida e da pontuação faltante na avaliação final do programa de pós-graduação**

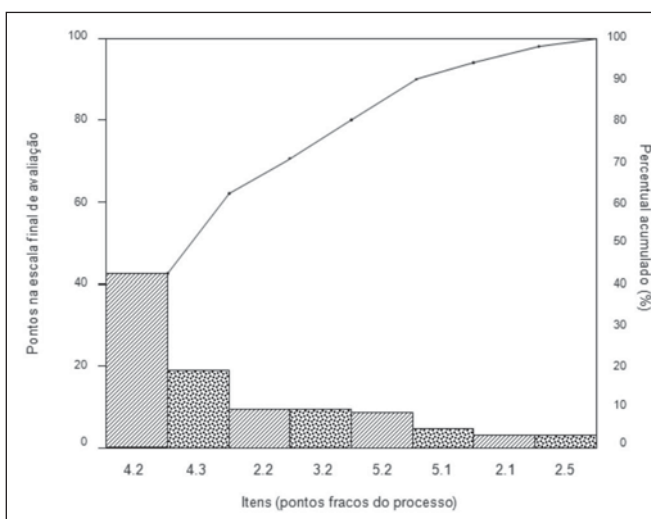
O Quadro 3 organiza os itens segundo a pontuação decrescente referente aos valores que faltam para alcançar a situação ideal (indicados na última coluna do Quadro 2).

**Quadro 3. Escalonamento dos itens ofensores do programa de pós-graduação e sua importância na solução para a melhoria da qualidade**

Itens (causas da perda da qualidade completa)	Pontos faltantes	Proporção (importância do ponto fraco)	Proporção acumulada
4.2 - Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa	6,4	46,7	46,7
4.3 - Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	2,4	17,5	64,2
2.2 - Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa	1,2	8,8	73,0

3.2 - Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa	1,2	8,8	81,8
5.2 - Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação	1,1	8,0	89,8
5.1 - Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa	0,6	4,4	94,2
2.1 - Perfil do corpo docente, considerados titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência e sua compatibilidade e adequação à proposta do programa	0,4	2,9	97,1
2.5 - Captação de recursos em agências de fomento à pesquisa	0,4	2,9	100,0
<b>Total</b>	<b>13,7</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

A Figura 3 integra a abordagem dos pontos prioritários e do ganho percentual acumulado da solução referente a essas prioridades, por meio de um diagrama de Pareto para a melhoria da qualidade.



**Figura 3. Diagrama de Pareto para os pontos fracos do programa de pós-graduação**

## Discussão

A análise de Pareto permite identificar as principais causas responsáveis pela maioria dos problemas do processo. No presente caso, a principal causa pelo não alcance da qualidade plena para o nível classificatório do programa de pós-graduação foi a distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do programa (item 4.2). Para a solução desse ponto fraco, necessita-se que se eleve a porcentagem de docentes permanentes do programa que publiquem com regularidade. Esse único item é responsável por quase metade dos pontos perdidos na avaliação: 46,7%.

A segunda principal causa da perda de pontos remete ao item 4.3 da avaliação, que corresponde à produção técnica, às patentes e a outras produções consideradas relevantes. Esse item é responsável por 17,5% das perdas. Seu escopo se refere a produtos que podem ser de geração de maior complexidade para a natureza do programa avaliado no que se refere a patentes depositadas no Brasil ou no exterior, mas sinaliza um tipo de produção que não é usualmente entendido como de maior importância: relatórios técnicos referidos à especificidade do programa de pós-graduação e de suas interações com outros programas e serviços.

Orientar o planejamento das atividades do programa para a solução desses dois itens equivale a solucionar 64,2% das causas de rebaixamento da pontuação.

Observa-se que, embora a classificação dada para o item 4.3 seja pior do que a recebida pelo item 4.2 (deficiente e regular, respectivamente, conforme pode ser visto no Quadro 2), a solução deste é mais importante para a recuperação da qualidade do programa do que a solução do item 4.3. A relação entre as perdas é de 2,4 pontos para 6,4 pontos, respectivamente, indicando que a perda de pontos pelo item 4.2 tem um impacto 166,7% maior do que a perda pelo item 4.3.

A utilização da análise de Pareto para a orientação do planejamento estratégico traz a perspectiva da identificação de que pontos devem ser prioritariamente considerados na melhoria da qualidade.

O esforço com vistas à melhoria da qualidade, na consideração de que seja observada a sustentação do programa ou curso de pós-graduação na mesma nota classificatória da escala Capes, deve ser coadjuvado pela manutenção da classificação dos itens em que a satisfação dos critérios alcançou a plenitude dos pontos. Eventualmente, é possível que aqueles itens percebidos como causas de pouca relevância na perda de pontos (por exemplo, itens individualmente responsáveis por menos de 5% das perdas de pontos) possam ser preteridos ou postergados na sua recuperação, uma vez que sua relevância não tem o peso substancial no total de perdas de pontos na escala global de 100 pontos.

Caso a estratégia do programa ou curso de pós-graduação seja a de alcançar nota superior na escala Capes, ainda assim a metodologia proposta orienta em que itens o esforço terá de ser mais intenso.

## Conclusão

A presente metodologia é suficiente para direcionar o esforço dos programas ou cursos de pós-graduação na abordagem dos problemas que diminuem a sua qualidade segundo os critérios da Capes, permitindo que a priorização de soluções não recaia em itens cujo impacto seja menos relevante do que outros.

Recebido em 10/07/2012

Aprovado em 18/09/2012

## Referências bibliográficas

BETTI, M. et al. A avaliação da Educação Física em debate: implicações para a subárea pedagógica e sociocultural. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n° 2, p. 183-194, 2004.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal>.

mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007**. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2012.

BRAZ, M. A. Ferramentas e gráficos básicos. In: ROTONDARO, R. G. (Coord.). **Seis Sigma**: estratégia gerencial para a melhoria de processos, produtos e serviços. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

Capes. **Avaliação da pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 25 dez. 2010.

FONSECA, C. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 16, p. 261-275, 2001.

FREITAS, S. F. T. Mais algumas notas sobre a transição da pós-graduação brasileira. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 15, p.19-32, 2011.

GUIMARÃES, R. O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 4, n. 8, p. 282-292, 2007.

HORTA, J. S. B. Avaliação da pós-graduação: com a palavra os coordenadores de programas. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 19-47, 2006.

HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. **Revista Brasileira de Educação**, s/v., n. 30, p. 96-181, 2005.

MOREIRA, C. O. F.; HORTALE, V. A.; HARTZ, Z. A. Avaliação da pós-graduação: buscando consenso. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, p. 26-40, 2004.

OLIVEIRA, M. R.; ALMEIDA, J. Programas de pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 15, p. 37-57, 2011.

SCHERER, C. et al. Importância de um secretário executivo no preenchimento do aplicativo Coleta de Dados Capes. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, v. 3, n. 1, p. 54-67, 2012.

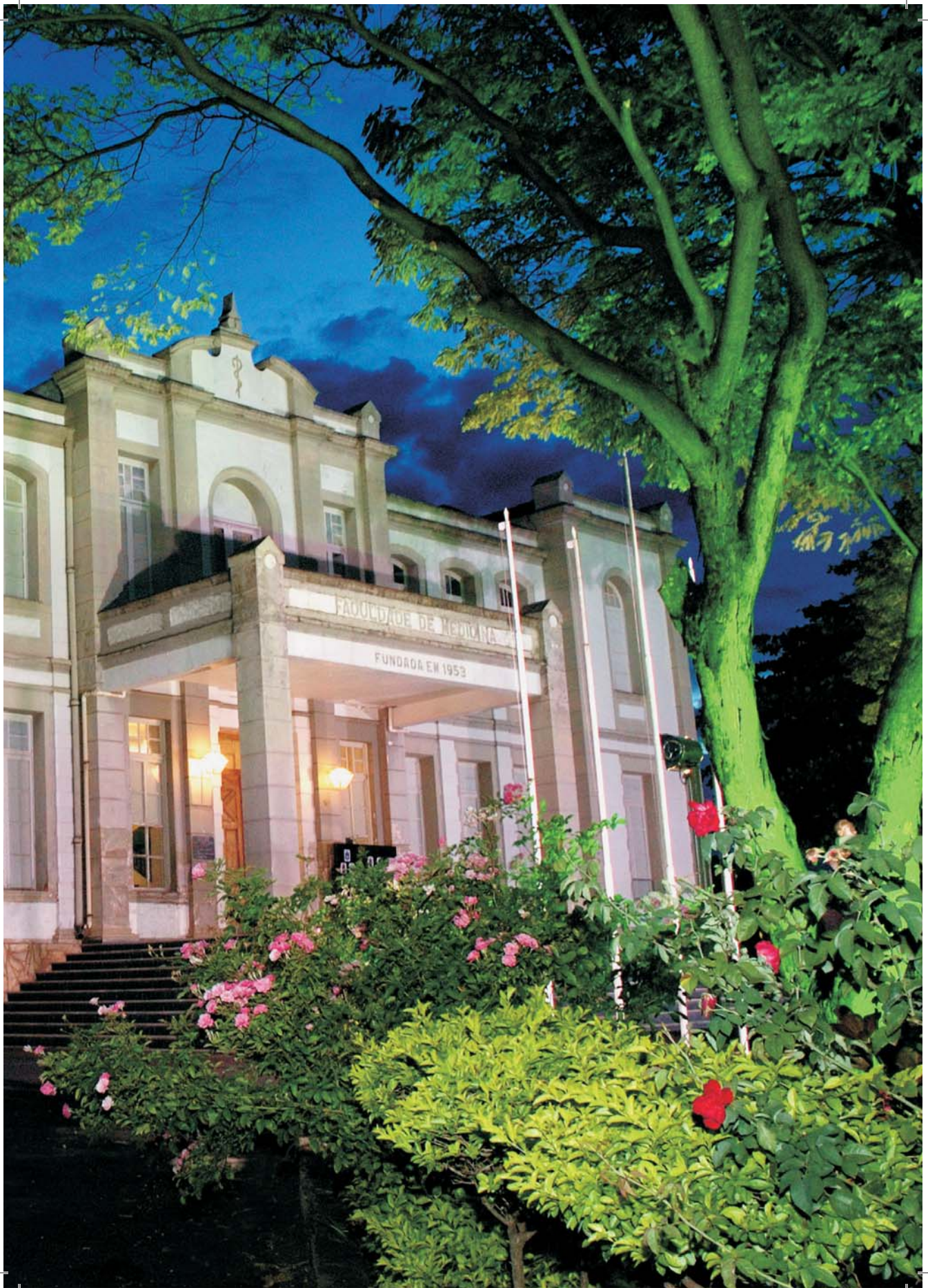
**RBPG**

**RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**



Prédio Central do Campus I da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Uberaba, MG. Construído no começo do século XX, abrigou inicialmente a Penitenciária de Uberaba. Em 1954, o prédio foi doado pelo governador Juscelino Kubitschek para acolher a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM, criada no ano anterior. Em 2005, a Faculdade foi transformada em Universidade.  
Foto: Cláudio Pessoa/ Acervo UFTM.







O Qualis Periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação

The Qualis Journals system in the perception of a group of graduate program coordinators

El Qualis Periódicos en la percepción de un grupo de coordinadores de programas de posgrado

Maria Goretti de Lacerda Maciel, bacharel em História e analista em Ciência e Tecnologia da Capes. Endereço: Capes – Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco L, lote 6, 6º andar. CEP: 70040-020 – Brasília, DF. Telefone: (61) 2022-6455. E-mail: maria.goretti@capes.gov.br.

Ivan Rocha Neto, PhD em Eletrônica pela *University of Kent at Canterbury* (Reino Unido), docente e pesquisador do Mestrado em Gestão do Conhecimento e TI da Universidade Católica de Brasília (UCB). Endereço: SQN 208, bloco F, apt. 402 – Asa Norte. CEP: 70853-060 – Brasília, DF. E-mail: neto-ivan@hotmail.com.

## Resumo

A avaliação da qualidade das publicações dos programas de pós-graduação por meio do sistema Qualis Periódicos tem sido alvo de críticas, sugerindo a necessidade de uma revisão, considerando que sua implantação teve início em 1998. Entretanto, não há consensos em relação à metodologia de classificação, tampouco a respeito dos pesos conferidos para a avaliação dos programas de pós-graduação. Esta pesquisa de natureza qualitativa foi desenvolvida mediante consulta por via eletrônica para a coleta de informações endereçada aos coordenadores de programas de pós-graduação que tiveram suas notas modificadas nas três últimas avaliações trienais da Capes (2004, 2007 e 2010). Os resultados apontaram incertezas, mas a maioria mostrou-se favorável à continuidade e ao aperfeiçoamento desse sistema.

**Palavras-chave:** Sistema Qualis. Avaliação de Periódicos. Bibliometria.

## **Abstract**

Assessing the quality of the publications of graduate programs through the system Qualis Journals has been criticized, suggesting the need for a review, since its implementation began in 1998. However, there is no consensus on the classification methodology or on the relative weights for the evaluation of graduate programs. This qualitative research was developed through consultation by electronic means to collect information addressed to the coordinators of graduate programs that have had their grades changed in the last three CAPES' triennial evaluations (2004, 2007 and 2010). The results showed that there are uncertainties, but the majority was favorable to the continuity and improvement of this system.

**Keywords:** Qualis System. Periodic Assessment. Bibliometrics.

## **Resumen**

La evaluación de la calidad de las publicaciones de los programas de posgrado por medio del sistema Qualis Periódicos ha sido objeto de críticas, lo que sugiere la necesidad de una revisión, considerando que su implantación se inició en 1998. No obstante, no hay consenso en relación a la metodología de clasificación y tampoco a respecto de los pesos conferidos para la evaluación de los programas de posgrado. Esta investigación de naturaleza cualitativa fue desarrollada mediante consulta por vía electrónica para la recolección de informaciones y fue dirigida a los coordinadores de programas de posgrado cuyas notas fueron modificadas en las tres últimas evaluaciones trienales de la Capes (2004-2007-2010). Los resultados mostraron incertidumbre, pero la mayoría se mostró favorable a la continuidad y al perfeccionamiento de este sistema.

**Palavras clave:** Sistema Qualis. Evaluación de Periódicos. Bibliometría

## Introdução e contexto

O sistema de classificação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para efeitos de avaliação de programas e cursos de pós-graduação tem sido objeto de polêmicas e críticas, algumas claramente procedentes, em relação à metodologia empregada (ROCHA E SILVA, 2011). De qualquer forma, cabe investigar sobre a percepção dos coordenadores de programas de pós-graduação em relação ao papel e à adequação do sistema. A avaliação da qualidade das publicações resultantes dos programas de pós-graduação por meio do sistema Qualis, em especial, dos artigos de periódicos, tem sido alvo de críticas, sugerindo a necessidade de uma revisão para efeitos de aperfeiçoamento do sistema de avaliação, inclusive considerando que sua implantação teve início em 1998.

Segundo os resultados da pesquisa apresentada por Aragão (2010), há evidências de que o sistema de avaliação tem cumprido relevante papel em relação à sua influência para a melhoria de qualidade dos programas, não obstante os questionamentos sobre os indicadores de qualidade da produção científica. Pode-se concluir que a dimensão da produção científica precisa ser mais discutida, uma vez que ela se tornou um dos principais indicadores de desempenho de pesquisa e pós-graduação do atual processo, sobretudo com a introdução e o desenvolvimento do Qualis, conforme ficou evidenciado nas incertezas dos coordenadores identificadas na consulta. Foi mostrado que não há consenso entre os pesquisadores quanto à adequação para a avaliação de qualidade dos programas, considerando os fundamentos desse processo de avaliação. Nesse sentido, uma crítica que tem sido feita por alguns analistas aponta que os resultados da avaliação deveriam considerar, com maior peso, a própria formação de mestres e doutores e menos a produção de artigos científicos, como tem sido feito atualmente, mesmo considerando a importância desse critério de qualidade. Alguns alegam que essa assimetria tem levado à corrida desenfreada para a produção de artigos em detrimento da formação de pessoal, diminuindo o destaque para os formadores de escola. Entretanto, essa questão não foi explorada em detalhes nesta avaliação, apenas a evolução da produção científica em comparação com a taxa de formação de mestres e doutores.

A transparência é um condicionante importante para o controle social das políticas públicas, pois evidencia as diversas formas de atuar da instituição, além de orientar os futuros candidatos à pós-graduação para a escolha das melhores opções. Com a prática da transparência, os futuros candidatos à pós-graduação passam a conhecer melhor as possibilidades e dispor de meios para a escolha das melhores opções.

## Metodologia

O universo a ser explorado nesta pesquisa, por meio de uma consulta via eletrônica, foi composto pelos coordenadores dos 840 programas que tiveram resultados alterados em uma ou mais vezes nas avaliações dos triênios 2001-2003/2004-2006/2007-2009. A pesquisa foi de natureza exploratória e qualitativa para a interpretação dos resultados da consulta, pois não foi previamente desenhada uma amostra para possibilitar inferências estatísticas com base nos resultados quantitativos. Não se poderia garantir o volume total de retorno das respostas, tampouco a distribuição segundo as áreas de avaliação.

A elaboração do instrumento da consulta foi testada com um pequeno grupo de respondentes no sentido de avaliar a abrangência e pertinência das questões e teve base na pesquisa documental por grandes áreas de avaliação da Capes para a identificação de procedimentos e critérios adotados pelas comissões de avaliação da produção científica da pós-graduação.

Foi feita também uma revisão do estado da arte restrita ao período 2008-2011 para escolher o referencial teórico para fundamentar a pesquisa sobre o sistema Qualis da Capes. Para tal, foi usado o aplicativo *Harzings Publish or Perish* (HPP) (<http://www.harzing.com/pop.htm>), compreendendo um período de quatro anos (2008-2011), com expressões exatas e ocorrências sem restrições de áreas do conhecimento (Tabela 1). HPP é um software livre, disponível na internet, que recupera e analisa citações acadêmicas. Faz varreduras no Google Acadêmico para obter as citações brutas, analisando-as e

calculando várias métricas, citações e índices de impacto, bem como também nas bases de dados *Scielo*, *Elsevier* e *Scirus* (Tabela 2).

## **Pesquisa qualitativa**

De acordo com o entendimento de Bogdan e Biklen (1998, p. 38), a pesquisa qualitativa compreende aquela em que os pesquisadores têm como objetivo:

Melhor compreender o comportamento e a experiência humana. Eles procuram entender os processos pelo quais as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados. Usam observação empírica porque é com os eventos concretos do comportamento humano que os investigadores podem pensar mais clara e profundamente sobre a condição humana.

Segundo esses autores, a pesquisa qualitativa é essencialmente indutiva, e o pesquisador precisa compreender que a realidade apreendida é subjetiva e socialmente construída com base nos conceitos, nas ideias e nos entendimentos dos interlocutores para observar os significados, em lugar de comprovar teorias, hipóteses ou validar modelos pré-concebidos.

A essência dos métodos qualitativos é a aprendizagem por registro de observações e a avaliação das interações entre pessoas e delas com o sistema. Novamente, depreende-se que com a metodologia qualitativa não se pretende interpretar as pessoas (observando seus comportamentos ou correlacionando quantitativamente eventos de suas vidas), explicando o que, a seu ver, acontece com elas.

**Tabela 1. Ocorrências segundo as bases do aplicativo HPP**

Argumentos	Publicações	Citações	Buscas
Qualis and Capes	48	28	HPP somente nos títulos
Qualis and Capes	22	18	SciELO Brasil somente nos títulos
Qualis and Capes	215	>9 mil	Elsevier documentos completos
Bibliometrics	273	577	HPP somente nos títulos
Bibliometria	28	27	HPP somente nos títulos

Fonte: Harzings Publish or Perish. Acesso em: março de 2012.

**Tabela 2. Ocorrências na base Scirus**

Argumentos	Artigos	Dissertações + Teses	Revisões	Buscas
Qualis and Capes	952	236	0	Documentos completos

Fonte: Scirus.

Os resultados das buscas em distintas bases de informação científica mostram que o tema do sistema Qualis da Capes tem atraído a atenção da Academia do País e que não há consensos em relação à metodologia de classificação dos periódicos, tampouco a respeito dos pesos conferidos para a avaliação dos programas de pós-graduação.

Uma publicação de destaque para os objetivos desta pesquisa foi encontrada na Revista SER Social, na categoria Debates, em que se registra:

Vale fazer a seguinte reflexão sobre o Qualis: por mais enriquecedor que tenha sido esse processo, o Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília viu-se diante da realidade da política prevalente do *publish or perish* (publicar ou perecer) que não cabe retroceder. Qualquer empenho particular do programa de agir de acordo com os condicionantes de excelência escolhidos pela comissão da Capes fortaleceria a área no seu conjunto vis-à-vis a demais áreas de conhecimento com as quais procura competir. Esse é um exemplo de mudança previsível, embora não pacífica ou desejável, no processo de profissionalização do Serviço Social, porque era de se esperar



um efeito quase que inercial da dinâmica competitiva que se instalou na origem dessa profissão (PEREIRA, 2009, p. 19).

A referida autora opinou pela necessidade de preservação do espírito crítico e ético e por não sucumbir à tentação de fazer uso de expedientes espúrios, sob a pressão da produtividade acadêmica (plágios; falsificações de dados; apropriação de ideias; contagem de edições de um mesmo livro como se fossem vários; apresentação de um trabalho em vários eventos, como se fossem trabalhos diferentes; rodízio de citação bibliográfica entre amigos; e a “autoria graciosa” – *gifted authorship* –, em que pessoas que não participaram, de alguma forma, da produção de um artigo figuram como coautores, usando, muitas vezes, da autoridade de professores, orientadores ou chefes, que não deveriam aparecer como autores). Essas são práticas que, infelizmente, existem no mundo acadêmico. Além de desonestas, são injustas com os autores com chances desiguais de reconhecimento acadêmico. “Ficar alerta contra esses desvios é o que se espera da área do Serviço Social inquieto e competitivo, mas construtivo e probo no percurso” (PEREIRA, 2009, p. 19).

Outra publicação altamente relevante para esta pesquisa foi encontrada na base *Scirus* de Rocha e Silva (2011), que se refere aos três Rs do Qualis 2008-2010 e que também foi motivo de uma carta aberta ao presidente da Capes. Boa parte do artigo é transcrita a seguir. O referido autor não apresenta críticas e argumentos a respeito do Qualis em defesa de causa própria, considerando sua pródiga produção científica e também citações, sobretudo, em revistas internacionais. Essa condição confere maior credibilidade aos seus argumentos.

O intenso debate sobre a implantação do novo Qualis que regeu a avaliação do triênio 2008-2010 evidencia as dúvidas e controvérsias geradas na comunidade científica. O debate patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) em 12 de setembro de 2011 levantou questões que parecem ser de consenso e que talvez deveriam ser objeto de cuidadosa análise ao longo do próximo triênio. As principais podem ser assim resumidas:

- a) Metade das áreas usou o fator de impacto do *Journal of Citation Reports* (JCR) como único critério;
- b) Outras métricas de avaliação existem e podem ser levadas em consideração; e
- c) Centenas de periódicos científicos brasileiros podem ter sido classificadas abaixo dos níveis merecidos.

O uso do fator de impacto do *Institute for Scientific Information* (ISI) como métrica única para a avaliação de mérito científico de artigos individuais é extrapolação injustificada de sua aplicabilidade. O argumento reflete um conceito emitido há décadas por Eugene Garfield, o inventor dessa métrica: o fator de impacto mede (imperfeitamente) a qualidade dos periódicos, mas, em nenhuma hipótese, a qualidade de cada artigo publicado. Teoricamente, seria muito mais adequado contar o número de citações recebidas para cada artigo como medida de sua qualidade. No entanto, esse procedimento teria limitada aplicabilidade para a avaliação da produção científica dos estudantes e de seus orientadores: a produção destes poderia (e deveria) ser assim avaliada, mas a dos estudantes sofreria as consequências do noviciado.

O uso de outras métricas existentes sofre das mesmas limitações: a extrapolação de métrica de periódico ao artigo ali publicado não resiste a qualquer análise teórica. Entretanto, dificilmente o sistema de avaliação irá renunciar de todo ao uso de alguma métrica quantitativa para avaliar as ciências duras. No entanto, seria prudente introduzir corretores de rota para o próximo triênio. A produção científica dos orientadores deveria se basear no número de citações de sua produção. Uma série de medidas corretivas se impõe para atenuar a insuficiência teórica contida no Qualis 2008-2010.

O primeiro R diz respeito a Remover periódicos de revisão do sistema Qualis. O referido autor examinou os primeiros dois mil periódicos da coleção JCR-ISI em ordem decrescente de fator de impacto à procura de periódicos contendo quaisquer das seguintes expressões em seus títulos: *reviews*, *recent progress*, *critical evaluation*, *advances* e outras. O resultado é o que se poderia esperar: artigos de revisão são normalmente mais citados que artigos de pesquisa original, de modo

que periódicos de revisão devem se situar no alto de qualquer ranking baseado em fatores de impacto. E é exatamente isso que ocorre: dentre os 20 títulos de mais alto impacto (percentil 97,5), nove (45%) pertencem à categoria de periódicos de revisão; dentre os 800 primeiros (percentil 90), constam 147 (18,2%) periódicos de revisão; e dentre os dois mil primeiros (percentil 75), constam também 192 (9,6%). Ou seja, conforme o tamanho da amostra é ampliado, menor é a proporção de periódicos de revisão. Por antecipação, esse autor reconheceu eventuais pequenos enganos, pois esses números resultam de uma contagem manual do site [www.isiknowledge.com](http://www.isiknowledge.com). Mas nem mesmo esse possível erro de contagem altera o fato de que o Qualis 2008-2010 incluiu um número muito considerável de periódicos que nada tem a ver com a atividade de publicar ciência original. Se forem levadas em consideração apenas as 800 primeiras revistas da coleção, em que estão todos os periódicos Qualis A de quase todas as áreas das ciências duras, quase 20% deveriam ter sido excluídos. É simples concluir que essa injustificada inclusão deforma seriamente o cálculo dos níveis de corte para as várias tabelas A1, A2, B1, e, em algumas áreas, até mesmo para B2 e B3. Superavaliar os níveis de corte necessariamente terá como resultado uma subavaliação da classificação dos programas que nada têm a ver com os méritos intrínsecos da área avaliada.

Feita essa indispensável Remoção, segue como corolário evidente que haverá que se Recalcular e Reconhecer outras métricas de avaliação. A primeira das métricas ignoradas pelo Qualis 2008-2010 foi o Scopus ([www.scimagojr.com](http://www.scimagojr.com)). Comparações já publicadas mostram que existe uma identidade estatisticamente perfeita entre o *impact factor do Journal of Citation Reports* (IF-JCR) e o SCImago. O Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC/ES) tinha perfeito conhecimento dessa importante similitude, mas o argumento posto oralmente por alguns de seus membros afirmou que o índice SCImago é supérfluo, pois o resultado seria o mesmo, com qualquer dos índices. Isso pode até ser verdade para periódicos do mundo anglo-saxão, que recebem tratamento privilegiado no JCR, mas está longe de refletir a realidade dos periódicos de países de língua latina. Mais significativamente, está muitíssimo longe de refletir a realidade dos periódicos brasileiros. Para a avaliação 2008-2010, apenas 31 periódicos locais receberam

classificações Qualis relativas a seus fatores de impacto no momento em que 204 revistas estavam catalogadas no sistema SCImago. Essa exclusão de 173 títulos brasileiros dos altos Qualis deve ser descrita como injustificada discriminação dos periódicos nacionais. É evidente que não houve intenção discriminatória, mas o resultado da análise pode ter gerado danosa consequência.

A segunda métrica ignorada pelo Qualis 2008-2010 foi o fator de impacto SciELO. Aqui, o Qualis foi bem além desse desvio: ao classificar revistas SciELO em nível inferior ao das revistas PubMed, o CTC/ES adotou essa decisão discriminatória, dessa vez contra uma das mais respeitadas iniciativas brasileiras no mundo da ciência internacional. Na percepção do referido autor, para periódicos representados no JCR-ISI e no SCImago, deveria adotar-se uma classificação Qualis que refletisse essa dupla representação; já para periódicos incluídos no SciELO e não nos outros dois, deve-se adotar o fator de impacto SciELO como equivalente aos outros dois. Reavaliar os periódicos brasileiros no próximo Qualis, todos os periódicos brasileiros, exceto os sem indexação (hoje classificados como Qualis C), seria recomendável. Estes provavelmente deveriam ser reclassificados um ou dois pontos acima de sua posição nominal. Ao fazer essa proposta, o referido autor afirma não estar inventando nada, pois várias áreas de avaliação já adotaram esse procedimento. Notável entre elas, a área de Química reclassificou para cima os três periódicos brasileiros com interesse direto para a área: *Journal of the Brazilian Chemical Society*, *Anais da Academia Brasileira de Ciências* e *Química Nova*. A área de Ciências Biológicas II reclassificou para cima uma das grandes revistas da área, embora essa reclassificação singular possa ser criticada como discriminatória em relação àquela feita com outras revistas igualmente idôneas. A ideia básica por trás desse terceiro R é a necessidade de ficar entendida a motivação para subsidiar periódicos brasileiros.

A criação do sistema SciELO na virada do milênio revolucionou o periodismo científico do Terceiro Mundo. Pela primeira vez, periódicos periféricos se tornaram visíveis, em pé de igualdade com os gigantes do primeiro mundo. Em 10 anos, esses periódicos floresceram e adquiriram um grau de respeitabilidade internacional nunca antes

imaginável. Mais alguns anos de crescimento levariam as melhores revistas a padrões internacionais. A discriminação contra o Brasil do Qualis 2008-2010 representou um entrave a essa progressão. As áreas de avaliação mais problemáticas foram: as três Medicinas e duas das três Ciências Biológicas. As demais entenderam em graus variáveis a necessidade de proteger o produto nacional.

Essa não é a primeira vez que se defende a ideia de que a existência de periódicos locais fortes é imperativa da soberania científica. Se olhássemos para o passado, 1980, por exemplo, estaríamos contemplando uma nação com um pequeno número de bons cientistas, mas cientificamente insignificante em seu conjunto, uma nação que mal começava a ter condições de sustentar periódicos de qualidade. Hoje, graças inclusive ao fantástico trabalho da Capes, o Brasil se transformou em produtor significativo (ROCHA E SILVA, 2011). Periódicos brasileiros de alta qualidade se tornarão, cada vez mais, necessidades imperiosas. Só assim poderemos assegurar o reconhecimento internacional dos avanços científicos brasileiros de importância. Segundo propõe o referido autor, o próximo Qualis precisa participar mais ativamente desse esforço.

## Referencial teórico

A preocupação com a avaliação da qualidade da produção tem sido alvo de atenção, tanto nacional, quanto internacional, embora tal literatura não seja nem tão vasta, nem tão difundida nas áreas de avaliação. Essa preocupação justifica-se tendo em vista a crescente multiplicação de periódicos nas diversas áreas do conhecimento e as muitas críticas que estão sendo formuladas em âmbito internacional quanto à publicação de revistas sem critérios de qualidade.

O ministro da Educação, em 1995, decidiu revitalizar e reformar o processo de avaliação coordenado pela Capes, diversificando a pós-graduação brasileira e a mobilização interna das Instituições de Ensino Superior (IES) para a criação de programas alternativos de qualificação dos docentes e discentes, além do comprometimento do potencial

da pós-graduação, como a qualificação da graduação e do sistema educacional de um modo geral. Um dos problemas identificados foi a

necessidade de ajustamento dos critérios e indicadores adotados tendo em vista, entre outros aspectos, valorizar mais adequadamente a produção científica, artística e tecnológica do corpo docente e discente, a integração da pós-graduação com o ensino da graduação e também a consideração das peculiaridades dos programas e de informações qualitativas sobre seu desempenho (CAPES, 1999).

Em 1998, a Capes propôs o desenvolvimento do Qualis para a construção de indicadores de avaliação, tendo por base a qualidade dos periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação de sua produção científica. Na avaliação de 1998, relativa ao biênio 1996-1997, o Qualis foi utilizado pela primeira vez. Em 2004, o Qualis foi divulgado para a comunidade, pela primeira vez, por meio da internet. O site da Capes passou a apresentar não só a classificação nominal dos periódicos por área de conhecimento, como também os critérios adotados pelas áreas para proceder à classificação. Levando-se em consideração que a Capes é a agência responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação, o Qualis tornou-se um importante instrumento de indução de veículos especializados, além de constituir-se como uma ferramenta essencial para a seleção dos periódicos divulgados pelo Portal de Periódicos da Capes.

O modo de avaliação de qualidade feito a partir do impacto das publicações na comunidade científica é denominado no ramo da bibliometria e da cientometria como análise de citações. As disciplinas da cientometria e bibliometria têm evoluído significativamente em relação ao número de publicações científicas internacionais. As principais razões para esse crescimento são: a percepção de que citações de artigos e autores têm uma relação significativa com seu impacto e sua qualidade, em comparação com a opinião de pares; e o fato de ter aumentado a aplicação da métrica de citações na avaliação da produção científica e tecnológica em diferentes níveis, com impacto significativo na elaboração e condução de políticas científicas (MOED, 2005). Esse crescimento é resultado da participação de investigadores de muitos campos científicos, desde que Eugene Garfield propôs medir o impacto de publicações (CAWKELL; GARFIELD, 2001).

Nos últimos anos, a cientometria tem sido reconhecida como uma disciplina estabelecida, e atualmente há mais de 20 periódicos científicos que publicam um número considerável de artigos sobre o tema. No Brasil, os primeiros artigos sobre o tema foram escritos há mais de 30 anos; eles atestam que há um interesse no uso da cientometria com base nos indicadores do *Institute for Scientific Information* (ISI) como uma ferramenta para estudar o desenvolvimento da ciência brasileira (MOREL, 1977). Outros artigos com a mesma abordagem foram publicados (MEIS et al., 1991) e foram feitos alguns esforços no sentido de estudar a produção científica brasileira (VELHO; KRIGE, 1984).

### Interpretação dos resultados

Foram respondidos 179 questionários ou cerca de 20% do total dos enviados.

**Tabela 3. A distribuição geral das respostas**

Perguntas	Respondidas	Ignoradas
Qual a nota do seu programa de pós-graduação na avaliação trienal de 2010?	177	2
A implantação do Qualis trouxe benefícios na avaliação do seu programa de pós-graduação?	178	1
O Qualis prejudica ou prejudicou de alguma forma a avaliação do seu programa de pós-graduação?	178	1
Os critérios de classificação adotados pelas áreas de avaliação são adequados para a avaliação da produção científica brasileira?	175	4
A utilização de análises bibliométricas (fator de impacto, por exemplo) por algumas áreas de avaliação como único critério de classificação é adequada para a avaliação da produção científica brasileira?	178	1
Deveriam existir critérios diferenciados, explícitos no sistema Qualis, para a avaliação da produção científica dos pós-graduandos e dos orientadores?	176	3

Perguntas	Respondidas	Ignoradas
Periódicos nacionais são valorizados no Qualis da sua área?	176	3
Periódicos nacionais deveriam ser mais valorizados no Qualis?	177	2
Acredita que com a aplicação de um Qualis único ou de regras únicas para o Qualis, por todas as áreas de avaliação, os programas de pós-graduação seriam beneficiados nas avaliações anuais da Capes?	178	1
Considera que a coordenação da área de avaliação do seu programa deve induzir a publicação em periódicos que considerar relevantes para o crescimento da área?	179	0
No seu entendimento, os critérios de classificação de periódicos da área de avaliação do seu programa são facilmente compreendidos?	179	0
Em sua opinião, o Qualis Periódicos deve ser mantido?	179	0
Em sua opinião, o Qualis Periódicos deve ser adotado para outra finalidade além da avaliação dos programas de pós-graduação?	179	0

Fonte: Pesquisa.

**Tabela 4. A distribuição das respostas por área de avaliação**

Área de avaliação	% respondentes*
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	3,4%
Antropologia e Arqueologia	1,7%
Arquitetura e Urbanismo	1,1%
Artes / Música	1,1%
Astronomia/Física	0,6%
Biodiversidade	4,6%
Biotechnology	1,1%
Ciência da Computação	0,6%
Ciência de Alimentos	1,7%
Ciência Política e Relações Internacionais	0,6%
Ciências Agrárias I	5,2%
Ciências Ambientais	0,6%
Ciências Biológicas I	2,3%
Ciências Biológicas II	2,9%



Área de avaliação	% respondentes*
Ciências Biológicas III	1,1%
Ciências Sociais Aplicadas I	1,7%
Direito	1,7%
Economia	1,1%
Educação	4,0%
Educação Física	1,1%
Enfermagem	0,0%
Engenharias I	3,4%
Engenharias II	1,7%
Engenharias III	0,6%
Engenharias IV	2,3%
Ensino	1,1%
Farmácia	0,6%
Filosofia/Teologia: Subcomissão Filosofia	2,3%
Filosofia/Teologia: Subcomissão Teologia	2,9%
Geociências	2,3%
Geografia	0,6%
História	1,1%
Interdisciplinar	1,7%
Letras / Linguística	3,4%
Matemática / Probabilidade e Estatística	0,6%
Materiais	0,6%
Medicina I	7,5%
Medicina II	6,9%
Medicina III	6,3%
Medicina Veterinária	2,3%
Nutrição	0,0%
Odontologia	4,0%
Planejamento Urbano e Regional / Demografia	1,1%
Psicologia	2,9%
Química	1,7%
Saúde Coletiva	1,1%
Serviço Social	1,7%
Sociologia	0,0%
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	0,6%

Fonte: Pesquisa.

**Tabela 5. Distribuição dos programas por notas que responderam**

Notas	% respondentes*
3	1,7%
4	27,7%
5	<b>40,1%</b>
6	19,2%
7	11,3%

Fonte: Pesquisa.

\* Predominaram os programas com notas 5 (~40%) e 4 (~30%). Conforme seria de se esperar, os programas com nota 3 se mostraram provavelmente pouco à vontade para responder a respeito do Qualis.

**Tabela 6. Você considera que o Qualis traz benefícios à avaliação?**

Respostas	% respondentes*
Discordo totalmente	2,8%
Discordo parcialmente	6,7%
Indiferente	10,7%
Concordo parcialmente	60,1%
Concordo totalmente	19,7%

Fonte: Pesquisa.

\* Há uma larga concordância quanto ao papel positivo do Qualis na avaliação, embora tenha resultado de 60% com concordância parcial.

**Tabela 7. Você considera que o Qualis traz mais benefícios do que eventuais prejuízos à avaliação?**

Respostas	% respondentes*
Discordo totalmente	23,0%
Discordo parcialmente	20,2%
Indiferente	15,7%
Concordo parcialmente	<b>37,1%</b>
Concordo totalmente	3,9%

Fonte: Pesquisa.

\* A maioria concorda parcialmente que o sistema Qualis tem sido mais positivo que negativo como critério de avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação.

**Tabela 8. Você considera que o FI é um bom critério de avaliação da produção científica?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	28,7%
Discordo parcialmente	28,7%
Indiferente	1,7%
Concordo parcialmente	<b>32,0%</b>
Concordo totalmente	9,0%

Fonte: Pesquisa.

\* Os resultados mostraram-se coerentes em relação ao fator de impacto como critério de avaliação da produção científica.

**Tabela 9. Você considera que deve haver critérios diferenciados para a avaliação da produção docente e discente?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	18,2%
Discordo parcialmente	11,9%
Indiferente	9,1%
Concordo parcialmente	26,7%
Concordo totalmente	<b>34,1%</b>

Fonte: Pesquisa.

\* A grande maioria reconhece que se devem introduzir critérios diferenciados para a avaliação da produção docente e discente.

**Tabela 10. Você acredita que periódicos nacionais devem ser valorizados?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	19,3%
Discordo parcialmente	20,5%
Indiferente	1,7%
Concordo parcialmente	<b>40,9%</b>
Concordo totalmente	17,6%

Fonte: Pesquisa.

\* Houve mais concordâncias que discordâncias em relação à valorização dos periódicos nacionais indicando diferentes graus de maturidade das áreas.

**Tabela 11. Você concorda com os critérios de avaliação da produção científica adotados pelo sistema Qualis?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	6,3%
Discordo parcialmente	29,1%
Indiferente	0,0%
Concordo parcialmente	<b>58,3%</b>
Concordo totalmente	6,3%

Fonte: Pesquisa.

\* A larga maioria dos coordenadores que responderam ao questionário concorda parcialmente com os critérios de avaliação da produção científica adotados pelo sistema Qualis.

**Tabela 12. Você acha que o Qualis deve ser aplicado como critério homogêneo para todas as áreas de avaliação?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	<b>50,6%</b>
Discordo parcialmente	18,5%
Indiferente	2,2%
Concordo parcialmente	17,4%
Concordo totalmente	11,2%

Fonte: Pesquisa.

\* Com relação à homogeneização da aplicação dos critérios Qualis, a diversificação é sugerida para todas as áreas de avaliação.

**Tabela 13. Você acha que coordenações de área devem influenciar mais na indução de periódicos?**

Respostas	% respondentes *
Discordo totalmente	13,4%
Discordo parcialmente	7,8%
Indiferente	2,8%
Concordo parcialmente	<b>46,9%</b>
Concordo totalmente	29,1%

Fonte: Pesquisa.

\* A grande maioria concorda com a maior influência das coordenações de área para indução de periódicos.

**Tabela 14. Você acha que o Qualis é facilmente compreensível?**

Respostas	% respondentes*
Discordo totalmente	9,5%
Discordo parcialmente	19,0%
Indiferente	4,5%
Concordo parcialmente	<b>42,5%</b>
Concordo totalmente	24,6%

Fonte: Pesquisa.

\*A larga maioria dos respondentes concorda com a afirmativa da facilidade de compreensão do Qualis.

**Tabela 15. Você é favorável à manutenção do sistema Qualis como critério para avaliação?**

Respostas	% respondentes*
Discordo totalmente	2,2%
Discordo parcialmente	7,3%
Indiferente	3,4%
Concordo parcialmente	39,1%
Concordo totalmente	<b>48,0%</b>

Fonte: Pesquisa.

\*Embora haja alguma incerteza, a maioria dos respondentes concorda com a manutenção desse sistema de avaliação por meio do sistema Qualis.

**Tabela 16. Você acha que o Qualis deve ter outras finalidades?**

Respostas	% respondentes*
Discordo totalmente	24,0%
Discordo parcialmente	10,1%
Indiferente	15,6%
Concordo parcialmente	<b>35,2%</b>
Concordo totalmente	15,1%

Fonte: Pesquisa.

\*Há incertezas, mas a maioria parece concordar que o Qualis deve servir a outras finalidades.

## Considerações finais

Conforme antecipado, não há como generalizar os resultados da consulta, dado que a amostra dos respondentes não corresponde à distribuição dos programas e ao pequeno percentual de respostas

dos coordenadores dos cursos com nota 3. Por isso, a opção de adotar a avaliação qualitativa, com resultados de natureza exploratória. Embora ainda com incertezas, basicamente os resultados mostraram percepções mais positivas que negativas – e que ainda há espaço para aperfeiçoamentos.

A produção científica brasileira, que duplicou nos últimos anos, segundo pesquisa realizada pelo *Institute for Scientific Information* (ISI), tem crescido mais que a produção mundial. Esse crescimento da qualidade e quantidade da produção em níveis internacionais está exigindo a elaboração de processos de acompanhamento e avaliação.

A avaliação dos programas de pós-graduação é realizada pela Capes com o intuito de estabelecer um padrão de qualidade para os cursos de mestrado e doutorado e reconhecer os programas classificados como de excelência. O resultado desse processo fundamenta o Conselho Nacional de Educação (CNE). Conforme os resultados desta pesquisa, o sistema Qualis tem contribuído para a melhoria qualitativa e o aumento quantitativo da produção científica resultante dos programas de pós-graduação. A amostra da pesquisa não pôde ser completa devido à baixa quantidade de respostas dos programas com nota 3 (três).

Recebido em 23/04/2012

Aprovado em 29/08/2012

### Referências bibliográficas

ARAGÃO, M. A. **Influência da Avaliação da CAPES na Qualidade dos Programas de Pós-Graduação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Educação em Ciências Química para a Vida, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. .

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1998.

CAPES. **Relatório de Avaliação no Triênio 1996-1998**. Brasília: Capes, 1999.

CAWKELL, A. E.; GARFIELD, E. Institute for Scientific Information. In: FREDRIKSSON, E. H. (Ed.) **A Century of Science Publishing**. Amsterdã, Holanda: IOS Press, 2001.

MEIS, L. et al. Science and industry in developed and developing countries. **Ciência e Cultura**, n. 43, p. 278-281, 1991.

MOED, H. F. **Citation Analysis in Research Evaluation**. Springer, Dordrecht, Holanda: editora, 2005. 346 p.

MOREL, R. L. M. Um estudo sobre a produção científica brasileira segundo os dados do Institute for Scientific Information (ISI). **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 6, p. 99-109, 1977.

PEREIRA, P. A. P. Efeitos das mudanças no sistema Qualis/CAPES sobre o Serviço Social: a experiência do periódico SER Social/UnB. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 16-19, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8/10>>. Acesso em: 22 dez. 2011.

ROCHA E SILVA, M. Qualis 2011-2013, os três erros. **Jornal Vascular Brasileiro**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, jun. 2011.

VELHO, L.; KRIGE, J. Publication and citation practices of Brazilian agricultural scientists. **Social Studies of Science**, n. 14, p. 45-62, 1984.



CENTRO UNIVER  
DE IRATI-FE





Unicentro – Campus Universitário de Irati. O atual Campus Universitário de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná) funciona desde 1994 no km 07 da BR 153, no bairro Riozinho, onde antes operava o Seminário Santa Maria. Trata-se de um imóvel rural constituído por um prédio de alvenaria de três pavimentos, instalado em um terreno de 735 mil metros quadrados. Crédito: Coordenadoria de Comunicação Social/Unicentro.



Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito

Difficulties of evaluating publications in the field of Law

Las dificultades de evaluación de publicaciones en el ámbito del Derecho

Marcelo Dias Varella, doutor em Direito, professor e coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília e membro do Comitê de Área da Capes (Qualis). E-mail: marcelodvarella@gmail.com.

Claudia Rosane Roesler, doutora em Direito, professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília e representante adjunta junto ao Comitê de Área da Capes. E-mail: croesler@unb.br.

## Resumo

Este artigo analisa as dificuldades da avaliação de publicações na área de Direito, como livros, capítulos de livros, coletâneas e periódicos científicos. Na primeira parte, faz uma explicação rápida do processo de avaliação em outros países. Na segunda parte, traz os resultados de uma pesquisa de campo sobre 169 dissertações de mestrado e teses de doutorado, de programas com conceitos 3, 4, 5 e 6 de todo o Brasil. Em seguida, demonstra os impactos dos critérios de avaliação nos programas e quais foram os resultados da avaliação trienal 2007-2009. Por fim, traz algumas sugestões de aperfeiçoamento do sistema.

**Palavras-chave:** Critérios de Avaliação. Sistema Qualis. Sistema de Classificação de Livros. Avaliação Trienal. Área de Direito.

## Abstract

This paper analyzes the difficulties of evaluating publications in the field of Law, such as books, book chapters, edited volumes and scientific journals. The first part presents a brief explanation of the evaluation process in other countries. The second part presents the results of a field survey of 169 theses and dissertations from graduate programs in Brazil with the evaluation grades of 3, 4, 5 and 6. The paper demonstrates the impact of the evaluation criteria in the graduate programs and indicates what were the results of the assessment for 2007-2009 triennium. Finally, it offers some suggestions to improve the evaluation system.

**Keywords:** Evaluation Criteria. Qualis. Evaluation of Books. Triennial Evaluation. Law.

## Resumen

Este trabajo analiza las dificultades en la evaluación de publicaciones en el ámbito del Derecho, tales como libros, capítulos de libros, recopilaciones y periódicos científicos. En la primera parte, se presenta una explicación rápida del proceso de evaluación en otros países. En la segunda, los resultados de una encuesta acerca de 169 tesis doctorales y de maestría, de programas con conceptos 3, 4, 5 y 6 de todo Brasil. A continuación, se muestra el impacto de los criterios de evaluación en los programas y cuáles fueron los resultados de la evaluación trienal 2007-2009. Por último, se ofrecen algunas sugerencias para mejorar el sistema.

**Palabras clave:** Criterios de Evaluación. Sistema Qualis. Sistema de Clasificación de Libros. Evaluación Trienal. Ámbito del Derecho.

## Introdução

Um olhar sobre a atual situação das metodologias de avaliação de publicações científicas em Direito no Brasil revela um quadro

perturbador. De um lado, a recente implantação de novas regras do Qualis Periódicos e a criação de um Qualis Livros gera angústias e insegurança na pós-graduação em Direito no Brasil. De outro, é claro o descompasso entre a avaliação feita em outras áreas do conhecimento, inclusive nas ciências sociais ditas “aplicadas”, e as anteriormente feitas no Direito. Enquanto as outras áreas há muito aplicam certos critérios para a avaliação de periódicos e enfrentam dificuldades semelhantes às nossas na avaliação de livros, para o Direito todas essas mudanças significam um grande esforço de adaptação e um hercúleo trabalho burocrático.

A encruzilhada em que nos encontramos, portanto, pode ser sinteticamente caracterizada por mais um esforço de adaptação a metodologias importadas de outras áreas ou um verdadeiro e profundo olhar sobre as práticas de construção do conhecimento na pós-graduação em Direito no Brasil, que possa indicar algum caminho menos artificial a ser seguido.

Com efeito, as metodologias de avaliação de publicações na área de Direito, aplicadas nos últimos anos, dificilmente podem ser consideradas adequadas. Em geral, cuida-se de uma mera importação dos critérios de outras áreas de conhecimento, que não se adaptam à área de Direito, ou então de critérios pouco claros, inclusive para os próprios avaliadores. O sistema não é adequado, sobretudo, porque não valoriza os trabalhos realmente utilizados pelos estudantes de mestrado e doutorado e pelos pesquisadores da área. Além disso, gera efeitos negativos sobre a própria área, que busca produzir textos apenas para atingir os critérios propostos e assim obter melhor avaliação, mas que serão pouco lidos pelos pares.

A área de Direito, no entanto, tem vícios tradicionais na produção e reprodução do conhecimento, que dificultam o seu crescimento e a conquista de uma independência epistemológica. Em geral, os juristas não utilizam como fontes trabalhos de pesquisa produzidos pela própria área no Brasil. Dissertações e teses recentes, ainda que disponíveis, praticamente não são consultadas durante a pesquisa científica. O resultado é a duplicação ou multiplicação de esforços

repetitivos, que não aproveitam os avanços anteriores e reproduzem trabalhos acadêmicos sobre os mesmos temas em várias escolas do País.

Um sistema fundado em premissas diferentes precisa ser implementado para estimular a premiação dos veículos realmente lidos pelos estudantes de mestrado e doutorado e pelos pesquisadores da área jurídica. A metodologia deve ainda contribuir para a real disseminação do conhecimento produzido pela área entre os seus pesquisadores. Diferentes mecanismos de integração entre os programas podem ser utilizados para tornar possível a multiplicação desnecessária de esforços repetitivos.

As experiências de outras áreas (1) e de outros países na avaliação da área jurídica é rica em exemplos (2). Trata-se de um problema já enfrentado por colegas, que merece ser conhecido. Para formular uma política nacional, é preciso conhecer o que os mestrandos e os doutorandos brasileiros leem (3), para, em seguida, analisar se as políticas de avaliação adotadas são convenientes para os objetivos pretendidos (4). Com essas premissas estabelecidas, podemos propor alguns elementos para discussão do aperfeiçoamento da avaliação da área no Brasil (5).

## **1. Aspectos gerais da experiência de avaliação de periódicos**

O principal critério de mensuração da qualidade de um artigo científico é a quantidade de citações a esse artigo na produção da área. Quanto mais o artigo é lido e citado, maior impacto o artigo tem em determinada área. Logicamente, devem-se criar compensações para áreas com menos pesquisadores e não usar o número absoluto de citações, de forma a privilegiar áreas ou temas mais populares em determinado momento.

A avaliação da qualidade das publicações é importante por ser um dos principais critérios de avaliação da pesquisa científica. Contribui para legitimar classificações dos cursos, autorizar sua expansão ou

fechamento e distribuir recursos para a pesquisa. No campo jurídico, nos diferentes países que enfrentaram a questão da avaliação das publicações, o problema não é diferente. Nas diversas áreas, em diferentes países, criam-se instrumentos para medir o impacto de um artigo com base na quantidade de citações e nos acessos ao texto, o que é mensurável quando o artigo está disponível na internet ou com base em considerações subjetivas. A contagem de citações ao artigo é realizada por técnicas de bibliometria.

Especificamente para os periódicos, existem outras ferramentas úteis. Os periódicos são classificados em função da independência no julgamento dos artigos a serem publicados e do impacto regional, nacional ou internacional das suas publicações. A independência no julgamento dos artigos é medida pela utilização de avaliação cega por pares (*double blind review*), pela qual o autor desconhece quem o avalia e o avaliador desconhece a autoria do artigo. Via de regra, exige-se um número mínimo de dois avaliadores para cada artigo para atestar a sua qualidade.

A dimensão do impacto é medida pela dispersão regional, nacional e internacional dos interessados em publicar artigos no periódico, dos examinadores dos artigos e daqueles que propõem a linha editorial. Um periódico regional pressupõe que apenas os pesquisadores da sua região se interessam em enviar artigos ao periódico, que os artigos são julgados pelos professores da própria região e que a linha editorial reflete as preocupações locais. Um periódico internacional, por sua vez, implica que pesquisadores de vários locais do mundo tentem publicar os resultados da sua pesquisa naquele periódico, que os artigos sejam julgados por professores de várias partes do mundo e que a linha editorial seja formulada por pesquisadores de diferentes países. Esses critérios são utilizados pela quase totalidade dos indexadores nacionais e internacionais, como Scielo (brasileiro), *ISI Web of Sciences* (internacional), entre outros, conforme a grande área do conhecimento.

Os dois critérios guardam correlação estreita. Quanto mais um periódico é lido e citado, maior o seu impacto sobre a área e

maior o interesse dos estudantes e pesquisadores em publicar nesse periódico. Uma vez que o interesse da maior parte dos países do mundo é internacionalizar os resultados da sua pesquisa, influenciar a produção acadêmica mundial, maior será a procura pelas revistas muito citadas. No entanto, uma revista apenas chega a ser muito citada se desenvolver preocupações que ultrapassem seus problemas regionais e legitimar a escolha do material a ser publicado com mecanismos de independência. Estudos comparando o número de citações a artigos publicados em revistas de maior *ranking* demonstram uma relação direta entre os dois critérios (BROPHY, 2009).

Críticos quanto aos critérios acima apontam distorções. Em relação à correlação entre a quantidade de citações ao artigo, indicam que um artigo com hipóteses ou conclusões absurdas pode ser muito citado em um sentido negativo. O problema se limita a algumas exceções, mas não é totalmente desprovido de efeitos benéficos. Um artigo com metodologia inapropriada ou conclusões absurdas contribui para a consolidação das conclusões contrárias, rapidamente rebatidas pela área em geral com a produção e a consolidação de argumentos inovadores. Além disso, esses artigos são rapidamente esquecidos, ao passo que um artigo inovador tende a ser mais utilizado ao longo do tempo.

Em relação à bibliometria, pode haver distorções concretas. Uma estratégia para burlar o sistema seria estimular a autocitação ou que estudantes de mestrado e doutorado façam citações aos trabalhos da própria instituição. No entanto, para que se distorça o resultado, seria importante que muitos trabalhos do programa de pós-graduação citassem um determinado texto. Logo, é muito difícil forçar a quantidade de citações a um artigo a ponto de distorcer o sistema. Seria necessário que o autor ou seus colegas publicassem muitos artigos para que o impacto de citações fosse significativo. De qualquer modo, a ética acadêmica consolidada na maior parte das instituições é, em geral, eficaz para evitar abusos maiores. Além disso, mesmo nesses casos, há efeitos benéficos: o estímulo aos estudantes de mestrado e doutorado a lerem e citarem os artigos de seus professores, para forçar citações, ainda que negativo na essência, ao menos traz o efeito



positivo de difundir o conhecimento dentro da própria instituição, o que muitas vezes não ocorre, como veremos na análise das referências bibliográficas na área de Direito no Brasil.

Outras críticas são bastante comuns. No tocante à necessidade de publicar em periódicos estrangeiros, os críticos da área jurídica indicam a exigência das revistas estrangeiras de maior impacto demandarem pagamento para a publicação dos artigos, como se aqueles que pagassem pela publicação pudessem automaticamente publicar seus textos. Não é verdade. Primeiro, os periódicos jurídicos não exigem pagamento de taxas para a publicação de artigos. Ao contrário, os principais periódicos dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido remuneram seus autores, em valores que variam entre US\$ 700 a 1.500 por artigo. A *Revue Française de Droit International* (Clunet, França), por exemplo, remunera com € 700 por artigo publicado. Além da remuneração em pecúnia, é comum dar acesso ao autor à base de dados com a integralidade dos artigos já publicados, inseri-lo em redes de relacionamento sobre seu tema e convidá-lo para seminários internacionais promovidos pela própria editora para expor suas ideias a outros colegas. Desconhecemos na área jurídica qualquer periódico impactante que exija o pagamento para publicação.

De qualquer modo, periódicos como *Nature*, *Science*, *New England Journal of Medicine*, veículos importantes para áreas consolidadas como Biologia, Bioquímica e Medicina, exigem pagamentos para a publicação de artigos. No entanto, um artigo apenas é publicado após rígida análise de sua qualidade e contribuição para a inovação do conhecimento. Em alguns casos, os experimentos devem ser refeitos e confirmados por outros centros de pesquisa, atestando a veracidade das informações. Não basta pagar, mas apenas se pode pagar depois de uma rígida seleção. Países como China, por exemplo, remuneram seus cientistas com valores que podem chegar a milhares de dólares por artigo publicado nesses periódicos, além de benefícios como melhores residências, o que leva a forte pressão sobre os cientistas nacionais (QIU, 2010). O efeito é justamente o contrário: uma luta pela publicação em revistas de categoria mundial, que leva às vezes a práticas desleais, como plágio, resultados falsos etc., por vezes, motivo de escândalos mundialmente veiculados.

## 2. Experiência estrangeira de avaliação na área jurídica

### 2.1. Experiência dos Estados Unidos

Na área jurídica, o país com maior tradição em avaliação de publicações são os Estados Unidos. O núcleo dos critérios de avaliação é o mesmo das ciências duras: quantidade de citações, que também é chamado de impacto na área. Utiliza-se um sistema de análise quantitativa de citações, por meio de técnicas de bibliometria. Os periódicos da área utilizam indexadores que contam as citações dos artigos da mesma forma que o Scielo o faz no Brasil. Consegue-se inclusive medir a quantidade de citações a uma determinada publicação em decisões judiciais, em diferentes tribunais. As bases de dados americanas permitem inclusive selecionar o impacto de citações em uma determinada corte em especial, o que permite avaliar a influência regional de um periódico.

O cálculo da quantidade de citações é facilitado pela existência de sistemas automáticos de contagem. Quanto mais vezes um artigo é citado, maior o impacto na área. O índice de impacto de um periódico é medido pela quantidade de citações ao periódico dividida pela quantidade de artigos publicados pelo mesmo, durante um espaço de tempo, normalmente um ano. Busca-se evitar distorções entre periódicos que publicam poucos artigos por ano e outros que publicam muitos artigos por ano. O impacto de um artigo é medido em números absolutos de citações a esse artigo, tanto por outros artigos em revistas indexadas quanto por decisões judiciais.

O *ranking* das revistas americanas tem relação direta com o próprio *ranking* das faculdades, que envolve outros fatores, como a percepção dos profissionais e a procura dos cursos pelos alunos (BROPHY, 2006).

O professor Doyle, da Faculdade de Direito da Universidade de Washington & Lee, tornou-se referência sobre o tema ao criar uma base de dados que calcula automaticamente os índices de impacto dos periódicos. A sua base de dados<sup>1</sup> é amplamente consultada e traz

<sup>1</sup> <http://lawlib.wlu.edu/>.

um *ranking* entre os periódicos nacionais e estrangeiros. Há inclusive revistas brasileiras citadas, a exemplo da *Sur*, publicada pela FGV-SP. A metodologia consiste em uma contagem de citações dos artigos publicados nos periódicos nos últimos oito anos em artigos jurídicos e em decisões judiciais, o que é possível por meio do uso de ferramentas eletrônicas e da base Westlaw, que contém a jurisprudência dos tribunais. O objetivo de considerar oito anos é, ao mesmo tempo, avaliar a antiguidade dos periódicos. De qualquer modo, a maioria das faculdades de direito dos Estados Unidos tem periódicos com muito mais do que oito anos de existência<sup>2</sup>.

O impacto de um determinado periódico é medido pelo total de citações em um ano. O objetivo é ajudar os autores na escolha do periódico que publicará seu artigo. Mede-se inclusive o benefício econômico de uma biblioteca comprar ou não o periódico, em função de um cálculo de impacto *versus* custo da assinatura anual<sup>3</sup>. O sistema prevê o quanto o periódico será acessado e citado e o custo disso. De qualquer modo, não há concentração dos índices de impacto dos periódicos em Direito, porque os 100 mais importantes periódicos representam apenas 39,3% das citações realizadas (CHEN, 2006).

Na prática, mesmo com um sistema de bibliometria puro, como adotado nos Estados Unidos, garante-se a independência e exogenia do periódico. Apenas são contadas as citações dos periódicos indexados e um periódico apenas é aceito pelo indexador se garantir a exogenia do conselho editorial, da composição dos pareceristas *ad hoc* e da origem dos autores dos artigos, além de vários outros critérios objetivos. Em 2010, os periódicos das faculdades de Direito de Harvard, Duke, Yale, Chicago, Vanderbilt, Columbia, Virginia, Stanford, Wisconsin e Washington & Lee estavam no topo do *ranking* (BROPHY, 2006).

## 2.2. Experiência da França

Na França, a experiência não se distancia muito da brasileira. A avaliação dos periódicos é realizada pela *Agence d'Évaluation de la Recherche et de l'Enseignement Supérieur* (AERES). Houve uma primeira tentativa de classificar os livros e periódicos jurídicos em

<sup>2</sup> <http://lawlib.wlu.edu/LJ/method.asp>. Acesso em: 20 maio 2010.

<sup>3</sup> Há apenas um periódico brasileiro, *Sur*, publicado pela FGV, que recentemente foi avaliado como A1 pela área de Direito.

três níveis, utilizando técnicas de bibliometria, ou seja, a contagem de citações em outros periódicos indexados. No entanto, nem os periódicos jurídicos franceses nem as teses estão disponíveis em bases *on-line* indexadas que permitam a contagem. Discutiu-se em seguida a possibilidade da contagem em bases americanas, mas a técnica foi considerada inapropriada, porque a área jurídica tem a especificidade de ser muito voltada para os problemas nacionais. Apenas alguns ramos do Direito seriam privilegiados, como Direito Internacional, Direito Comparado, Teoria do Direito, Filosofia Jurídica e Antropologia Jurídica, em detrimento de outros, como Direito Civil, Penal, Comercial, Administrativo.

Os franceses partiram então para uma análise caso a caso. Quanto aos livros, houve uma primeira tentativa de classificação, sem atribuição de pontos, a saber:

- a) Livros:
  - 1) Tratados;
  - 2) Manuais; e
  - 3) Obras de vulgarização do conhecimento.
- b) Capítulos de livros:
  - 1) Contribuições em coletâneas;
  - 2) Apresentação em colóquios sobre um tema específico; e
  - 3) Resultados de uma rede de pesquisa.
- c) Códigos anotados
- d) Enciclopédias

Em relação aos periódicos, foram estabelecidos três critérios de pontuação: governança editorial, difusão e disponibilidade da revista e conteúdo. No tocante à governança da revista, verifica-se a existência de membros estrangeiros no conselho editorial, a existência de critérios pré-definidos e conhecidos para a seleção dos artigos e a existência de avaliação cega por pares. Em relação à difusão da revista, avalia-se sua antiguidade, se os textos estão disponíveis na internet, a regularidade editorial e a regularidade do nível científico. No que se refere à qualidade do periódico, há a leitura deles, com o teste da originalidade das abordagens, o aprofundamento nos temas, a contribuição pessoal do autor para a evolução da discussão, a

delimitação de novos conceitos, os métodos de pesquisa inovadores e a visão comparatista e multidisciplinar. A pontuação de um periódico seria assim estabelecida:

- a) Governança:
  - 1) Existência de comitê de leitura: 2 pts;
  - 2) Composição com membros estrangeiros: 1 pt; e
  - 3) Procedimento de seleção dos artigos: 0 a 2 pts;
- b) Difusão e visibilidade da revista – 3 pts quando cumpridos todos os critérios:
  - 1) Antiguidade;
  - 2) Difusão;
  - 3) Regularidade editorial;
  - 4) Regularidade do nível científico médio; e
  - 5) Presença de artigos de autores estrangeiros e todos os artigos com resumo em língua estrangeira;
- c) Qualidade científica da publicação:
  - 1) Transversalidade – 1 pt;
  - 2) Diversidade bibliográfica e inovação metodológica – 1 pt; e
  - 3) Grau de aprofundamento científico – 0, 2 ou 5 pts;

No entanto, a experiência francesa não foi bem sucedida. A matriz de análise acima foi aprovada pela comunidade científica, mas quando os resultados foram publicados, houve forte contestação. A quantidade de critérios subjetivos levou à não efetivação da classificação, em função de disputas entre os editores dos periódicos. Tenta-se agora articular critérios que sejam aceitos pela área<sup>4</sup>.

### 3. Análise do perfil das citações na área do Direito no Brasil

Intuitivamente, todos os participantes da área de Direito manejam a ideia de uma “especificidade” da área, especificidade que nos distingue das demais áreas nas quais tradicionalmente se divide a pós-graduação brasileira. Uma das distinções importantes e sempre levantadas quando o assunto vem à tona se relaciona com as fontes de pesquisa utilizadas em trabalhos acadêmicos de mestrado

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.aeres-evaluation.html](http://www.aeres-evaluation.html)>. Acesso em: 5 dez. 2010. Também presente em entrevista com Marie Angele Hermitte, do CNRS.

e doutorado em todo o País. Ao contrário de cursos de ciências duras, como Física, Biologia ou engenharias, a pesquisa em Direito é muito mais fundada no estudo de livros monográficos do que em revistas científicas, por exemplo. Os principais instrumentos de divulgação do conhecimento científico produzidos na área são livros, sobretudo brasileiros, que analisam questões específicas dos problemas sociais concretos da nossa realidade. Uma análise crítica dessa realidade permite algumas considerações positivas e negativas sobre a forma de produzir o conhecimento, de se relacionar com o conhecimento produzido em outros países e por outros colegas.

Em uma primeira aproximação, percebe-se que na área de Direito, em geral, independentemente do nível de avaliação do programa pela Capes, há uma repetição das metodologias de pesquisa e das fontes pesquisadas. Ao que tudo indica, os mestrandos e doutorandos conhecem pouco os trabalhos dos demais pesquisadores, tanto dos seus próprios professores como de seus colegas de mestrado e doutorado. Ainda que não se possa afirmar de forma contundente, o portal de domínio público, que contém teses e dissertações, é pouco utilizado ou, ao menos, se for utilizado, não é citado nos trabalhos produzidos.

O uso da bibliografia estrangeira é bastante reduzido e se concentra, sobretudo, em obras traduzidas para o português. Os autores estrangeiros mais citados são praticamente os mesmos em todo o País, o que demonstra a forte influência de alguns autores considerados clássicos pela área, que são lidos e adotados em praticamente todos os programas, a exemplo de Bobbio, Alexy, Canotilho, Cappelletti, Dworkin, Haberle, Kelsen, Hesse, Hobbes, Rawls, a ponto que chega a ser difícil encontrar um trabalho que não cite pelo menos algum desses autores.

Pretendemos aprofundar um pouco essa análise. A partir de uma pesquisa empírica, conseguiu-se levantar alguns dados que podem servir de base para outros documentos e análises. Esperamos que possam servir de fonte para a formulação de políticas pelos coordenadores de programas e pelo comitê de área para aperfeiçoar os métodos de trabalho e discutir criticamente os rumos de melhoria que

a área tem tomado nos últimos anos, em especial em relação à indução de qualidade e aos critérios de avaliação de publicações pelo sistema Qualis, da Capes.

### 3.1. Breve descrição da metodologia de coleta e sistematização dos dados

Os autores realizaram uma pesquisa em dissertações e teses de doutorado de programas de mestrado e doutorado em Direito, de instituições de ensino superior, de conceitos 3, 4, 5 e 6. Não foram analisados trabalhos de programas de conceito 7, porque, como se sabe, inexistem no momento programas classificados nesse conceito em Direito, no Brasil.

Ao todo, foram analisadas 165 dissertações de mestrado, praticamente todas defendidas em 2009. Foram ainda estudadas 14 teses de doutorado, também defendidas em 2009<sup>5</sup>. Os trabalhos foram recuperados no portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) ou então diretamente nos programas que não disponibilizam suas dissertações nesse portal. Em cada programa, foram coletadas cinco dissertações de mestrado ou cinco teses de doutorado. Em um dos programas, havia apenas quatro teses de doutorado disponíveis em formato eletrônico. Procurou-se obter, durante a pesquisa dados, ao menos:

- a) cinco programas com conceito 3;
- b) cinco programas com conceitos 4, 5 e 6; e
- c) teses dos programas que já tiveram defesas, de conceitos 4, 5 e 6.

As instituições com trabalhos coletados foram:

#### Conceito 3

- 1) Fundinopi, PR;
- 2) Unaerp, SP;
- 3) Universidade Estadual Paulista (Unesp);
- 4) Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal); e
- 5) Universidade Regional Integrada (URI).

<sup>5</sup> Em dois casos, identificados nos dados crus, quando não houve o mínimo de trabalhos de um mesmo programa, os autores colheram até dois trabalhos de 2008. De qualquer modo, praticamente toda a base de pesquisa se refere a 2009 (98%).

#### **Conceito 4**

- 6) Universidade Gama Filho (UGF);
- 7) Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc);
- 8) Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM);
- 9) Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR);
- 10) Universidade do Vale do Itajaí (Univali); e
- 11) Centro Universitário de Brasília (UnICEUB).

#### **Conceito 5**

- 12) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS);
- 13) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);
- 14) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP);
- 15) Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos); e
- 16) Universidade de Brasília (UnB).

#### **Conceito 6**

- 17) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e
- 18) Universidade de São Paulo (USP).

#### **Doutorado**

- 1) Universidade de Brasília (UnB);
- 2) Universidade de São Paulo (USP); e
- 3) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Não foram coletados dados de instituições importantes, como algumas universidades federais com doutorado, a exemplo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), porque esses dados não estavam disponíveis na base de dados [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) e não se conseguiu obter os dados junto aos programas a tempo de incluí-los na pesquisa. De qualquer modo, devido à forte uniformidade dos dados em todos os trabalhos pesquisados, não acreditamos que haveria novidades importantes a ponto de alterar as conclusões, se incluídas as dissertações e teses desses programas.

O número de teses e dissertações foi basicamente o mesmo por programa, entre nove e 11, conforme a disponibilidade dos dados.



Os trabalhos foram escolhidos pela ordem que apareciam no portal. Acreditamos que a diferença de até dois trabalhos por programa ou a escolha das dissertações e teses ao acaso não compromete a análise realizada neste artigo, pois não houve variação importante nos dados avaliados.

Para a melhor visualização dos dados, organizamos as tabelas abaixo.

**Tabela 1. Número de dissertações por conceito Capes**

Conceito de avaliação na Capes	Número de dissertações selecionadas
IES Conceito 3	50
IES Conceito 4	55
IES Conceito 5	45
IES Conceito 6	15
Total	165

**Tabela 2. Número de teses por conceito Capes**

Conceito de avaliação na Capes	Número de teses selecionadas
IES Conceitos 5 e 6	14

Em uma segunda análise, foram selecionadas as listas de referências bibliográficas de todos os trabalhos. Ao todo, foram analisados aproximadamente 18 mil itens referenciados, conforme detalhado na tabela a seguir:

**Tabela 3. Número de itens de bibliografia coletados por conceito Capes em dissertações de mestrado**

Conceito de avaliação na Capes	Bibliografia coletada
IES Conceito 3	4.550
IES Conceito 4	4.383
IES Conceito 5	5.180
IES Conceito 6	1.432
<b>Total</b>	<b>15.545</b>

<sup>6</sup> Foram considerados clássicos os autores que apresentam um grande número de citações e cuja produção científica abrange, de um modo geral, várias subáreas do Direito. Sua função, portanto, é a de dar um suporte de base aos trabalhos das mais variadas subáreas jurídicas, eis que nesse primeiro momento não se entrou na análise mais refinada de como os autores são citados.

<sup>7</sup> Foram considerados livros monográficos aqueles que apresentam uma temática definida, aprofundando-a e não se dedicando a uma conceituação geral dos institutos e problemas jurídicos de determinada subárea do Direito, caso em que o livro foi considerado como manual.

<sup>8</sup> Manuais de Direito brasileiros são aqueles com autores afiliados a instituições brasileiras que tematizam o ordenamento jurídico sob a ótica do Direito brasileiro. Estrangeiros, aqueles que, mesmo traduzidos, não são nacionais, estão vinculados a instituições de outros países e tematizam sobre outros ordenamentos jurídicos.

<sup>9</sup> Foram consideradas coletâneas os livros coordenados, organizados e editados por um ou mais autores que contivessem um conjunto de capítulos assinados por uma pluralidade de autores, com ou sem uma vinculação temática estrita.

<sup>10</sup> Essas informações ainda não foram completamente analisadas, razão pela qual não aparecem discutidas no presente artigo e serão incorporadas em uma próxima discussão.

**Tabela 4. Número de itens de bibliografia coletados por conceito Capes em teses de doutorado**

Conceito de avaliação na Capes	Bibliografia coletada
IES Conceitos 5 e 6	2.969

É importante lembrar ao leitor que os programas com conceito 6, por serem em número muito menor do que os demais, apresentam também um menor número de trabalhos analisados, como se pode ver nas tabelas 1 e 2. Esse dado se traduz, evidentemente, em um número muito mais baixo de itens de bibliografia referenciados, como se pode ver nas tabelas 3 e 4. A conclusão, assim, não pode ser a de que há maior utilização de itens bibliográficos referenciados nos demais programas, sob pena de se desconsiderar a especificidade desses dados.

Após a coleta dos dados, os autores classificaram a bibliografia conforme a natureza da obra citada. As categorias de classificação das bibliografias utilizadas, criadas para realizar o presente estudo foram:

- a) Autores clássicos<sup>6</sup>;
- b) Livros monográficos<sup>7</sup>;
- c) Manuais de Direito brasileiros<sup>8</sup>;
- d) Manuais de Direito estrangeiros;
- e) Coletâneas<sup>9</sup>;
- f) Periódicos nacionais;
- g) Periódicos estrangeiros;
- h) Dissertações e teses;
- i) Jornais e revistas de grande circulação; e
- j) Sites web.

Em seguida, outras subclassificações foram realizadas para aperfeiçoar as informações coletadas, como:

- a) Origem dos periódicos citados (se do próprio programa ou de outros programas<sup>10</sup>); e
- b) Idiomas mais utilizados e a percentagem de utilização.

Os autores não verificaram quantas citações houve de cada referência, embora esse seja um trabalho que está sendo desenvolvido

para aperfeiçoar o presente texto. No artigo, não citaremos a autoria das dissertações e teses por não ser informação pertinente em função dos objetivos elencados.

### **3.2. Apresentação e discussão dos resultados obtidos**

Muitas análises podem ser realizadas a partir dos dados obtidos<sup>11</sup>. As primeiras análises realizadas pela equipe de pesquisa se concentraram em: quantidade de referências por dissertação ou tese e por conceito de avaliação do programa na Capes; principais fontes bibliográficas utilizadas e perfil dessas fontes; uso de bibliografia estrangeira e de quais idiomas; e principais autores clássicos citados pelos acadêmicos. A seguir, trataremos de cada ponto de forma isolada.

#### **a) Quantidade de referências por dissertação ou tese**

Em geral, uma dissertação de mestrado utiliza entre 80 e 100 fontes bibliográficas distintas, entre livros, capítulos de livros e artigos científicos. O número é relativamente o mesmo em todos os trabalhos e programas analisados. Logicamente, encontram-se dissertações com um número significativamente maior ou menor de referências, mas são exceções que ocorrem em todos os programas analisados. As teses de doutorado, por sua vez, têm um pouco mais do dobro de referências bibliográficas, em média 212 por tese.

Não é possível afirmar que quanto melhor o conceito da Instituição de Educação Superior (IES), maior o número de referências bibliográficas, porque se nota que as dissertações das IES de conceito 6 têm, em média, menos referências bibliográficas que as de conceito 5, mas o mesmo número de fontes que uma dissertação de uma IES com conceito 3, por exemplo. A falta de linearidade é constante em todos os níveis de avaliação.

A inferência, portanto, de que os estudantes que fizeram sua formação em programas mais bem avaliados utilizaram em suas dissertações ou teses um maior volume de fontes bibliográficas não pode ser realizada. A excelência acadêmica, evidentemente, não está

<sup>11</sup> Os dados brutos serão disponibilizados nos sites dos programas de mestrado e doutorado do UniCEUB e da UnB.

relacionada com o número de fontes citadas, razão pela qual uma segunda etapa da presente pesquisa pretende analisar de forma mais detida como os itens referenciados são utilizados. Talvez nessa segunda etapa alguma diferença entre os produtos dos programas mais bem conceituados venha a ser visível. No momento, no entanto, como afirmamos há pouco, não há qualquer linearidade.

Assim:

**Tabela 5. Quantidade de referências bibliográficas por conceito Capes**

Conceito de avaliação na Capes, conforme o nível da IES	Quantidade de referências bibliográficas por dissertação ou tese
Conceito 3 Dissertações	91
Conceito 4 Dissertações	79
Conceito 5 Dissertações	115
Conceito 6 Dissertações	95
Conceitos 5 e 6 Teses	212

### **b) Principais fontes bibliográficas utilizadas**

As principais fontes bibliográficas utilizadas pelos estudantes de mestrado e doutorado em Direito no Brasil para realizar seus trabalhos são livros monográficos, que representam, em quase todos os trabalhos, de 40 a 50% das referências utilizadas. Por trabalho monográfico, como já explicitado em nota de rodapé anterior, compreendem-se aqueles escritos por um ou dois autores apenas sobre um tema específico do conhecimento e não um manual. O livro monográfico tem, evidentemente, a virtude de aprofundar um tema e assim subsidiar de modo mais adequado a construção de um trabalho acadêmico. Essa pode ser, pelo menos à primeira vista, a explicação para o alto índice de utilização dessa fonte bibliográfica nas dissertações e teses.

Se considerarmos que ser lido é um indicativo de sucesso de um trabalho acadêmico, pode-se dizer que a chave para o sucesso de uma dissertação ou tese no Brasil é que ela seja publicada em forma de livro. O seu formato, dada a sua natureza, é o de um livro monográfico.

Os dados indicam, no entanto, que, de fato, quase ninguém usa em seus trabalhos científicos outras dissertações ou teses não publicadas. A passagem entre o momento da escrita e defesa de um trabalho monográfico, como a tese ou a dissertação, e a sua publicação é crucial para que o trabalho realizado pelo autor seja apropriado pela comunidade acadêmica.

As citações a dissertações ou teses representam menos de 1% do total de referências utilizadas! Embora possamos buscar várias explicações para esse fato, parece bastante razoável supor que a área só valoriza o trabalho monográfico quando ele vem com a chancela de uma editora que se dispôs a publicá-lo, mesmo sabendo que nos últimos anos tem crescido um próspero mercado de publicação pagas. Ou seja, o fato de se publicar uma tese ou dissertação não significa que ela seja realmente mais relevante para a área do que outra que permanece não publicada. Aliás, pesquisa interessante de ser realizada consistiria justamente em levantar quantas, das teses e dissertações publicadas em um dado período, são publicadas em forma de livro e quais os critérios utilizados pelas editoras para selecioná-las.

Independentemente de um possível refinamento dos dados pertinentes a essa passagem das teses e dissertações para livros monográficos, é óbvio que o baixo uso de teses e dissertações como fontes bibliográficas tem várias consequências negativas, como a duplicidade de esforços, a multiplicação de estudos sobre um mesmo tema, a dificuldade de se avaliar se em dadas áreas ou a respeito de certos problemas há um efetivo avanço do conhecimento, a criação de temas “da moda” e o abandono de outros problemas teóricos importantes, entre outros.

A explicação para isso pode ser dada por diferentes razões. Até poucos anos atrás, as dissertações e teses não estavam disponíveis na internet e o acesso era difícil; apenas possível nas bibliotecas de cada programa. Embora a base de dados dominiopublico já esteja disponível há alguns anos, os pesquisadores não têm por hábito utilizá-la como uma fonte de pesquisa. Muitos programas também não alimentam o sistema com os textos dos alunos. Além disso, há resistência na

área jurídica em disponibilizar os trabalhos em texto integral, porque os alunos preferem publicá-los em forma de livros. O comitê de área chegou a sugerir que ao menos os resumos dos trabalhos fossem disponibilizados e se em seis meses não fosse publicado em forma de livro, o documento seria integralmente publicado na internet. Mas a prática tem sido outra. Mesmo assim, nem os trabalhos já disponíveis integralmente são utilizados na prática.

De algum modo, os dados levantados parecem sugerir que, por mais paradoxal que seja, a área não valoriza sua própria produção e não confia nela, considerando que uma dissertação ou tese pode e deve ser construída sem que antes o estudante e seu orientador tenham conhecimento do “estado da arte” daquela temática. Ou, caso tenham, não considerem necessária a explícita referência, produzindo assim um processo contínuo de análise que não leva em conta o que os interlocutores naturais – seus pares acadêmicos – produziram. É evidente que esse uso não implica aceitação, mas, dados os pressupostos que norteiam a feitura de um bom trabalho acadêmico, implica uma apropriação crítica, ou seja, com uma argumentação pertinente e bem fundamentada do que é aceito e do que é descartado. Sem esse diálogo e essa apropriação dos resultados produzidos antes que se inicie uma nova tese ou dissertação, a possibilidade de bons debates críticos e da seleção dos melhores argumentos é muito pequena, o que certamente debilita os trabalhos acadêmicos.

A segunda principal fonte bibliográfica são os manuais de Direito. É comum encontrarmos a crítica de que os estudantes de mestrado e doutorado apenas utilizam manuais. Não é verdade. O uso de manuais é importante, mas representa em média 15 a 17% do total das fontes citadas. Dividem-se em manuais nacionais e estrangeiros. De qualquer modo, o uso de manuais é relativamente importante como fonte para a pesquisa científica em dissertações e teses no Brasil e não pode ser negligenciado. Dada a estrutura dos manuais, com uma conceituação e uma análise mais genérica dos institutos e problemas de uma determinada subárea do Direito, seu uso, ainda que não ocorra com a frequência que a intuição dos participantes da área indica, parece indicar que nossos mestrandos e doutorandos nem sempre os

entendem como relevantes ou têm o tempo necessário para buscar em trabalhos monográficos os referenciais teóricos de que necessitam para construir seus trabalhos. Uma visão mais apropriada desse ponto, no entanto, somente poderá ser oferecida ao leitor quando a presente pesquisa chegar ao seu final.

Em terceiro lugar, encontram-se os capítulos de coletâneas de artigos, embora com percentagem bem menor (11 a 16%). O uso varia conforme a dissertação. Trata-se mesmo de uma comparação injusta, porque na lista de referências bibliográficas uma coletânea com 10 artigos pode ser citada até 10 vezes e há distorção dos números. De qualquer modo, a equipe não verificou, nessa etapa ainda não conclusiva do estudo, a repetição de uma mesma coletânea nos trabalhos.

Em seguida, encontramos os artigos em periódicos científicos. Do total de citações analisadas, cerca de 10% se referiam a essa categoria de fonte. Ao contrário de outras áreas do conhecimento, os estudantes de Direito consultam pouco as revistas científicas, o que leva a uma análise crítica dessa fonte como a principal forma de avaliação da área, ao contrário do que se denota em outras áreas do conhecimento. O uso de periódicos estrangeiros, a principal fonte de divulgação científica fora do Brasil, é praticamente nulo nas pesquisas nacionais (menor do que 1%). Por fim, outro dado muito interessante: praticamente nenhuma dissertação ou tese utilizou artigos publicados em periódicos científicos da própria instituição (menos que 0,5%). Nos programas pesquisados, não se conhece ou, caso se conheça, não se utiliza a produção científica em periódicos do próprio programa, produzida pelos colegas mais próximos.

O uso de informações em sites da internet também é comum. Aqui, não consideramos as revistas em formato eletrônico, que foram consideradas na categoria anterior, nem os livros eletrônicos, mas apenas as referências a textos disponíveis na web. O uso dessas fontes varia entre 6 e 8%, conforme o conjunto de dissertações.

Por último, encontramos jornais e revistas que praticamente inexistem nas fontes brasileiras e concentram menos de 1% do total.

Em resumo, teríamos o seguinte cenário, quando separamos os dados em percentuais do total de referências.

**Tabela 6. Categoria de bibliografia utilizada conforme conceito Capes em percentuais**

<b>Categoria de bibliografia mais utilizada, por IES, conforme conceito da IES</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>Doutorado</b>
Autores clássicos	7	7	6	3	6
Manuais de Direito	17	15	13	10	6
Livros monográficos	45	42	38	36	39
Coletâneas	11	11	16	14	13
Sites diversos	8	7	6	11	7
Dissertações e teses	1	1	1	2	2
Revistas jurídicas	10	9	10	9	9
Jornais e outras revistas	1	1	1	2	5
Livros em língua estrangeira (manuais e monográficos)	2	6	6	8	9
Revistas em outros idiomas	-	2	2	5	4

### **c) Uso de autores clássicos**

Alguns autores podem ser classificados como fundamentais ou basilares para a área de Direito, como Alexy, Bobbio, Kelsen, Arendt, Dworkin, Rawls, Habermas, Weber, Canotilho e Boaventura de Sousa Santos, em praticamente todos os programas. Certo, o uso de autores clássicos varia conforme o programa, as preferências teóricas do corpo docente, as linhas e os grupos de pesquisa, mas esse núcleo duro permaneceu constante.

De qualquer modo, o uso de autores clássicos é subsidiário nas dissertações e teses. Em média, um trabalho de mestrado utiliza entre 2 e 6% de autores clássicos em sua bibliografia, praticamente em todos os casos quando já traduzidos para o português, ou seja, as obras mais utilizadas e conhecidas desses autores.

### **d) Uso de textos em língua estrangeira**

A grande maioria dos livros utilizados é escrita em português (98%). Em outras palavras, os estudantes de Direito praticamente não



citam livros escritos em outros idiomas. Para um autor estrangeiro ser citado em uma dissertação ou tese no Brasil, ele tem que quase necessariamente ter seu trabalho traduzido para o português. O mesmo ocorre com os periódicos científicos. Em geral, apenas livros muito vendidos nos países de origem são traduzidos para o português, em geral, com algum tempo de publicação e circulação em seus países de origem. Assim, os estudantes de mestrado e doutorado em Direito no Brasil têm pouco contato com o estado da arte da pesquisa científica da área de outros países, mesmo se, em alguns casos, como nos Estados Unidos, parte importante desse material está disponível na internet, gratuitamente, no Portal Periódicos da Capes ou em bases de dados acessíveis.

Nas instituições com conceitos 4, 5 e 6, o uso de livros em idiomas estrangeiros chega a 6%. Esse número é de apenas 2% nas IES com conceito 3. De qualquer modo, nas dissertações de mestrado, dentre os poucos textos citados em outros idiomas, há massiva presença de textos em língua espanhola, idioma muitas vezes aceito para a prova de proficiência em língua estrangeira pelo programa. O uso de artigos em periódicos em língua estrangeira é muito residual e não passa de 2% do total dos já poucos artigos lidos em outros idiomas.

O uso de textos em inglês vem em segundo lugar e seu uso cresce proporcionalmente conforme cresce o conceito da IES. Em seguida, encontram-se o francês e o italiano, quase empatados. O uso de documentos em alemão é altamente residual e aparece em pouquíssimas dissertações.

No doutorado, o cenário é um pouco diferente. Há maior equilíbrio entre os idiomas, com importante ascensão do francês. Isso leva a crer que aqueles que fazem doutorado já conseguem ler em inglês e aprendem francês como segundo idioma (ou terceiro, se considerarmos que todos têm capacidade de ler em espanhol).

Em resumo, teríamos o seguinte cenário:

**Tabela 7. Idiomas utilizados conforme o conceito na Capes em percentuais**

<b>Idiomas mais usados por IES, conforme o seu conceito na Capes, dentre os textos citados</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>Doutorado</b>
Francês	12	17	4	10	22
Espanhol	80	46	50	18	46
Italiano	16	4	11	13	8
Inglês	14	33	33	58	27
Alemão	2	-	2	-	-

Se, de um lado, essa constatação poderia reforçar a impressão de que mestrandos e doutorandos em Direito dialogam, sobretudo, com o conhecimento produzido internamente, constituindo uma comunidade científica coesa, de outro, põe em risco e acarreta questionamentos sobre a viabilidade das metas de internacionalização dos programas de pós-graduação em Direito, já que é de se duvidar que um mestrando ou doutorando que lê ou utiliza tão pouco textos em outras línguas esteja apto a interagir de maneira efetiva com docentes e discentes de programas de pós-graduação de outros países.

O problema se agrava porque a maioria dos programas de mestrado e doutorado em Direito no Brasil tem forte influência de áreas transversais do Direito, como Teoria Jurídica, Filosofia e Antropologia Jurídica. Temas como cidadania e direitos fundamentais são comuns em praticamente todos os programas. Sobretudo nessas áreas, seria de se esperar um maior diálogo com a produção científica internacional, em língua estrangeira e diretamente na fonte na qual foi publicada. Aqui dificilmente se aplica o argumento de que uma pesquisa em Direito Civil ou Penal pode ser levada a bom termo sem a consulta ao “estado da arte” em outros países. Se nessas áreas o argumento já é questionável, nas áreas que estamos chamando de “transversais” certamente não tem nenhum sentido. Evidentemente que não se está dizendo que uma pesquisa só é válida se citar autores estrangeiros em outras línguas que não o português, mas certamente o dado levantado mostra algo preocupante. Mesmo que seja para criticar e mostrar sua total inaplicabilidade ao contexto brasileiro, é preciso ler e demonstrar o diálogo científico.

Se cruzarmos esse dado com o que mostra a baixa utilização de artigos publicados em periódicos científicos, teses e dissertações, essa explicação de que mestrandos e doutorandos mantêm um diálogo prioritariamente interno se torna, no entanto, altamente questionável. Se há um olhar essencialmente interno, esse olhar destina-se aos livros. E embora esse formato de publicação não tenha, por si só, nenhum demérito, é evidente que artigos científicos, teses e dissertações deveriam representar, ao menos como suposição, um conhecimento mais atualizado, já que o tempo de preparação e publicação de um livro é significativamente maior.

De qualquer perspectiva que se olhe, parece ser evidente que a abertura da área às publicações em língua estrangeira, sejam elas livros ou artigos publicados em periódicos científicos, é apenas residual e nos indica que um questionamento deve ser feito acerca dos exames de proficiência e dos estímulos que mestrandos e doutorandos encontram para se engajar em discussões em outras línguas. Se em outras áreas do conhecimento, especialmente nas ciências duras, trabalhos científicos são escritos e publicados em língua estrangeira, especialmente em inglês, é evidente que uma diferença importante encontra-se evidenciada.

### **3.3. Conclusões do levantamento**

Como se pôde ver ao longo desta análise, um conjunto de intuições que a área de Direito cultivava sobre si mesma pode agora ser respaldado por dados, que, se não são conclusivos, porque não abrangeram um número exaustivo de dissertações, teses e programas, pelo menos dão uma amostra de como, de fato, tais trabalhos são construídos.

Nesse sentido, portanto, é verdadeira a percepção de que livros são realmente a nossa principal fonte de referência. Periódicos e outros tipos de publicação são secundários. O seguimento da pesquisa e a análise detalhada de como os itens referenciados são utilizados permitirão ter uma visão mais adequada dessa característica.

Independentemente do que se encontre, no entanto, parece bastante óbvio que a dificuldade da área em lidar com o novo sistema do Qualis e as suas exigências de engajamento da comunidade acadêmica como um todo – especialmente os requisitos do *double blind review* e dos índices de exogenia – nascem de um contexto no qual os periódicos são, de fato, um elemento acessório.

Talvez, por sermos apegados a uma forma de diálogo entre pares que não prioriza a circulação rápida das informações ou por não nos parecer que publicamos algo que seja “conhecimento pronto”. Seja como for, essa constatação necessita ser discutida para que verifiquemos o que desejamos fazer com o grande esforço de adaptação que nos será requerido para adaptar os periódicos científicos ao novo Qualis. Não há sentido em mover uma área inteira para transformar nossos periódicos se eles, de fato, significam tão pouco para o conhecimento de ponta que se traduz em teses e dissertações.

Tal fato difere do encontrado em outros países. No Reino Unido, há forte utilização dos artigos publicados em periódicos. Cerca de 50% do total de artigos citados provêm de *journals* britânicos e estrangeiros, enquanto que capítulos de livros representam apenas 26,4% e os livros individuais, 17%, ou seja, três vezes menos do que no Brasil (CAMPBELL; GOODACRE, 2006).

Outra consideração que precisa ser feita, ainda que a pesquisa não tenha sido concluída, diz respeito à relativa indiferença entre os produtos dos programas com conceitos 3, 4, 5 e 6. Se a análise continuar nos indicando que a estrutura de uma dissertação de um programa 3, quando comparada com a de um programa 6, não possui diferenças significativas quanto à bibliografia utilizada em quantidade e qualidade, temos uma confirmação indireta de que a avaliação da pós-graduação que conduzimos até agora só consegue nos mostrar elementos externos e quantitativos, mas nada nos diz sobre a qualidade do conhecimento produzido nos programas. Essa é, sem dúvida, uma constatação preocupante, se confirmada.

Seria de se esperar que um aluno que frequenta e conseqüentemente produz uma dissertação de mestrado em um

programa que foi considerado conceito 6 tenha um diferencial em relação àquele programa cujo conceito foi apenas 3. Se isso não é assim, é necessário olharmos com maior cuidado o que estamos fazendo em nossos programas.

Por fim, se somarmos a isso a constatação de que os mestrandos e doutorandos utilizam pouca bibliografia em língua estrangeira, praticamente não leem outras dissertações ou teses e citam pouco artigos em periódicos científicos nacionais e estrangeiros, temos um retrato provisório que pode ser rapidamente esboçado com os seguintes traços: um pesquisador solitário, que praticamente não dialoga com outros colegas de seu nível de estudo que hajam escrito algo a respeito de seu tema, que se sente seguro em manejar livros como fonte principal de conhecimento e que desconhece ou conhece pouco o que se produz em outros países.

A pergunta que cabe, nesse passo da pós-graduação em Direito no Brasil, é a de se esse é o perfil de mestres e doutores que queremos formar em nossos programas. Pode parecer tudo, menos uma pergunta irrelevante ou fácil de responder. Ao nosso entender, a área jurídica precisa centrar seus esforços em estimular os estudantes a ler e conhecer os demais trabalhos de pesquisa produzidos pela área no Brasil e evitar esforços repetitivos sobre os mesmos temas. Se avançarmos nessa direção, certamente já teremos dado um grande passo, embora talvez não o suficiente, para superar o quadro de distanciamento para com a produção científica internacional.

#### **4. A falta de adequação dos critérios utilizados pela área jurídica**

Os critérios da área jurídica não se mostraram adequados para atingir os objetivos de premiar os trabalhos com maior impacto sobre a área, nem para estimular a disseminação e o uso do conhecimento produzido no Brasil pelos próprios pesquisadores brasileiros. Até 2007, os critérios se fundavam em torno de um núcleo central de antiguidade e disponibilidade em bibliotecas, no formato impresso. Os periódicos eletrônicos não eram pontuados. Os livros foram pontuados sem

distinções em relação à sua qualidade. A partir do triênio 2008-2010, os critérios de classificação de periódicos passaram a se fundar sobre a exogenia e a utilização da dupla avaliação cega por pares, além da existência em plataforma virtual. Os livros passaram a ser classificados com base em uma avaliação objetiva e subjetiva. Trata-se de uma importante melhoria do sistema, mas em nenhuma das duas situações os resultados foram amplamente satisfatórios.

#### **4.1. A falta de adequação dos critérios fundados em antiguidade e disponibilidade em bibliotecas**

O critério de antiguidade pressupõe que quanto mais antiga é a revista, mais ela é conhecida e respeitada pela área. Pelo fato de a revista ser mais conhecida, os estudantes e pesquisadores procuram fontes de informações diretamente nessas revistas, de forma privilegiada. De fato, quando um periódico se torna conhecido, há o costume de se procurar nos seus índices artigos sobre o tema que se está pesquisando. Parte-se da premissa que a antiguidade guarda uma relação direta com a quantidade de citações à revista e, portanto, com seu impacto. Trata-se de uma alternativa à falta de indexadores na área do Direito. Um periódico bem classificado, de acordo com os critérios antigos, deveria existir há pelo menos oito anos.

Os periódicos eram classificados em cinco níveis, a saber:

- a) Internacionais: 15 pontos;
- b) Nacionais de nível 1: 10 pontos;
- c) Nacionais de nível 2: 7 pontos;
- d) Nacionais de nível 3: 5 pontos; e
- e) Locais: 1 ponto.

A antiguidade era critério de classificação entre os níveis. Critica-se esse critério pela falta de correlação direta entre a qualidade do periódico e a sua antiguidade. Um periódico antigo pode ser tradicionalmente ruim e pouco procurado pela área. Além disso, é possível que um periódico se torne conhecido no campo com dois ou três anos, com qualidade e uso efetivo maior pelos profissionais da área do que um periódico ruim. Como a maior parte dos programas

de mestrado e doutorado não tinha oito anos de existência, poucos periódicos atingiam a nota máxima nesse critério. Na prática, como veremos a partir das análises do material realmente utilizado em teses e dissertações no Brasil, a crítica se mostra verdadeira. A maior parte dos periódicos antigos, mais reconhecidos pelo sistema anterior, tem índice de impacto praticamente igual a zero.

A disponibilidade do periódico impresso em pelo menos três bibliotecas se funda na sua maior acessibilidade. Quanto mais acessíveis, maiores as chances de serem citados. Trata-se de um critério ruim, porque três bibliotecas é um número inexpressivo, frente aos 1.100 cursos de Direito no Brasil e mais de 50 programas de mestrado em funcionamento à época da avaliação. Também não se exigia dispersão dessas bibliotecas no território nacional, e o critério era facilmente atingido com o depósito em três bibliotecas regionais.

Um curso de pós-graduação *stricto sensu* era medido pela quantidade de pontos por docente, somando-se os pontos e dividindo-se pelo número total de docentes multiplicado por 10. O resultado considerado muito bom era atingido com a média 0,7. Em outras palavras, havia uma avaliação objetiva e numérica das publicações, sem comparação entre os programas. Os resultados concretos foram distorções significativas nos resultados da avaliação dos programas. Como não se media a endogenia e a avaliação cega por pares, era possível que os programas com periódicos próprios bem pontuados publicassem muitos artigos dos seus alunos e professores no seu periódico, sem avaliação independente em relação à qualidade do artigo. Cinco programas se beneficiaram mais desse sistema, porque tinham periódicos classificados como internacionais. Houve uma forte concentração da pontuação desses programas nos seus próprios periódicos.

Praticamente todas as revistas avaliadas como de impacto internacional pela Capes eram editadas por cinco programas que concentravam os pontos de publicações:

- UFMG: Revista da Faculdade de Direito da UFMG e Revista Brasileira de Estudos Políticos;

- UFPR: Revista da Faculdade de Direito da UFPR;
- ITE: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos;
- UFSC: Revista Seqüência; e
- PUC/SP: Revista de Processo e Revista de Direito Constitucional e Internacional.

Tal cenário acarretou a concentração dos pontos em poucos programas. Os números são ilustrativos, tanto absolutos como relativos. A área publicou no triênio 2004-2006 um total de 2.671 artigos. Esses cinco programas publicaram 421 artigos, ou seja, 15,7% do total da área. No entanto, em pontos, dobraram sua importância relativa, concentrando mais de 30% dos pontos de toda a área.

A crítica não pesa sobre a qualidade dos trabalhos publicados ou muito menos dos periódicos, mas sobre a forte endogenia desses periódicos e a não utilização da dupla avaliação cega no julgamento dos artigos. Como os periódicos publicavam muitos artigos da própria IES, os docentes e discentes desses programas procuravam enviar seus artigos para a própria revista da instituição, que concentrava seus números nas publicações do próprio programa.

O ano de 2005 é ilustrativo:

**Tabela 8. Concentração da pontuação Qualis em alguns periódicos**

IES	Publicações internacionais	Publicações na revista do próprio programa
UFSC	18	15
UFMG	31	27
ITE	24	23
UFPR	15	8
PUC/SP	21	13

Fonte: Produzido a partir dos cadernos de indicadores elaborados pelos próprios programas, disponíveis no site da Capes.

A endogenia dessas revistas gerou distorções:

- Programas com número muito maior de professores, como a USP (105 docentes), publicaram apenas 16 artigos em periódicos considerados internacionais;



- b) Programas menores como UFSC (26 docentes) ou UFMG (32) tiveram publicações por docente três vezes mais que a USP;
- c) A publicação por docente das instituições com as próprias revistas bem pontuadas era, em média, de 30 a 35 pontos por docentes, enquanto que nas demais instituições a média era de 12 por docente; e
- d) Apenas cinco programas com as próprias revistas bem pontuadas tinham 200 artigos pontuados como internacionais, ou cerca de metade do total dos 51 programas.

O problema principal, no entanto, é que esses periódicos considerados bem avaliados são raramente utilizados pelos acadêmicos de mestrado e doutorado e mesmo pelos próprios estudantes dessas IES. Não se premiava o uso efetivo das revistas, o conhecimento da área pela própria área. Por consequência, não se estimulava a inovação nos temas.

O problema foi compensado pela pontuação dos livros. No total, no triênio 2004-2006, os periódicos representaram 30% do total de pontos Qualis atribuídos aos 51 programas da área de Direito. Setenta por cento dos pontos vieram de livros e capítulos de livros. Sem considerar a injustiça dos periódicos mais bem classificados, trata-se de um resultado satisfatório, porque, como vimos pela análise das teses e dissertações, de fato, os livros e capítulos de livros representam entre 60 e 70% da produção da área.

### **a) Os problemas nos critérios do triênio 2007-2009**

Ao final do triênio anterior, houve uma intervenção maior da Capes na área de Direito. A Diretoria de Avaliação:

- o Exigiu a aplicação de critérios de independência no julgamento dos artigos e maior exogenia dos periódicos para evitar distorções e aproximar a área de Direito das demais áreas do conhecimento;

- o Proibiu a classificação dos periódicos nacionais no estrato A, ao menos no primeiro ano;
- o Rebaixou todos os periódicos jurídicos em três níveis; e
- o Exigiu também a criação de um sistema de classificação dos livros.

O sistema Qualis passou a ter uma nova classificação de revistas, com maior variação entre os estratos:

- a) A2 – 120 pontos;
- b) A1 – 100 pontos;
- c) B5 – 70 pontos;
- d) B4 – 55 pontos;
- e) B3 – 30 pontos;
- f) B2 – 20 pontos;
- g) B1 – 10 pontos; e
- h) C – zero.

Não há mais um número mínimo de pontos para o programa ser bem avaliado. A avaliação final é subjetiva e realizada de forma comparada entre os programas.

Os novos critérios foram estabelecidos com base na exogenia do conselho editorial, dos pareceristas *ad hoc* e dos autores dos artigos publicados. A independência na seleção dos textos foi medida pela utilização da dupla avaliação cega por pares. A revista, para ser classificada, precisava utilizar o sistema de avaliação cega, ainda que no primeiro ano esse critério não tenha sido aplicado de forma rígida. Quanto maior a exogenia da revista, melhor a sua avaliação.

O resultado foi a alteração importante na classificação das revistas. Muitos periódicos antes bem classificados foram rebaixados e vice-versa. O perfil dos periódicos bem pontuados, provenientes de diferentes regiões do País, foi bastante alterado, privilegiando revistas de programas em consolidação (Univali, UEM, Unifor, FGV, UFC), que atendiam aos requisitos dos indexadores internacionais há mais tempo.

Com a intervenção, houve a redução global na avaliação dos periódicos. No entanto, ao mesmo tempo, houve maior distribuição dos pontos da área, pois as revistas bem pontuadas apenas o são porque publicam artigos de vários programas. Assim, de forma relativa, todos os programas terão uma pontuação mais próxima à quantidade de artigos publicados, com um desvio padrão menos importante.

O resultado final da avaliação foi a melhor distribuição de pontos entre todos os programas do Brasil. A nota de cada programa é construída durante a avaliação com base na ficha de avaliação. Os conceitos atribuídos avaliam a proposta do programa, o corpo docente e discente, a produção intelectual e a inserção social. A quantidade de bons e muito bons, de forma comparativa, limita e indica se o curso será nota 3, 4 ou 5. Entre os cursos 5, escolhem-se aqueles com maior internacionalização e nucleação para a atribuição da nota 6. No entanto, na prática, destaca-se uma relação quase que direta entre o total de pontos em publicações (Qualis e livros) produzido pelos programas e o seu conceito, ainda que isso não tenha sido o critério da atribuição da sua nota. Assim, com base nos dados da avaliação trienal:

**Tabela 9. Média de pontos em publicações por nota dos programas**

Nota do programa	Média de pontos em livros e periódicos
Conceito 3	2.711
Conceito 4	4.297
Conceito 5	8.393
Conceito 6	16.548

Esses dados demonstram que programas com melhor estrutura nos diferentes quesitos da ficha de avaliação tendem a ter produção intelectual mais elevada, ainda que existam várias exceções à regra.

No entanto, ainda que mais equitativa, a nova pontuação também não reflete os periódicos efetivamente utilizados pela área. Os periódicos mais utilizados pela área muitas vezes sequer são pontuados, porque aqueles nos quais os professores mais publicam

não são os mesmos que são lidos pelos alunos e, como vimos no item anterior deste trabalho, a leitura de artigos publicados em periódicos é marginal.

Quanto aos livros, capítulos de livros e às coletâneas nesse triênio, houve a classificação em quatro estratos em função da modalidade da obra e da relação com a área de concentração e as linhas de pesquisa do curso. Um capítulo de livro L1 valeria 4 pontos, enquanto que um capítulo L4 poderia valer até 32 pontos. Um livro poderia valer de 32 até 100 pontos. Da mesma forma que em outras áreas, houve uma tentativa de não premiar coletâneas de artigos dos próprios alunos e professores, muitas vezes criadas apenas para somar pontos para o programa. Para tanto, criou-se um limite de pontuação de até quatro artigos de um mesmo programa em cada obra. O critério foi generoso, se considerarmos que em outras áreas, como, por exemplo, a área interdisciplinar, o critério adotado foi de apenas dois artigos por obra.

De fato, houve um esforço do comitê de classificação de livros para evitar abusos. Foram detectados casos de programas que publicavam livros, em gráficas locais, com artigos de todos os seus estudantes e professores, com três a quatro páginas cada, totalizando 30 a 40 artigos por obra. Algumas dessas coletâneas tiveram até 11 volumes no triênio, em livros com o mesmo título, variando apenas o ISBN.

Não se trata de uma situação isolada. A pontuação total do sistema de classificação de livros foi apenas 44% da que seria caso se utilizasse o sistema anterior. Houve uma redução de 66% da pontuação total da área de Direito, apenas limitando o uso da prática de coletâneas e julgando a relação entre a produção do autor e o tema trabalhado no programa.

O impacto esperado na área era uma diminuição da importância relativa dos livros, que representavam no triênio anterior 70% do total de pontos, sobretudo porque todos os livros eram pontuados na pontuação máxima e agora haveria uma distribuição do peso dos livros

no total. O efeito negativo seria a desproporção entre o valor dos livros e capítulos de livros para a área e a sua importância como referências bibliográficas em teses e dissertações.

No entanto, o resultado foi outro. Mesmo com a forte diminuição da pontuação em livros, coletâneas e capítulos de livros, o total de pontos obtidos foi de 73,24% do total, acima daquela do triênio anterior e muito similar à identificada nas teses e dissertações da área. Em outras palavras, a calibragem da atribuição de pontos no sistema de classificação de livros e periódicos foi equivalente ao uso dessas referências pela própria área.

### **b) Afinal, quais periódicos os estudantes leem?**

Para obter uma resposta à pergunta, com fundamento na base de dados construída, tentamos criar um índice de impacto do periódico, seguindo a metodologia desenvolvida nos Estados Unidos. Tomamos como base o conjunto de citações nas dissertações e teses de 2009 (base de dados acima) e dividimos pela quantidade de artigos publicados por periódico no mesmo ano. A conclusão é surpreendente: as revistas mais citadas são revistas profissionais e não revistas acadêmicas. As revistas mais bem pontuadas pelo Qualis, tanto em relação ao triênio 2004-2006 quanto ao 2007-2010, são muito pouco citadas pela área. As revistas mais utilizadas são justamente periódicos profissionais, como a Revista de Direito Administrativo, a Revista de Direito do Consumidor e a Revista de Direito Ambiental, mais do que os periódicos acadêmicos.

A tabela a seguir é representativa:

**Tabela 10. Índice de impacto das revistas (citações em 2009/nº de artigos publicados em 2009)**

Revista de Direito Ambiental	1,65
Revista de Direito Administrativo	1,1
Revista de Direito do Consumidor	1,05
Revista Trimestral de Direito Civil	0,58

Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica	0,56
Doxa (Espanha)	0,56
Revista de Direito Público	0,5
Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico	0,5
Revista de Direito Constitucional e Internacional	0,43
Revista de Informação Legislativa	0,41
Revista Penal (Espanha)	0,41
Revista Humanidades	0,4
Revista Interesse Público	0,31
Revista LtR	0,29
Revista de Direito Privado	0,28
Revista de Estudos Criminais	0,28
Cadernos de Direito	0,28
Revista Brasileira de Ciências Criminais	0,26
<i>European Journal of International Law</i>	0,25
Revista de Processo	0,24
Revista de Direito Imobiliário	0,23
Cadernos Adenauer	0,22
Revista da Ajuris	0,22
Revista Forense	0,2
Revista da Faculdade de Direito da UFPR	0,17
Revista CEJ	0,16
Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo	0,14
Revista do Ministério Público	0,14
Revista Estudos Jurídicos	0,13
Revista Brasileira de Direito de Família	0,12
Revista Dialética de Direito Tributário	0,11
Revista da Advocacia Geral da União (AGU)	0,1
Boletim IBCCRIM	0,09
Revista Novos Estudos Jurídicos	0,08
Revista Eletrônica de Direito do Estado	0,07
Direito em Debate	0,07
Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais	0,06
Direito e Justiça	0,06

Revista do Advogado	0,03
Revista Direitos Culturais do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da URI	0,03
Revista Seqüência	0,03
Revista Fórum Administrativo	0,01
Revista IOB de Direito Civil e Processual Civil	0,01

Observação: Critério: abaixo de 0,1 – desprezível; entre 0,1 e 0,5 – muito pouco; acima de 0,5 – razoável.

Há argumentos favoráveis aos periódicos profissionais mais citados. Muito embora não tenham dupla avaliação cega por pares, há o favorecimento da publicação de artigos de professores doutores em Direito respeitados na área. A seleção dos artigos leva em consideração tais elementos e o periódico é de fato utilizado pela área como um instrumento legítimo, embora menos isento quando da comparação entre um artigo de um jovem pesquisador e de um professor de reputação bem construída no campo. De qualquer modo, são revistas utilizadas e que devem ser pontuadas por isso.

## 5. Novos critérios mais apropriados para os objetivos da área?

Colocamos o título na interrogativa propositadamente. São propostas para a discussão. O processo educativo é colaborativo por excelência. O sistema Qualis deve prescindir de uma análise objetiva da qualidade dos livros. Qualquer análise subjetiva pode levar a divergências na área, que ainda não está preparada para julgamentos da qualidade dos seus trabalhos, com notas sobre as pesquisas realizadas. Dentro de uma análise objetiva, a estruturação do portal [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) possibilita o uso de técnicas de bibliometria, que medem diretamente o impacto das citações em vez do uso de métodos indiretos, como aqueles usados nos últimos anos.

O problema, no entanto, como vimos acima, é que a área cita mal e não inova. Logo, o uso de técnicas de bibliometria de forma pura acarretaria a quase não-pontuação total do que é produzido pelos programas atualmente e a consolidação de uma prática não desejada de desconhecimento da área pela própria área.

Uma solução seria estimular os objetivos da área por meio dos instrumentos de avaliação mistos, que envolvessem critérios objetivos de isenção acadêmica dos periódicos e o impacto real da bibliografia em teses e dissertações. Assim, os periódicos bem avaliados seriam aqueles que, além de ter a dupla avaliação cega por pares e exogenia, também fossem citados pelas dissertações e teses. O controle de citações poderia ser realizado por meio de um estudo de impacto do periódico na área, medido periodicamente. Acreditamos que tal solução traria como benefícios: premiar os periódicos realmente utilizados pelos mestrandos e doutorandos; e premiar os periódicos com independência no julgamento de artigos.

Um efeito colateral positivo será provavelmente o estímulo para que as dissertações e teses do programa cite mais seus próprios artigos. No entanto, trata-se de um efeito positivo, porque, atualmente, como levantado, os estudantes praticamente não consultam a produção dos seus próprios programas. Como indicado acima, abusos serão contidos pela capacidade de autocitação relativamente limitada ao número de alunos e pela ética acadêmica.

Recebido em 05/12/2010

Aprovado em 25/03/2011

### Referências bibliográficas

BROPHY, A. L. The Emerging Importance of Law Review Rankings for Law School Rankings, 2003-07. **U of Alabama Public Law Research Paper**, n. 08-05, 2006. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=896313>>. Acesso em: 31 maio 2012

\_\_\_\_\_. The Signaling Value of Law Reviews: An Exploration of Citations and Prestige. **Florida State University Law Review**, v. 36, p. 229-243, 2009.

CAMPBELL, K.; GOODACRE, A. Ranking of United Kingdom Law Journals: An Analysis of the Research Assessment Exercise 2001 submissions



and results. **Journal of Law and Society**, v. 33, n. 3, p. 335-363, set. 2006. Disponível em: <<http://www.law.stir.ac.uk/research/research-project.php>>. Acesso em: 31 maio 2012.

CHEN, J. Modeling Law Review Impact Factors as an Exponential Distribution. **Minnesota Legal Studies Research Paper**, n. 06-25, 2006. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=905316](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=905316)>. Acesso em: 31 maio 2012.

QIU, J. Publish or Perish in China. **Nature**, v. 463, p. 142-143, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.nature.com/news/2010/100112/full/463142a.html>, acesso em 20.05.2010>. Acesso em: 31 maio 2012.

Escola Politécnica de Pernambuco (Poli), Bloco A, da Universidade de Pernambuco (UPE). A Poli foi criada em 1912, sendo uma das escolas de Engenharia mais antigas do País. Em 1937, a escola foi transferida para o casarão da Rua Benfica, ex-residência de Fausto Pinheiro, e ficou conhecida como Bloco A. Em seu primeiro andar está localizado o auditório da Poli.  
Foto: Sarah Eleutério/Ofício comunicação.







Estudos pós-graduados e pesquisa em literatura:  
condições e necessidades

Graduate studies and research in literature: conditions  
and needs

Los estudios de posgrado y la investigación en la  
literatura: las condiciones y necesidades

Alamir Aquino Corrêa, doutor em Literaturas Hispânicas pela *Indiana University* e professor associado de Teoria da Literatura e Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Londrina. Endereço: Rua Rubens Carlos de Jesus, 111, casa 27. CEP: 86055-240 – Londrina, PR. Telefone: (43) 3326-0728. E-mail: correa.alamir@gmail.com.

## Resumo

Este texto trata de algumas inconsistências no sistema de pós-graduação em estudos literários no Brasil, em seus aspectos materiais e circunstanciais, tendo como gabarito comparativo a atividade acadêmica similar nos Estados Unidos. Há uma discussão a respeito do crescimento do estado da arte e de seu papel (in)formativo, como também se analisam as revistas acadêmicas enquanto produto utilizado para a avaliação da pós-graduação. Finalmente, pondera-se sobre o valor, a circulação e a recepção da pesquisa, que sustenta o debate acadêmico na área de estudos literários. As condições e as necessidades da formação pós-graduada e da pesquisa analisadas aqui podem também ocorrer na grande área de humanidades.

**Palavras-chave:** Pesquisa e Pós-Graduação. Estudos Literários. Estado da Arte.

## Abstract

This text deals with some inconsistencies in literary studies concerning the material and circumstantial conditions of the graduate system in Brazil. Similar academic activities in the United States serve as the comparative standard. The article discusses the growth of the state of the art and its (in)formative role. It also analyzes academic journals as a product used to evaluate the graduate programs. Finally, it ponders about the value, circulation and reception of the research that supports the academic debate in literary studies. The conditions and needs of graduate education and the research analyzed here can also occur in the humanities as a whole.

**Keywords:** Research and Graduate Studies. Literary Studies. State of the Art.

## Resumen

Este texto aborda algunas inconsistencias en el sistema de posgrado en estudios literarios en Brasil, en lo que se refiere a sus aspectos materiales y circunstanciales, teniendo como estándar comparativo semejante actividad académica en los Estados Unidos. Se discute el crecimiento del estado del arte y de su papel (in)formativo, así como se analizan las revistas académicas como un producto utilizado para evaluar los programas de posgrado. Por último, se propone una reflexión sobre el valor, la circulación y la recepción de las investigaciones que apoyan el debate académico en el campo de los estudios literarios. Las condiciones y las necesidades del posgrado y de la investigación aquí revisada también podrían ocurrir en la gran área de las humanidades.

**Palabras clave:** Investigación y Posgrado. Estudios Literarios. Estado del Arte.

## Introdução

A proposição geral deste texto é fazer uma análise conjuntural da situação da área de estudos literários, apontando suas condições de trabalho e as necessidades a serem atendidas para a sua melhoria. Tratarei de elementos diversos, como a observação do estado da arte na propositura de projetos de pesquisa e de construção de dissertações e teses, as facilidades de acesso ao *corpus* crítico, as revistas da área e sua política de publicação, os mecanismos de avaliação da produção acadêmica e seus efeitos, a circunstancialidade da convivência pós-graduada. A ideia é provocar a reflexão, especialmente naqueles que irão estar à frente da pós-graduação em estudos literários nos próximos anos.

## O estado da arte e a pesquisa

A questão da pesquisa acadêmica precisa ser observada por meio do estado da arte, especialmente quando se busca compreender a oportunidade de realização de uma proposta de pesquisa de um pesquisador ou de um pós-graduando. Em tese, cada um desses agentes precisa do outro de maneira intercomplementar e, por vezes, é difícil estabelecer exatamente o seu limite de separação, na maioria das áreas do conhecimento. As universidades e as agências de fomento tendem a perceber todas as áreas a partir da pesquisa das ciências duras e da vida, que usa da autoria múltipla, em que prevalece a hierarquia de espaços e tarefas. Em símile, têm havido algumas boas iniciativas na grande área de Letras, particularmente nos estudos da linguagem, ao redor de objetos de maior porte que exigem um grupo razoável de pesquisadores. Entretanto, nas humanidades, a tradição acadêmica privilegia a individualidade de pensamento e de expressão, algo que pode causar dificuldades de acomodação dos pesquisadores da área às políticas de fomento federais, estaduais e, possivelmente, das próprias universidades.

Qualquer pesquisa precisa observar o passado, no sentido de saber o que se fez ou o que se disse sobre um assunto, demonstrando

que haverá uma contribuição aditiva ou adversativa ao estado da arte. Em várias áreas, usa-se o termo revisão de literatura e há em algumas áreas cursos de mestrado que aceitam tal recolha (analítica e/ou sintética) como texto de conclusão. Assim, o mestrado se torna um preparo da pesquisa a ser realizada no doutorado, por meio da compilação do estado da arte, algo que serve ao aluno como treinamento de acesso a fontes e pode futuramente auxiliar outros que não mais necessitam de visitar o estado da arte por ele condensado. A crescente disponibilização dos bancos de dados e o seu acesso cada vez mais frequente pelos estudantes e pesquisadores, particularmente por meio do Portal de Periódicos da Capes, têm tornado tal tarefa bastante simples e rápida no sentido de recolha das fontes.

Na área de literatura, muitos dos nossos pesquisadores, desde o início do século XX, fizeram sua recolha do estado da arte lendo minuciosamente catálogos de bibliotecas, ficha após ficha, dependendo sempre da habilidade de catalogação das bibliotecas e do seu acervo. Em várias bibliotecas, por um lado, o balcão de referência era fundamental para a recolha de fontes secundárias; por outro lado, os orientadores também serviam de fonte, por meio de suas memórias muitas vezes prodigiosas, mencionando aqui a título de exemplo os professores universitários Teófilo Braga, Rodrigues Lapa e Vítor Manuel de Aguiar e Silva. Hoje, as ferramentas de busca são cada vez mais especializadas e com resultados igualmente mais profícuos. Ao lado das bases de dados mais antigas e com maior tempo de influência (*MLA International Bibliography* e *os Who's Who*), hoje há vários repositórios de larga importância (*Academic OnFile*, *Arts and Humanities Citation Index*, *Art Full Text*, Banco de Teses da Capes, *Handbook of Latin American Studies*, *Humanities Full Text Periodicals Index Online*, JSTOR e o *Project MUSE*), embora alguns ainda não estejam disponíveis no Portal de Periódicos. Igualmente importantes são as ferramentas *WorldCat*, *Google Books* e *Google Scholar*, além do sítio francês *fabula.org*. Claro está que há coleções específicas, como, por exemplo, na área de estudos clássicos ou de estudos comparados.

O Banco de Teses da Capes, em que pode ser encontrado o que foi produzido nos últimos 25 anos pela pós-graduação brasileira,



facilita tanto a pesquisa quanto a sua publicação. Entretanto, parece que falta informação sobre essa ferramenta, o que prejudica muito o desenvolvimento dos estudos da área; uma consulta ao Banco de Teses confirma que vários trabalhos de conclusão na área são similares em objeto, método, resultados e, por vezes, até em seus títulos, por vezes separadas as datas de defesa por três ou quatro anos entre si. Ou o Banco de Teses não serve o seu propósito ou falta rigor no reconhecimento do estado da arte. Na outra ponta de atuação da Diretoria de Avaliação da Capes, podem ser encontrados os cadernos de indicadores dos Programas de Pós-Graduação (PPG), que também auxiliam junto com a plataforma LATTES a consulta ao estado da arte; entretanto, como a alimentação dos dados depende dos PPG, muitas vezes as informações não estão completas, tanto na produção de livros quanto na de artigos em periódicos.

Salta aos olhos o fato dessas ferramentas apontarem para um enorme repositório de fortuna crítica, resultado da leitura e da catalogação de artigos, resenhas, teses e dissertações, mas que ou não é consultado pelos estudantes de pós-graduação ou não é usado como suporte para a redação da revisão de literatura. Parece prevalecer uma aura de desprezo ou desconforto, especialmente de pesquisadores, para com o ferramental informático; há duas hipóteses – uma subserviência ao papel impresso e uma desconfiança da qualidade do material que está disponível na internet, sendo subjacente o estranhamento de vários pesquisadores com o ferramental informático. A sétima edição do *MLA Handbook for Writers of Research Papers* (2009) inova ao exigir que todas as entradas de fontes sejam identificadas por seu meio (impresso em papel, cd-rom, filme, hipertexto, etc.), destruindo o poder do material impresso como fonte primária e autorizante. A desconfiança está fundada em conceito de valor sobre o filtro da circulação de conhecimento (editores, pareceristas, consultores), algo que em tese não aconteceria no material digital, mas que, ao fim, no material impresso, acaba também passível de descrédito pela coleta de informações errôneas ou de revisores pouco atentos.

## Os periódicos acadêmicos

É importante assinalar que a publicação de artigos tem sido largamente incentivada pela Diretoria de Avaliação da Capes. Exceto feito ao que pode ser buscado pelos indexadores dos periódicos nacionais ou por meio da base LATTES, a maior parte da produção científica sobre literatura feita pelos periódicos brasileiros ainda carece, entretanto, de um mecanismo ameador de informações.

Nos termos da proposta de alavancagem internacional da produção intelectual brasileira, enfatizada especialmente por Renato Janine Ribeiro (que insistia na publicação em inglês) na Diretoria de Avaliação da Capes, com vistas à maior exposição da ciência nacional no estrangeiro, criou-se uma “quase que” síndrome opressiva da publicação em periódicos, ou seja, aumentou-se o número de periódicos com publicação regular pelos PPG como forma de cumprir a meta de produtividade numérica por docentes e discentes. Mas surgem outros problemas: qualidade da produção, excesso de demanda junto aos pareceristas, distribuição, armazenamento, maior dificuldade temporal dos pesquisadores para estar em sintonia com o estado da arte. A tendência será o fenecimento de revistas ou sua fragilização editorial, em prol de resultados numéricos.

No âmbito das comissões de avaliação de área e na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll), surgiram propostas de critérios que favoreceriam a publicação em parceria (no caso de estudantes e orientadores, fugindo à tradição da área no Brasil e no exterior) e a aceitação inicial de textos com base na titulação doutoral dos autores. A qualidade da produção fundada na ponderação longa e cuidada, de tal sorte que haja um acréscimo real ao estado da arte, parece ainda não estar contemplada.

Apesar das revistas terem aumentado sua especialização por meio de chamadas temáticas, é importante que continue a haver espaços para textos que fujam ao caudal maior dos estudos literários, pois têm predominado os estudos sobre literatura brasileira contemporânea (isto é, pós-1970), os estudos culturais, pós-modernos

e pós-coloniais. Como anota Maria Glória Bordini, há uma “emergência das investigações sobre as produções das minorias, das etnias tradicionalmente desconsideradas, na negação dos essencialismos” (2004, p. 200). Com certeza, há muito ainda a ser estudado sobre o nosso passado literário, e a ausência de maior número de interessados sobre a literatura produzida antes de 1970 pode levar a um esvaziamento generalizante nos cursos de Letras sobre o assunto. Há de se observar que textos absolutamente clássicos, como *A Ilíada*, continuam a ser revisitados e com compreensões cada vez mais amplas; se houver uma cegueira nos cursos de pós-graduação em literatura sobre o nosso passado, os resultados serão imprevisíveis.

Anote-se que as chamadas temáticas são em geral pouco explícitas, com títulos grandiloquentes, em que cabe praticamente tudo, sem discussão provocativa por meio de ementas. Idealmente, deveria ser incentivada a criação de revistas temáticas a partir dos caminhos decididos pelas linhas de pesquisa dos PPG. Quer dizer, é necessária uma coerência entre o financiamento de revistas e as linhas de pesquisa que os próprios pares consideram importantes.

## **A produção e seu valor**

Aqui é necessário estipular outro paradoxo – a publicação e sua circulação, dentro do que Antonio Candido convencionou como literatura como sistema, no sentido de construção de uma tradição, no caso em tela, da crítica literária. A publicação de textos críticos segue o parâmetro aferidor de produção da Capes, que figura como uma guilhotina pairando sobre cabeças e PPGs; entretanto, raramente se lê um texto crítico que responda a outro texto publicado anteriormente. É raro o uso desse material como suporte de produção de dissertações e teses. Ficamos assim em um círculo inócuo – o da produção quantitativa como forma de avaliação e não a sua qualidade adensadora do conhecimento. Essas publicações em periódicos precisam gerar o seu efeito fundamental: a recepção crítica e a sua incorporação ao estado da arte utilizado nos cursos de graduação e de pós-graduação na área.

A ausência de um repositório aglutinador (como o *MLA International Bibliography*) gera certa desconfiança sobre a oportunidade de uma publicação periódica. Tenho visto textos publicados em vários lugares no mesmo ano ou textos publicados duas vezes na mesma revista em anos diferentes; um catálogo (ou como se fazia antes, um anuário bibliográfico) exporia tais fragilidades, evitando-as no futuro. A circularidade de informação fica interrompida, faltando um crivo que organize e dê maior qualidade ao estado da arte. Se o texto é produzido, precisa chegar ao público leitor; este deve acatar ou responder a ele, perenizando a sua qualidade ou corrigindo-a em nome do progresso do estado da arte. Ao se fazer exclusivamente o *publish or perish* dos PPG e dos pesquisadores (que precisam de continuidade de produção para continuar nos sistemas de fomento), está sendo deixado de lado o crescimento da ciência.

Além da necessidade ou obrigatoriedade de produção científica, cria-se uma noção de qualidade de locais por meio do Qualis de periódicos. A forma de avaliação de qualidade parece subjetiva, pois resulta do número de indicações feitas pelos PPG e não da forma de avaliação dos artigos e da regularidade de sua publicação. Mesmo que se possa traduzir como um índice de impacto, a presença de um periódico no *top of mind* dos pesquisadores em literatura (e não a quantidade de referências cruzadas, sistema que também tem suas falhas) depende de quais fatores? Sua disponibilidade em papel ou em formato digital, sua projeção comercial, seus mecanismos de marketing, seus convites para parecer, seu local de produção?

Em país continental, com diferenças históricas e geográficas na distribuição dos PPG, corremos o risco de desconhecer ou desvalorizar a produção geograficamente “periférica”. Em *The New Black*, o psicanalista Darian Leader aponta como problemático o impacto das pesquisas financiadas por empresas farmacêuticas (que financiam a distribuição de excertos na comunidade da saúde) quando comparado àquele de um pesquisador “periférico” (2009); por analogia, o elemento comercial ou de marketing da obra crítica vinculada a algumas instituições tem muito maior peso e respeito do que qualquer texto publicado na “periferia”. Muitos PPG têm procurado sair desse

“buraco negro”, por meio de uma terminologia pouco convincente, mas que norteia o grau de reconhecimento da produção. Em eventos da área, há uma hierarquia de qualidade por meio do nome, sendo os mais importantes o evento internacional ou brasileiro e, em segunda plana, o evento regional ou estadual. O hábito (ou o nome) parece fazer o monge.

A questão dos números temáticos elencada anteriormente também acaba por influenciar a qualidade da produção de um pesquisador. Em um parecer, aventava-se que a produção de um pesquisador era regular, em boa quantidade, mas não acontecia nos principais periódicos da área. A história da presença e da qualidade dos periódicos da área de literatura por meio do *Qualis* demonstra uma grave oscilação, com alterações de nível bastante substantivas. E se os “principais” periódicos não escolhem como tema o assunto de interesse do pesquisador, este se torna alguém da periferia, logo desimportante? As revistas ou periódicos encontraram um filão (as chamadas temáticas) para atrair a atenção dos pesquisadores e alunos de pós-graduação interessados em se manter com grau de produtividade no indicador 1; mas o tema ou o dossiê sinaliza, desde sempre, uma decisão absolutamente subjetiva, tornando-se *mutatis mutandis* símile das revistas sobre celebridades e telenovelas que buscam evidenciar somente as tendências do momento.

Os estudos monográficos (dissertações e teses) também caem no mesmo redemoinho da produção incessante e insana. Exceto feito aos programas com maior influência política em suas editoras universitárias (o que poderia caracterizar endogenia), os termos *summa cum laude*, “distinção e louvor” e “recomendação para publicação” usados nas atas de defesa caem no vazio. É muito raro encontrar um texto de conclusão de curso que chega ao mercado editorial – e a razão é a mais simples: faltam mercado, cultura livresca e orçamento nas universidades. O recente texto de Robert Darnton, diretor da *Harvard University Library*, intitulado *The Library: Three Jeremiads* (2010) e publicado no *New York Review of Books*, demonstra que também ao norte do Equador a situação é a mesma – faltam recursos para a compra e, conseqüentemente, fica inviabilizada a produção de livros

e periódicos. No mesmo bordão, lá também ficam sem espaço os estudos monográficos, motivo de júbilo familiar e social, mas que não chegam a ser incorporados (com raras exceções) ao estado da arte.

Várias agências federais e estaduais de fomento têm incentivado, por meio de editais, a publicação de periódicos (e por vezes de livros), diminuindo o peso da venda de assinaturas, favorecendo a publicação de textos que não interessam às indústrias economicamente prevalentes e garantindo o conceito do *copyleft* ou do *creative commons*. Observa-se, também, que há intensa efervescência dos debates sobre direito autoral e sobre produtos (artigos ou livros) oriundos de subvenções públicas. Algumas editoras universitárias públicas também acabam participando agonicamente desse processo, muitas vezes sem uma completa compreensão da subvenção pública de publicações, tentando garantir lucro (mesmo que seus custos de edição em geral sejam já pagos por recursos públicos) e “pagando” direitos autorais simbólicos aos pesquisadores. A questão intrínseca do valor financeiro do conhecimento produzido e dos processos de autopromoção parece explicar esse último comportamento, em descompasso com a discussão acadêmica internacional sobre o retorno à sociedade que sustenta as entidades públicas.

### **Acesso ao conhecimento**

Nos Estados Unidos e no Canadá, os grandes compradores das editoras universitárias são, pela ordem, as bibliotecas universitárias, os docentes (embora usem mais as coleções universitárias) e depois os alunos, quando o livro se torna material didático. Tais casas editoriais subvencionam encontros profissionais e fazem larga distribuição de cópias de avaliação aos docentes. Tais práticas no Brasil são ainda tímidas, sendo que nossas associações profissionais barganham com livrarias e editoras somente a confecção de faixas e de pastas dos congressos. O pequeno volume de vendas talvez justifique o comportamento das entidades comerciais. Entretanto, há um imenso mercado a ser explorado, o que em escala diminuiria os custos de produção e de distribuição (sem tocar no assunto *publish on*

*demand*, que deveria ser o grande caminho para a maior circulação de conhecimento entre universitários, que gastam quantias inimagináveis em cópias nos Diretórios Centrais dos Estudantes e em congêneres).

O grande entrave para o acompanhamento do estado da arte no Brasil, se observado apenas o meio livro, afirma-se nas conversas durante eventos na área, seria a relação entre o custo do livro e o salário do docente. Nos Estados Unidos, o salário inicial de um docente em Humanas é de 45 mil dólares anuais e um livro acadêmico custa, em média, 39 dólares (a partir da média de preço de livros disponíveis na página de crítica de literatura americana da *Harvard University Press*<sup>1</sup>); no Brasil, um professor doutor em uma Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes) ganha inicialmente 89 mil reais por ano e um livro acadêmico custa por volta de 66 reais (média do preço de lançamento, consultada a livraria da Edusp<sup>2</sup>); ou seja, um docente americano gastaria 0,86% de seu salário bruto anual para adquirir 10 livros por ano e um docente brasileiro gastaria 0,74%. A Receita Federal deveria permitir o abatimento da compra de livros no imposto de renda como despesa profissional.

A comparação anterior abre margem para a discussão das condições materiais de pesquisa, no sentido de elencar a qualidade da pesquisa e da pós-graduação. É necessário também discutir a diferença entre as soluções brasileira e norte-americana para a pesquisa bibliográfica, em especial aquela dos estudos literários.

Em anotação incidental, registro que o tradicional percurso de perenização do conhecimento (comunicação, anais, periódico e livro) está a perder o seu sentido, em razão das páginas pessoais, das edições digitais dos anais (e não mais em cd-rom, que acabava perdido em gavetas e pastas) e dos e-livros. Essa nova postura de socialização do conhecimento também está a diminuir o peso dos pareceristas, muito embora a atitude de verificação de conhecimento sempre prevaleceu mesmo diante do material impresso; não é o meio que dá qualidade ao conhecimento, e mesmo autores com elevado grau de autoridade acadêmica cometem erros e pecadilhos editoriais.

<sup>1</sup> <http://www.hup.harvard.edu/results-list.php?hcid=20>

<sup>2</sup> <http://www.edusp.com.br/livrolanc.asp>

Não há dúvida sobre o grande manancial de estudos literários em inglês, francês, alemão e espanhol, sem que tais fontes cheguem traduzidas aos leitores brasileiros. É de se notar também que os estudos comparados geralmente têm o seu estado da arte definido por artigos e livros publicados em inglês e em francês. O acesso a material em outra língua com certeza amplia o conjunto de horizontes para a sedimentação do estado da arte. Mas além da possibilidade de leitura do material primário e secundário, é crucial que haja o acesso a tais fontes.

O Portal de Periódicos se tornou a grande ferramenta de acesso, viabilizando, principalmente por meio do JSTOR, a consulta de textos em periódicos; há de se anotar também que as posturas políticas de acesso à riqueza das bibliotecas têm permitido a leitura de obras anteriormente distantes da maioria dos estudantes brasileiros em qualquer ponto de acesso à internet. Os vários repositórios eletrônicos, tais como a Biblioteca Nacional Digital<sup>3</sup>, a Biblioteca Nacional de Portugal<sup>4</sup> (por meio de suas coleções digitalizadas), o *Internet Archive*<sup>5</sup>, *The Latin Library*<sup>6</sup>, além da recente, riquíssima e digital Brasileira da USP<sup>7</sup>, permitem o acesso a fontes expressivamente importantes para os estudos literários.

Qualquer pessoa com acesso à internet terá condições de ler tais obras, publicadas por autores com falecimento até 1940, se digitalizadas (esse é um esforço que aos poucos começa a se tornar menos hercúleo). Para aqueles interessados em fontes e críticas publicadas até tal data (em razão dos direitos autorais), basta método e formação. Mas fontes primárias e secundárias cujos direitos autorais ainda estão em vigor só podem ser acessadas em bibliotecas públicas e particulares. O maior conjunto de crítica literária foi publicado após o maior crescimento da pós-graduação brasileira, ou seja, pós-1980. Assim, estudantes e pesquisadores dependem sobremaneira das bibliotecas. E aqui reside o maior problema da materialidade, ou seja, as condições efetivas em tempo e espaço que favorecem ou não o pesquisador em seu trabalho.

O primeiro grande obstáculo está no incremento das coleções existentes, em razão da Lei Federal n° 8.666/93, que instituiu normas

<sup>3</sup> <http://bndigital.bn.br/>

<sup>4</sup> <http://purl.pt/index/general/PT/index.html>

<sup>5</sup> <http://www.archive.org/about/about.php>

<sup>6</sup> <http://www.thelatinlibrary.com/>

<sup>7</sup> <http://www.brasiliana.usp.br/>



para licitações e contratos da Administração Pública, seguida por vezes por legislações estaduais com um maior nível de rigor. Quer dizer, a compra de novos títulos (quando há recursos) passa pelo imenso e cuidadosíssimo crivo das assessorias jurídicas e financeiras das Instituições de Educação Superior (IES) públicas, especialmente preocupadas com as fiscalizações dos tribunais de contas. Nesse particular, é importante ressaltar que as vantagens conseguidas pela Lei Federal n° 10.753/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, especialmente o seu art. 18 (“Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente”), por vezes são eliminadas pela compreensão dos tribunais de contas sobre o caráter da licitação de livros como material permanente e não de consumo. Há instituições que percebem como material de consumo o livro comprado para um projeto de pesquisa e como material permanente o livro comprado para uma biblioteca. Por força de algumas inteligências institucionais, ocorrem três situações que afetam diretamente a melhoria do acervo de pesquisa: (a) setores de compra que valorizam a aquisição de livros “com cheiro de novo”; (b) a prioridade de construção de bancos de livros para a graduação em detrimento da coleção de pesquisa; e (c) a dificuldade imposta pelos setores financeiro, jurídico e bibliotecário para a aquisição de obras usadas ou de coleções particulares.

O segundo (e maior) obstáculo é o tamanho das coleções disponíveis para os PPG em estudos literários. Consultados os cadernos de indicadores 2009 da base de dados da Capes<sup>8</sup>, verifiquei que raramente há dados numéricos sobre o número de obras disponíveis. Geralmente, as informações do campo “Proposta do Programa – Infraestrutura – Biblioteca (P-PG-09)”, quando específicas, resultam de dados preparados por uma bibliotecária por meio de consulta a um sistema genérico e não indicam com precisão o tamanho do acervo na área; há uma grande preocupação em listar a área da biblioteca, o tempo de construção, o número de pessoas sentadas e o número de empréstimos. Dificilmente, consegue-se compreender o significado de tais informações como acervo de pesquisa pós-graduada, misturando o número de títulos de periódicos com o número de exemplares ou de fascículos. A título exemplificativo, listo os acervos de livros

<sup>8</sup> [http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/cadernoavaliacaoservlet?acao=filtrararquivo&ano=2009&codigo\\_ies=&area=41](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/cadernoavaliacaoservlet?acao=filtrararquivo&ano=2009&codigo_ies=&area=41)

mencionados pelas seguintes PPG em estudos literários nas IES: Universidade Estadual de Campinas (105.750), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (51.026), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Câmpus de São José do Rio Preto (36.333), Universidade Federal de Santa Maria (19.000) e Universidade Estadual de Londrina (15.000). Em alguns casos, o acervo de bibliotecas universitárias é mencionado, sem a indicação de áreas abrangidas. Quando se faz a comparação com bibliotecas universitárias norte-americanas, claramente há um descompasso abissal. Mas, considerada a qualidade específica das coleções em português existentes no Brasil, tal diferença pode ser menor.

O que causa maior espécie é que não dispomos no Brasil de uma estrutura de empréstimo entre bibliotecas universitárias. O *Interlibrary loan* norte-americano imediatamente potencializa a disponibilidade de fontes, especialmente porque também faz parte do conjunto o imenso acervo da *Library of Congress*. Na experiência que tive junto à construção de projetos institucionais submetidos a editais de infraestrutura de pesquisa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por inúmeras vezes senti-me pulverizado pelo valor das solicitações de várias áreas de estudos. Um único equipamento comum (um ultrafreezer) usado em laboratórios permitiria comprar facilmente 10% do acervo bibliográfico em estudos literários da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O acervo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na área vale, em cifras gerais, menos do que a UEL conseguiu em um único edital da Finep (2009/1). Ou seja, nosso objeto de consumo (ou permanente) a ser usado na pesquisa é muito barato, mas recebe pouco ou nenhum apoio dos editais de infraestrutura de pesquisa. Idealmente, seria importante um projeto de sustentação financeira dos empréstimos entre bibliotecas (pelo menos no nível regional), para que se alavancasse a qualidade das fontes consultadas para a pesquisa na área. Seria importante que nossas associações profissionais e as coordenações dos PPG atuassem junto a pró-reitorias e a agências de fomento, de forma que se entendesse a necessidade de implementação de melhor infraestrutura compartilhada de pesquisa, que se funda tradicionalmente no livro, mesmo que ressaltado o papel dos periódicos.

Outra solução seria o intercâmbio ou a mobilidade de estudantes. Algumas instituições têm sido agressivas na proposição de programas de pós-graduação fundados na mobilidade ou na integração, com resultados positivos e negativos. É fato importante na formação do estudante a sua presença em laboratórios consolidados; também soa viável a mobilidade de docentes, algo que aos poucos começa a ser compreendido pelas agências de fomento por meio dos programas de professores visitantes. Se tais circunstâncias de acesso se fazem vitais nas áreas dependentes de laboratórios e de experientes cientistas com procedimentos muitas vezes protegidos intelectualmente, na área de estudos literários a mobilidade de docente é importante também; igualmente, o acesso do estudante a outros acervos se torna primordial, se pudermos em algum momento estabelecer uma política de fomento à pesquisa em estudos literários ou, para não advogar em causa específica, em humanidades.

Nesse particular, talvez isso já se faça de uma forma ou de outra, especialmente por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) e da chamada pesquisa de campo e dos editais de professores visitantes (Capes, CNPq e agências estaduais de fomento). A questão tem outros fundamentos: o volume de concessões, a velocidade e o espectro de tal influência e o número de estudantes afetados. O gigantismo do Sistema Nacional de Pós-Graduação inibe para muitos qualquer proposta de incremento ou de melhoria de editais dessa ordem. Entretanto, é necessário considerarmos o papel de uma geração inteira de pesquisadores e professores universitários para a continuidade de nossos esforços. Há grave risco de um empobrecimento na formação desses futuros agentes universitários atuantes em pesquisa e ensino, pois as condições de acesso às fontes primárias e secundárias são muito diferentes entre o que se pode considerar como eixo e periferia.

### **A produção do conhecimento e sua recepção**

Chego, assim, ao item mais problemático dessa digressão. E aqui será necessário tocar no aspecto das bolsas no exterior, tanto para pós-graduandos quanto para docentes. A vivência pós-graduada,

tanto no seu aspecto formativo quanto naquele socializante, depende de uma efervescência ou daquilo que se convencionou chamar ímã acadêmico (*academic magnet*); aliás, as várias reformas universitárias que procuraram retomar os cursos seriados se fundaram nesse princípio de educação compartilhada e comunitária. A ideia da circunstancialidade também segue o mesmo raciocínio; ou seja, o pós-graduando e o pesquisador, mesmo que se defenda a questão da sensibilidade individual, precisam conviver com seus pares, participar de atividades de mútua inteligência (como os vários simpósios e seminários), criando redes de suporte acadêmico.

Quando se observa a pós-graduação feita em deslocamento, resultado do esforço individual e, por vezes, institucional para a formação de quadros docentes, percebe-se que pouco participa o estudante das outras atividades proporcionadas pelos PPG. Essa atitude resultante das condições familiares e geográficas acaba por tornar os alunos pouco íntimos das estruturas de pesquisa disponíveis e das outras oportunidades de convivência com outros alunos e professores. São poucos os programas que usam de mecanismos de obrigatoriedade de presença em atividades que não sejam as aulas. Mesmo o requisito da residência do bolsista na cidade onde está localizado o PPG pode ser facilmente contornado em termos burocráticos.

A opção por doutorados com poucos créditos em disciplinas também evita a maior convivência entre alunos e professores, bem como inibe o compartilhamento de saberes, que é fundamental uma formação escolar mais ampla dos pós-graduandos. Mesmo os grupos de pesquisa tão incentivados pelo CNPq apresentam-se raramente como convivência diária, embora haja esforços de reuniões e programas de leitura comunitária; quando efetivos, resultam em excelentes núcleos de pesquisa, envolvendo desde graduandos até pesquisadores em estágio pós-doutoral.

Em geral, o estágio atual das coleções digitalizadas e do Portal de Periódicos propicia o acesso a obras, sendo pouco necessário o deslocamento para outras localidades, quando o material a ser

consultado foi publicado por autores falecidos até 1940. As coleções específicas, especialmente aquelas com manuscritos e periódicos antigos, tornam-se o contraponto a exigir o deslocamento. Mas a propositura de apoio a tal pesquisa exige do pesquisador um conhecimento prévio da coleção, circunstância que muitas vezes não se faz pela ausência de descritores apropriados das bibliotecas a serem visitadas. É fundamental que um pesquisador ou um pós-graduando interaja com outros pesquisadores, ou seja, a rede de suporte acadêmico é a maneira viável para a diminuição de custos e o cumprimento de prazos de conclusão. Quando se olha o cabedal de informações consultadas por Jaime Cortesão (1956), em sua monumental obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, tem-se noção de que a pesquisa em nossa área demanda tempo, esforço, paciência e principalmente recursos humanos e financeiros. Claro está que poucos trabalhos precisam do acesso a tantos repositórios como o caso de Cortesão; entretanto, há de se observar que a biblioteca universitária a que está vinculado um PPG poucas vezes é suficiente para a pesquisa pretendida. Físicos, químicos e biólogos visitam outros centros de pesquisa para efetuar experimentos, conhecer técnicas ou aprender a usar novos equipamentos; em símile, a pesquisa em literatura demanda visitas a outros centros. O difícil, entretanto, tem sido demonstrar a necessidade da visita. Em um projeto que li, argumentava-se que era necessário ir aos Estados Unidos, pois há mais de 15 anos estava o proponente afastado da leitura das fontes; quer dizer, o argumento foi pouco convincente em razão do facilitado acesso a fontes digitalizadas. Nossa área precisa de argumentos mais sólidos e de uma socialização das formas de convencimento.

Para muitos, especialmente aqueles com vínculos acadêmicos com línguas estrangeiras, torna-se mais fácil a sustentação de propostas de deslocamento ao exterior. Para outros, soa estranho que um pesquisador precise estar fora do Brasil para realizar um projeto sobre literatura produzida no Brasil; entretanto, as condições materiais para a pesquisa, em alguns países, são geralmente muito melhores que no Brasil. Não há dúvida que a convivência com outros pesquisadores enseja novas percepções comparativas. Para alunos de pós-graduação, um ano no exterior pelo doutorado sanduíche é uma

experiência ímpar, especialmente pela contínua provocação acadêmica existente e pelas coleções excepcionais de fontes primárias e de fontes teóricas secundárias. Mas urge a melhoria das condições materiais e da circunstancialidade da convivência acadêmica nos PPG em literatura no Brasil.

### Considerações finais

O crescimento exponencial da pós-graduação propicia certa fragilidade pela necessidade de formarmos tantos doutores em tão pouco tempo, sem que haja as condições estruturais apropriadas, como boas bibliotecas e tempo para a dedicação aos estudos. Nossos alunos em geral recebem sua formação em deslocamento, pouco usufruindo do ambiente universitário. O modelo de doutoramento usado na área de estudos literários, que enfatiza a pesquisa vertical desde as primícias e não exige maior número de créditos em disciplinas, precisa ser revisto, aproveitando da experiência de outras áreas que exigem visitas constantes aos periódicos acadêmicos e a convivência diária entre pesquisadores. Nossa cultura livresca está longe do efeito em cascata e do volume encontrável na indústria editorial europeia e norte-americana; em época de facilitação de acesso digital, precisamos todos nos abrir para outras formas de acesso ao conhecimento, com menor custo e maior densidade referencial. A pesquisa na área tenderá a ser maior e mais efetiva em termos éticos, no respeito ao estado da arte, quando buscarmos menos o número de produtos e mais a qualidade desses produtos.

Recebido em 15/04/2011

Aprovado em 24/08/2011

### Referências bibliográficas

BORDINI, M. da G. A materialidade do sentido e o estatuto da obras literária em O Senhor Embaixador de Érico Veríssimo. In: ZILBERMAN, R. et al. **As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. p. 199-276.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid** (1735-1753).  
Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1956.

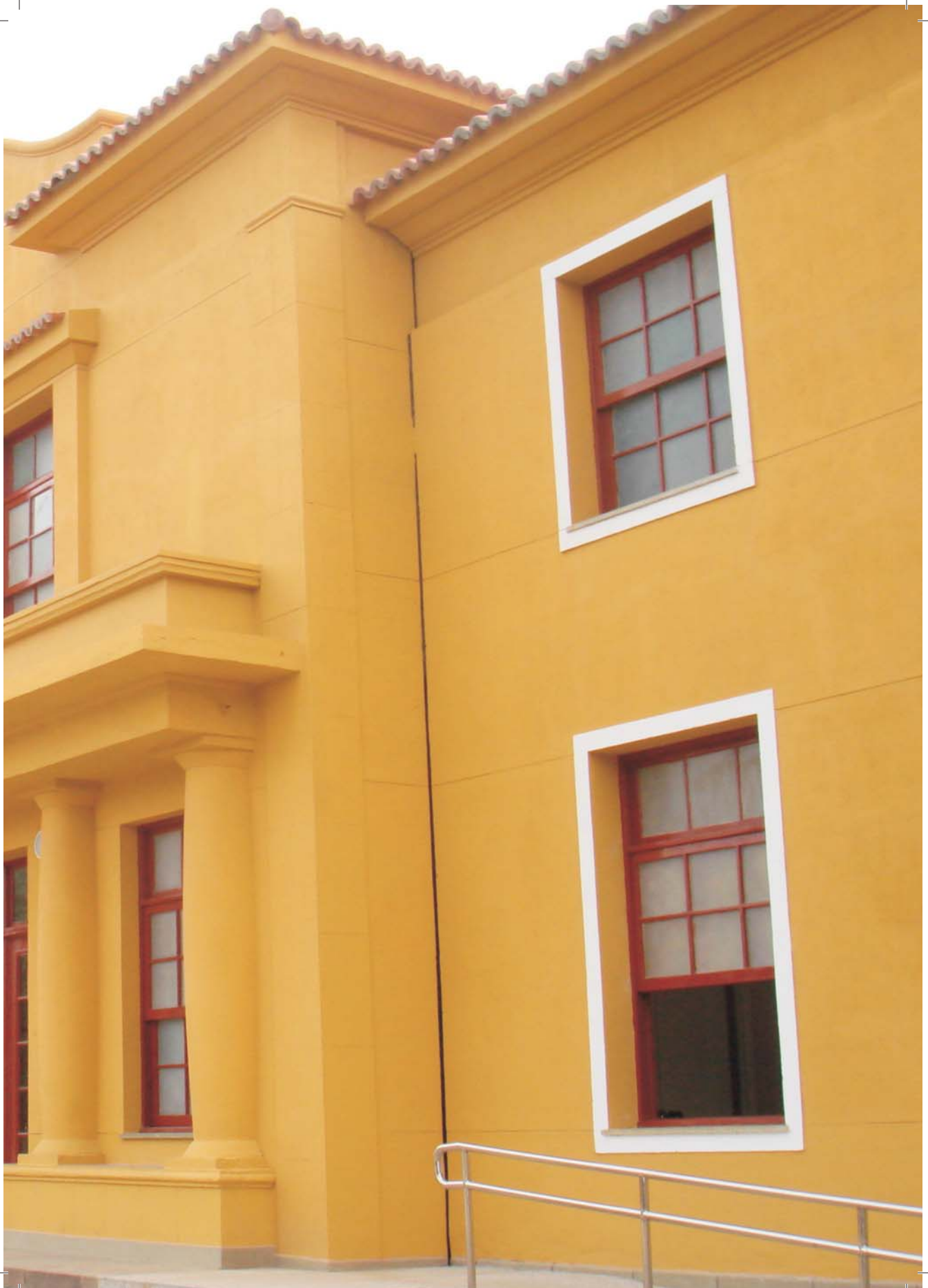
DARNTON, R. The Library: Three Jeremiads. **New York Review of Books**,  
23 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2010/dec/23/library-three-jeremiads/?pagination=false>>.  
Acesso em: 10 mar. 2011.

LEADER, D. **The New Black: Mourning, Melancholia and Depression**.  
Minneapolis: Graywolf, 2009.

Pavilhão de Laboratórios da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cruz das Almas. Instaurado em 1942, o campus abrigou a Escola Agrônômica da Bahia. Desde 2005, além da Reitoria da UFRB, é sede do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cetec).  
Foto de Renata Machado – Assessoria de Comunicação/UFRB.









Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel?

Scientific publishing and “academic productivity”: is there any light at end of the tunnel?

La producción científica y el “productivismo académico”: ¿hay alguna luz al final del túnel?

Oswaldo Hajime Yamamoto, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, professor titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e representante da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: UFRN – Campus Universitário – Caixa Postal 1622 – Lagoa Nova. CEP: 59078-970 – Natal, RN. E-mail: oswaldo.yamamoto@gmail.com.

Emmanuel Zagury Tourinho, doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, professor titular do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará e coordenador da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Rua Augusto Corrêa, 1 – Guamá. CEP: 66075-110 – Belém, PA. E-mail: eztourinho@gmail.com.

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, doutor em Psicologia pela Universidade de Brasília, professor titular de Psicologia Social das Organizações da Universidade Federal da Bahia e coordenador da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Av. Ademar de Barros, s/n, pav. 4 – Ondina. CEP: 40170-110 – Salvador, BA. E-mail: antoniovirgiliobastos@gmail.com.

Paulo Rogério Meira Menandro, doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, professor titular do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da Universidade

Federal do Espírito Santo e representante da área da Psicologia na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário – Goiabeiras. CEP: 29.075-910 – Vitória, ES. E-mail: paulomenandro@uol.com.br.

## Resumo

O presente texto apresenta a estratégia desenvolvida pela área de Psicologia na Capes para avaliar a produção científica dos programas da área. A proposta consiste no estabelecimento de limites quantitativos de produção bibliográfica por programa, proporcionais ao número de docentes permanentes, de forma a permitir uma avaliação prioritariamente qualitativa da produção. O confronto dos indicadores das últimas avaliações trienais sugere, ainda que tendencialmente, a eficácia do procedimento. São discutidas as características e as limitações dessa estratégia para a avaliação da pós-graduação.

**Palavras-chave:** Produção Científica. Pós-Graduação. Avaliação.

## Abstract

The paper presents the strategy developed by the Capes Psychology Committee to assess the scientific production of Graduate Programs. The proposal consists of establishing quantitative limits to each Program's bibliographic production, based on the number of its permanent faculty members, in order to favor a more qualitative assessment of these outcomes. The comparison of indicators of the last two Triennial Evaluations suggests, as a tendency, the effectiveness of the procedure. The characteristics and the limitations of this strategy for the evaluation of graduate Programs are discussed.

**Keywords:** Scientific Publishing. Graduate Programs. Evaluation.

## Resumen

Este artículo presenta la estrategia desarrollada por el área de la Psicología de CAPES para evaluar la producción científica de los programas de posgrado. La propuesta consiste en establecer límites cuantitativos de la producción bibliográfica de cada programa, en función del número de profesores permanentes, para permitir una evaluación más cualitativa de la producción. Aunque tendencial, la comparación de los indicadores de las dos últimas evaluaciones trienales sugiere la eficacia del procedimiento. Se discuten las características y las limitaciones de esta estrategia para la evaluación de los programas de posgrado.

**Palabras clave:** Producción Científica. Posgrado. Evaluación.

*“Nós, com o discurso da tecnologia, acreditamos [que] as máquinas nos ajudariam com o trabalho enfadonho, mecânico, nos poupando para que tivéssemos mais tempo livre. E o que aconteceu foi o oposto, as máquinas é que imprimiram ao mundo o tempo delas”*  
(Ana Maria Caetano de Faria, História falada..., 2006)

## 1. Introdução

O sistema de ensino pós-graduado é considerado pela comunidade acadêmica como uma das mais bem sucedidas experiências educacionais no Brasil. Essa apreciação, quase unânime, diz respeito não somente ao seu crescimento exponencial nesses 40 anos de institucionalização, mas, sobretudo, à qualidade alcançada pelos programas que fazem parte do que hoje é conhecido como o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Além do financiamento necessário para a viabilização do sistema, ainda hoje basicamente público, assumido pelas agências de fomento, a qualidade da pós-graduação é, em grande medida, resultado do sistema de acompanhamento e avaliação implantado pela Capes em 1976, seguindo as orientações emanadas pelo I Plano Nacional de

Pós-Graduação – PNPG (1975-1979). Com o II PNPG, que vigorou entre os anos de 1982-1985, a ênfase na qualidade do sistema repercutiu diretamente no aperfeiçoamento do sistema de avaliação, com a criação de comissões de especialistas, o aprimoramento dos formulários, as visitas *in loco*, entre outras medidas. Com o III PNPG (1986-1989), vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e à sua meta de conquista de autonomia nacional em ciência e tecnologia, a centralidade da docência, presente nos planos anteriores, é deslocada para a pesquisa e, conseqüentemente, para a produção de conhecimento (KUENZER; MORAES, 2005).

Tal deslocamento – e a conseqüente ênfase na produção científica como importante indicador de êxito da pós-graduação – refletiu, de forma cada vez mais forte, no processo de avaliação dos programas, especialmente nas três últimas avaliações trienais. É exatamente no sistema de avaliação desenvolvido pela Capes, especialmente nessa sua ênfase mais recente na produção científica, que reside o núcleo da crítica à pós-graduação brasileira atual, inclusive por parte de alguns de seus docentes e discentes de programas bem ou mal avaliados. Tais críticas vão desde a sobrecarga e intensificação do trabalho e de seus subprodutos em termos da saúde e do bem-estar dos docentes até o questionamento de um possível abandono da formação de docentes, o que implicaria maior atenção ao desenvolvimento de competências que os habilitem a ser bons professores dos cursos de graduação.

A importância da produção científica na avaliação da pós-graduação é um fato reconhecido, já que não se questionam a produção científica e a formação de pesquisadores como missões legítimas do sistema de pós-graduação. Na área da Psicologia, por exemplo, já em 1998, Macedo e Menandro (1998) afirmavam que se tratava do item com maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas de pós-graduação. O reconhecimento do peso talvez desproporcional da produção científica, inclusive, levou a Capes, no triênio 2004-2006, a alterar as ponderações dos diversos elementos da avaliação, indicando a equiparação dos quesitos referentes à formação (corpo docente, teses e dissertações) e à produção científica que, combinados, deveriam responder por 70% da avaliação final<sup>1</sup>.

É conveniente destacar que a importância da produção de conhecimento nunca esteve em questão. De fato, é consenso que produzir conhecimento é responsabilidade dos pesquisadores e que formar bons pesquisadores requer uma atuação regular em pesquisa. Considerando que a quase totalidade das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação é viabilizada por fundos públicos, para além da necessidade de disseminar o conhecimento e validar a sua qualidade por meio da apreciação pelos pares, pesquisar e publicar seus resultados faz parte do compromisso social do pesquisador. Não se questiona, igualmente, a exigência de que um corpo docente qualificado, responsável pela formação de docentes e pesquisadores de alto nível, objetivo do sistema de pós-graduação, deva não somente ser capaz de transmitir, mas também de produzir conhecimento.

Mais do que a negação da necessidade de considerar a produção científica na avaliação da pós-graduação, portanto, a insatisfação parece residir na forma como ela é conduzida, que levaria a uma escalada da produção, processo que comumente é denominado de “produtivismo”. A crítica, com diferentes matizes e níveis de fundamentação, refere-se à adoção de parâmetros eminentemente quantitativos que privilegiaria o quanto o pesquisador publica em detrimento da qualidade ou do benefício acadêmico ou social (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2009).

Em algumas versões, a referida crítica coloca em questão os critérios adotados no sistema de classificação Qualis para os periódicos<sup>ii</sup>. Esse último aspecto da crítica já foi amplamente abordado<sup>1</sup> e não será objeto de tratamento mais detido no presente texto, embora, incidentalmente, a avaliação dos veículos seja abordada mais adiante. Merece registro, por ora, apenas o fato de que, paradoxalmente, o Qualis foi instituído na década de 1990 do século passado exatamente para tornar possível a ponderação da qualidade das publicações, conferindo à avaliação da produção bibliográfica dos programas um caráter quali-quantitativo. Mas o aspecto que nos toca aqui é o primeiro, relativo à sobrevalorização da quantidade de publicações em detrimento de sua relevância ou benefício acadêmico e social.

A crítica à “escalada produtivista”, é importante assinalar, não se dirige exclusivamente à Capes e ao seu sistema de avaliação. Trata-

<sup>1</sup> Uma síntese das manifestações da comunidade científica pode ser encontrada em Rocha-e-Silva, 2009.

se, em verdade, de um fenômeno muito mais amplo, que extrapola mesmo o âmbito nacional, como testemunha Waters (2006), antigo editor da *Harvard University Press*, para quem a demanda pelo aumento da produtividade associa-se ao esvaziamento, nas publicações, de qualquer significado que não seja o de “gerar números”. E acrescenta que experimentamos “uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar”, processo que leva as boas publicações a se perderem em meio a produções de menor expressão (WATERS, 2006, p. 25).

A pressão pela produção certamente está presente cotidianamente entre aqueles que fazem parte (ou almejam fazer parte) do conjunto dos pesquisadores de alguma forma apoiados pelas agências de fomento, nacionais ou estaduais. E, para além, a qualificação da produção é um elemento sempre presente nos próprios mecanismos internos de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) para finalidades as mais diversas, tais como os concursos e os editais internos para fomento ou distribuição de bolsas, para mencionar alguns exemplos. O apelo a uma reflexão sobre a situação do mundo acadêmico, que faz Castro (2010) com muita lucidez, não pode ser negligenciado, tal é o nível de administração do nosso cotidiano que a pressão pela produção exerce.

Por ocasião de entrevista que concedeu à Sociedade Brasileira de Imunologia, o renomado pesquisador Nelson Monteiro Vaz menciona um aspecto relacionado ao tema tratado nos parágrafos anteriores, e que é intrínseco à própria discussão sobre a ciência, ao dizer que,

atualmente, a procura por explicações está atravessando um momento mínimo enquanto que a procura de resultados é maximizada. Os critérios de qualidade são muito precários, tudo é a curto prazo, o aumento da velocidade das informações e a superficialidade. [...] A eficácia pode ser importante, mas eu sou a favor da abrangência e não dá pra ter abrangência e eficácia ao mesmo tempo. É preciso haver um balanço entre eficácia e o nível de abrangência que queremos. [...] Na verdade, o cientista, nessa pressa toda que nos avassalou, corre o risco de ser completamente ignorante do mundo que o cerca (TRECHO, 2006).



Do ponto de vista da articulação de quantidade e qualidade, a pressão pela produção tem promovido distorções, como o fracionamento de trabalhos, a redundância dos produtos e a multiplicação de itens publicados, sem que, necessariamente, representem efetivas contribuições no que diz respeito à relevância científica ou social. Os processos de avaliação conduzidos pelas agências de fomento reconhecem a impropriedade dessas estratégias e de seus produtos, mas não raro encontram dificuldades para identificá-la e evitar que interfira com sua aferição da produtividade. Como resultado, resta sempre a desconfiança de que a avaliação pode ter favorecido indevidamente certos atores no sistema (aqueles com maior número de itens publicados), inibindo o necessário processo de qualificação da produção científica e tecnológica.

Portanto, mesmo relativizando o papel da avaliação da pós-graduação no “produtivismo desenfreado”, como sugerem Macedo e Sousa (2010) ao analisarem a área da Educação, é impossível negar a parcela de responsabilidade da política científica em curso, em especial, das agências de fomento, nesse processo.

As menções à preocupação com as atuais exigências quanto à produção dos programas de pós-graduação, apontadas como sendo, ao mesmo tempo, excessivas em termos da sobrecarga de trabalho para os envolvidos e contraproducentes quanto à sua capacidade de assegurar elevação da qualidade do que é produzido, deixam claro que a questão não é apenas nacional, nem se restringe a uma ou outra área, mas é geral. Há alguns aspectos relacionados ao assunto, entretanto, que têm sido pouco abordados. Considera-se importante registrá-los aqui como contribuição ao debate, sem preocupação de se estender em sua discussão, uma vez que é outro o objetivo do presente texto.

A atividade avaliativa desenvolvida pelas várias comissões de área na Capes e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é apresentada por muitos de seus críticos como irrefletida e deliberadamente equivocada, como se tais comissões compostas por docentes/pesquisadores tivessem como objetivo a automutilação e a criação de obstáculos intransponíveis para si mesmos.

Em alguns casos, apresenta-se um quadro caricatural, em que todas as imperfeições (que existem, de fato, não se trata de negação) são acentuadas ao ponto da deformação, e a partir daí se prega a necessidade de mudanças radicais em relação à opção pelo “produtivismo”, que é dado, então, como opção já decidida e consolidada.

Além disso, estão disponíveis reflexões com críticas pertinentes que abordam a questão de forma mais abrangente, algumas das quais expressas em textos que são citados no presente trabalho. Além de reflexões independentes produzidas por iniciativa individual de pesquisadores, e daqueles casos de material induzido por debates promovidos por associações científicas e por entidades sindicais, é importante ressaltar que em todas as comissões de avaliação, assim como nos conselhos superiores dos órgãos envolvidos, é permanente a discussão sobre equívocos, distorções, acertos e adequada apreensão da diversidade das áreas.

Isso quer dizer que a própria comunidade acadêmica detém todos os elementos necessários para aprimorar a crítica e propor mudanças e aperfeiçoamentos. É necessário ressaltar que isso se dá, inclusive, porque as informações indispensáveis ao acompanhamento e ao exame de todo o processo avaliativo estão disponíveis a todos os interessados. Não é irrelevante lembrar aqui que houve aumento expressivo de recursos públicos empregados em ciência e tecnologia nos últimos dois triênios. Acredita-se que ninguém advogue, hoje, a adoção de política de nada avaliar e de nada prestar contas à população. Não é difícil perceber que a inexistência de avaliação cristalizaria eternamente o quadro atual, fechando portas para todas as novas experiências em pós-graduação e em pesquisa que venham a surgir.

Algumas vezes, as críticas ao que é apontado como exigência exorbitante de produção aparecem associadas à preocupação – justificada – com a saúde dos envolvidos no sistema de pós-graduação. É preciso estar atento, entretanto, ao fato de que cresceu muito o volume de inúmeros outros afazeres acadêmicos que se somam às atividades próprias da pesquisa, tais como: orientações na graduação e na pós-graduação; formulação de pareceres para Capes, CNPq, fundações

estaduais de amparo à pesquisa e outros órgãos governamentais; comitês de ética em pesquisa; programas institucionais de iniciação científica; avaliações de artigos para periódicos e de livros para editoras; composição de bancas examinadoras; participação em comissões institucionais em vários níveis institucionais; organização de processos de progressão funcional; confecção de relatórios diversos, inclusive relatórios financeiros; atualização de currículo na plataforma Lattes; entre outras. Além disso, muitas outras atividades cotidianas, como o próprio deslocamento entre residência, universidade e locais de coleta de dados, passaram a demandar muito mais tempo do que exigiam há poucos anos. É fácil perceber que todos esses exemplos têm implicação em termos do controle do indivíduo sobre seu próprio trabalho (e sobre seus fins de semana!). Considerados todos esses aspectos, fica evidente que as exigências de produção, e o “produtivismo” resultante, não constituem, necessariamente, o problema central, mas sim sua face mais à mostra, pelo impacto mais visível sobre as avaliações de desempenho do pesquisador e do programa de pós-graduação.

Apresentadas essas digressões, retoma-se o fato de que a questão da escalada quantitativa da produção – e a responsabilidade dela decorrente – tem merecido a atenção das coordenações de área da Psicologia na Capes nos últimos triênios. Nos triênios correspondentes à atuação das duas últimas coordenações (2005-2007 e 2008-2010), a área da Psicologia desenvolveu uma estratégia para a avaliação da produção científica que foi incorporada à avaliação dos programas de pós-graduação para fazer face à questão acima delineada.

A intenção das comissões de avaliação ao desenvolver os procedimentos que apresentaremos na sequência foi dupla: de uma parte, sinalizar para a área que é necessário estabelecer limites para o que Netto (2010) denomina com muita propriedade de “fordismo acadêmico”; de outra, buscar construir uma estratégia de avaliação que promova o avanço qualitativo da produção dos programas.

O objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir essa proposta desenvolvida pela área da Psicologia.

## 2. A “Tabela de Melhor Produção”<sup>2</sup>: a proposta da Psicologia

A proposta desenvolvida pela área da Psicologia consiste no estabelecimento de um limite dentro do qual os indicadores quantitativos têm importância para a avaliação da produção bibliográfica dos docentes e discentes do sistema de pós-graduação e a partir do qual apenas a qualidade da produção pode impactar os indicadores dos programas. Ele se traduziu no desenvolvimento da Tabela de Melhor Produção (TMP), elaborada pela primeira vez para a Avaliação Trienal 2007 e novamente empregada na avaliação de 2010.

A TMP se constitui, basicamente, da seleção das produções mais bem avaliadas do programa e da geração de um indicador correspondente. Para isso, parte-se da definição de um limite (“teto”) da quantidade de itens publicados a serem considerados para cada programa, com base no número de docentes permanentes. Definido esse limite e aferida a qualidade de todos os itens publicados pelo programa, consideram-se aqueles mais bem avaliados e apura-se a média de pontos por docente permanente. Assim é gerado o que a área denomina de indicador de “Itens Qualificados por Docente Ano”.

A TMP apresenta, portanto, os indicadores hierarquizados de cada programa que faz parte do sistema, considerando a produção de docentes e discentes entre os itens mais bem avaliados. Nas avaliações trienais de 2007 e 2010, o processo de construção da tabela se iniciou com o levantamento de toda a produção de cada programa. Em uma segunda etapa, essa produção foi avaliada e ponderada, multiplicando-se cada item pelo valor correspondente das tabelas para a avaliação de artigos e de livros, capítulos e trabalhos completos em anais (isto é, os pesos correspondentes às classificações no Qualis de Periódicos e no Sistema de Avaliação de Livros). Na terceira etapa da lista de produções do programa, selecionaram-se os itens mais bem avaliados, em número correspondente a quatro itens/docente/ano<sup>3</sup>. Por exemplo, para um programa com 10 docentes, foram levados em conta, no triênio, os 120 itens mais bem avaliados (10x4x3). A média desses itens ponderados constitui o índice final alcançado pelo programa.

<sup>2</sup> O texto que se segue está baseado em documentos produzidos pela área nos dois últimos triênios, em especial, Tourinho e Bastos (2010).

<sup>3</sup> A definição de quatro produções como referência foi experimental, baseada na média de itens de produção por docente/ano no triênio 2002-2004 (anos base 2001-2003), que foi de 2,85 (incluindo artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais).

Com relação à construção da TMP, é importante observar que:

- 1) O número de docentes permanentes definiu a quantidade de itens considerados para a composição do indicador do programa, embora esses itens incluíssem publicações de docentes e de discentes (em coautoria ou não com docentes);
- 2) Quatro produções por docente/ano não significa nem uma exigência de produção, tampouco um patamar a ser alcançado, mas tão somente uma referência para a produção do programa como um todo considerada para efeito de avaliação;
- 3) A referência de quatro produções por docente/ano não significa que somente quatro produções de cada docente foram consideradas. As produções mais qualificadas, independentemente da autoria, foram selecionadas para efeito de avaliação, dentro do teto de itens considerados;
- 4) Na composição da primeira lista de produção do programa, portanto, foram computados todos os artigos, livros e capítulos. Essa lista foi, então, hierarquizada com base na ponderação dos itens. Para essa lista final, não houve um limite para qualquer categoria de publicação. Isto é, compuseram a TMP do programa os itens mais bem avaliados, independentemente do tipo de publicação e da autoria; e
- 5) A ponderação das publicações sob a forma de artigos e de livros e capítulos seguiu o estabelecido para o Qualis de Periódicos e para o Sistema de Avaliação de Livros.

Conforme o que foi afirmado na segunda observação acima, a sinalização pretendida para a área era de que seria preferível o programa concentrar seus esforços na publicação de um número menor de itens qualificados, dentro do limite estabelecido, e não na simples multiplicação dos produtos, eventualmente com menor qualidade. Ao mesmo tempo, o procedimento empregado garantia que as produções de maior qualificação de cada docente acima do limite individual seriam levadas em consideração na avaliação, respeitado o teto do programa.

Consideremos alguns exemplos fictícios a título de ilustração. O programa A, com 10 docentes no seu núcleo permanente, teria o teto

trienal de 120 produções. Imaginemos que a sua produção total tenha sido de 140 itens. Nesse caso, seriam desprezadas 20 produções, as de menor avaliação no Qualis, no caso de artigo em periódicos, ou no Sistema de Avaliação de Livros, no caso de livros ou capítulos. Nesse conjunto de 120 produções, é possível que o docente fictício 1 tenha colaborado com seis produtos (por serem de melhor avaliação) e o docente 2 tenha apenas duas produções contabilizadas. As demais produções que, porventura, o docente 2 tenha, não farão parte do rol de publicações consideradas para a avaliação do programa. Em uma segunda hipótese, imaginemos que o total de produções desse programa tenha sido de 100. Nesse caso, toda a produção dos docentes seria considerada, independentemente da avaliação de qualidade.

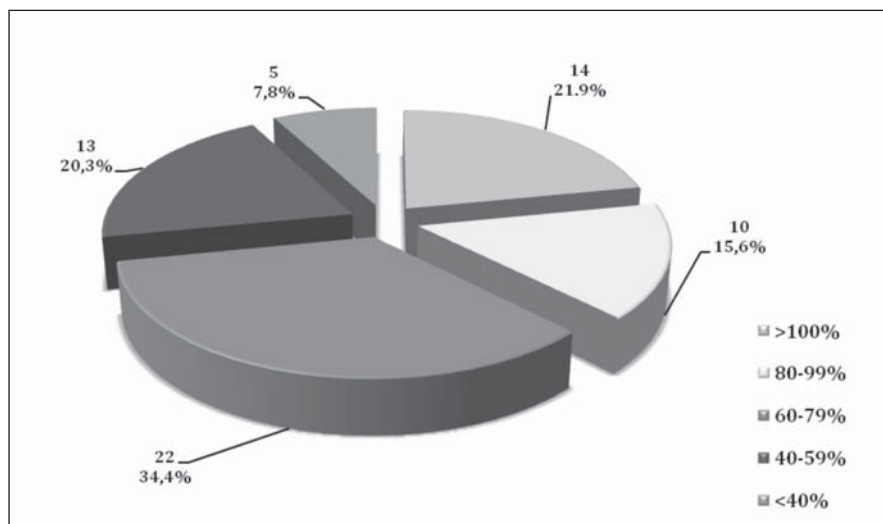
É importante salientar que se trata de uma avaliação que se articula com outros aspectos da produção dos programas. Um dos indicadores adicionais diz respeito à dependência do programa com relação à produção qualificada de um núcleo reduzido de docentes. Ou seja, embora possam ser contabilizados mais de quatro itens de alguns docentes, a excessiva concentração dos itens de melhor qualificação em poucos docentes pode prejudicar o programa na avaliação global de sua produção.

É possível fazer um exercício que permita que o número referência de quatro itens de produção anual por docente permanente seja visto de uma perspectiva alternativa, interessante de se ressaltar. Caso a base de cálculo inclua os mestrandos e doutorandos que se titulam anualmente – um número que, na área da Psicologia, corresponde ao dobro do número de docentes orientadores –, o valor de quatro itens/docente/ano pode ser visto como 1,33 itens/docente + titulado/ano.

### **3. A TMP e as avaliações trienais da Psicologia**

O procedimento definido acima foi empregado nas avaliações trienais de 2007 e 2010, resultando em um dos indicadores mais importantes da produção científica. Embora haja necessidade de aprimoramento da proposta e de tempo para verificar o seu impacto, alguns resultados podem ser observados.

O exame dos resultados da produção científica dos programas na avaliação trienal de 2010 mostra a forma como a TMP foi empregada e seu impacto em dois importantes indicadores de avaliação da produção científica. A Figura 1 apresenta a distribuição dos programas por níveis, segundo se aproximaram do teto previsto pela TMP ou superaram-no.



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

### Figura 1. Distribuição de programas por níveis de produção, considerando o teto estabelecido pela TMP

Dos 64 programas avaliados em 2010, apenas 14 (aproximadamente 22%) ultrapassaram o teto previsto. Dois desses programas apresentaram um quantitativo que supera o teto em cerca de 70%, embora a maioria o tenha ultrapassado com percentuais bem mais modestos. Há que se destacar, no entanto, que, para 78% dos casos, o teto ainda é um limite não atingido, mostrando que o patamar, apesar do crescimento da produção, ainda é adequado. Nesse caso, encontram-se 10 programas que estiveram bem mais próximos de atingir o teto, com percentuais iguais ou superiores a 80%. Além disso, o maior número de programas (22) encontra-se no patamar de uma produção que representa entre 60 e 79% do teto previsto, existindo, ainda, um pequeno grupo que está bem distante do teto definido pela TMP.

Ao se considerar o teto estabelecido pela TMP, dois indicadores importantes da avaliação da produção de cada programa sofrem importante alteração na direção de a dimensão qualitativa passar a ter um peso mais expressivo do que a dimensão quantitativa. A Tabela 1 compara os programas que superaram ou não o teto de produção, o que altera no escore médio dos itens produzidos e na medida mais geral de produtividade do programa (itens qualificados por docente permanente/ano) no grupo que produz “em excesso” (para além do teto previsto).

**Tabela 1. Indicadores de qualidade dos itens produzidos pelos programas que ultrapassaram o teto da TMP, comparativamente aos demais programas**

Nível Produção, Com Teto da TMP	Qualificação Média dos Itens sem Teto	Qualificação Média dos Itens com Teto	Itens Qualificados por DOC/Ano sem Teto	Itens Qualificados por DOC/Ano com Teto
>100% (n=14)	49,75	56,94	262,83	226,84
<100% (n=50)	47,13	47,13	124,15	124,15

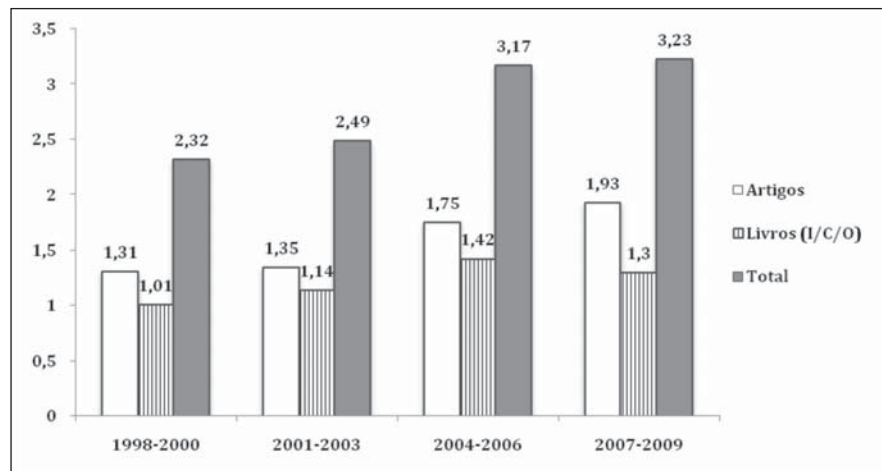
Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

Quando se consideram todos os itens produzidos, a qualidade média dos itens não se diferencia fortemente entre os programas mais produtivos (que superaram o teto) e os demais. Os valores são respectivamente 49,75 e 47,13 (em uma escala em que o máximo é 100 e equivale a um artigo A1). Com a eliminação dos itens que excedem o teto, a qualificação média dos itens aumenta para 56,94, ampliando a diferença na qualidade, em certa medida prejudicada pela quantidade de itens menos qualificados. Esse resultado, por si só, indica que o uso da TMP fornece um claro indicador para os programas da área da necessidade de investir em melhores publicações em vez de na simples ampliação da quantidade de itens produzidos. Se, por um lado, a exclusão de itens em excesso dá maior destaque à qualidade dos itens, por outro lado, ela reduz a contribuição média de cada docente permanente/ano. Como se vê na Tabela 1, a contribuição média dos docentes permanentes cai de 262,83 para 226,84 no grupo dos 14 programas que ultrapassaram o teto. Essa alteração nesse indicador mais central na avaliação sinaliza, uma vez mais, que não vale a pena investir simplesmente na quantidade de itens.



Um dos objetivos da adoção da TMP era sinalizar para a área a necessidade de controle da escalada da produção, na direção de uma produção de melhor qualidade. É necessário, portanto, confrontar os dados referentes à produção da área nos últimos triênios.

A Figura 2 apresenta a evolução da produção científica (artigos, livros e capítulos de livros) bruta, isto é, ainda sem a avaliação de qualidade dos programas da área nos últimos quatro triênios para aferir o ritmo de crescimento das publicações da área:



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

### Figura 2. Evolução da produção científica da área da Psicologia nos últimos quatro triênios

A tendência de crescimento da produção científica da área é clara nos três primeiros triênios considerados, tanto no que diz respeito aos artigos quanto aos livros (integrais, capítulos ou organização). No entanto, é possível observar que há um decréscimo no ritmo de crescimento no último triênio em relação ao anterior. Enquanto no triênio 2004-2006 a produção cresceu 27% em relação ao triênio anterior, no último triênio, o crescimento foi de apenas 2%. Ainda é cedo para dizer que essa estabilidade quantitativa vem sendo acompanhada de um incremento na qualidade da produção, mas há alguns indicadores que sinalizam essa direção:

- a) embora a média de itens por docente/ano tenha ficado estável, o perfil da produção mudou, na direção de uma maior

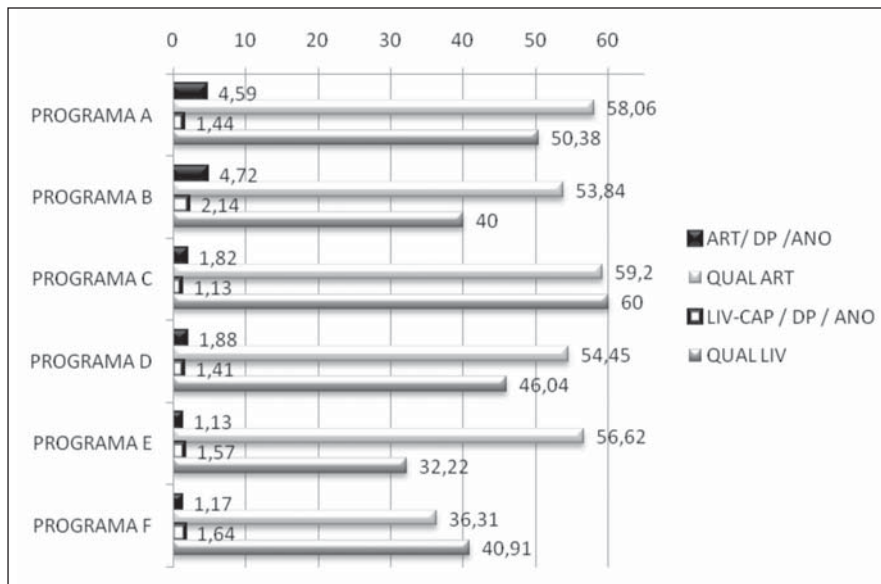
proporção de itens publicados sob a forma de artigo, produção sempre arbitrada. No triênio 2004-2006, 55% da produção da área era sob a forma de artigos, percentual estável em relação aos dois triênios anteriores. No triênio 2007-2009, esse percentual subiu para 60%, após estabilidade ao longo de três triênios;

- b) no triênio 2007-2009, o valor médio dos artigos na área (55,08 pontos) foi superior ao valor médio de livros e capítulos (47,31), indicando que a maior proporção de artigos de fato representa maior qualificação da produção;
- c) a produção sob a forma de livros e capítulos também começa a ter um perfil diferente. Por exemplo, no triênio 2007-2009, 11,6% dos itens nessa categoria consistiram de publicações em língua estrangeira; e
- d) a proporção de programas com o conceito “muito bom” no quesito Produção Intelectual da Ficha de Avaliação cresceu de 26% (14/53), na Trienal 2007, para 39% (25/64) na Trienal 2010.

Portanto, a tendência à estabilidade dos dados referentes à produção da área após a sinalização de que a TMP estaria sendo utilizada, embora o lapso de tempo ainda seja muito reduzido para conclusões mais confiáveis, pode ser uma indicação de um início do processo de controle da escalada da produção na área da Psicologia.

Mas o que acontece com os dados caso seja considerada a qualidade da produção?

A Figura 3 apresenta dados comparativos reais da Avaliação Trienal de 2010 de seis programas da área, com os índices quantitativos de artigos e de capítulos por docente permanente e os respectivos escores médios dos dois tipos de produção.



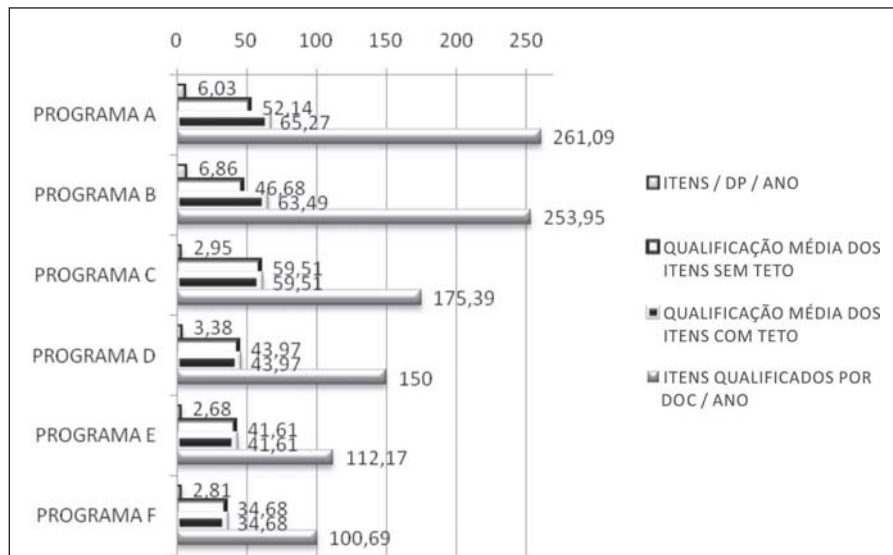
Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

### Figura 3. Comparativo da produção científica qualificada (artigos e livros/capítulos) e produção docente anual média de seis programas da área da Psicologia na Avaliação Trienal 2010

Os seis programas selecionados podem ser agrupados em três níveis de produtividade, considerando apenas a dimensão quantitativa. Os programas A e B estão entre os mais produtivos da área e ambos superaram o teto estabelecido. Os programas C e D apresentaram uma produtividade apenas média do ponto de vista quantitativo, mas a introdução do critério de qualidade os diferencia bastante. Observe-se que o programa C, com indicadores quantitativos próximos à metade daqueles apresentados pelos programas A e B, apresenta valores médios dos itens superiores a esses dois programas, o que irá se refletir no seu escore geral de produtividade. Da mesma forma, o desempenho qualitativo permite diferenciar bem o desempenho dos programas C e D, ambos na mesma faixa quantitativa de produção. O mesmo acontece entre os programas E e F. Os programas E e F encontram-se entre os menos produtivos da área. Ao se agregar a avaliação qualitativa, níveis próximos em termos quantitativos são diferenciados mais efetivamente. Nos três grupos de programas, com indicadores quantitativos muito próximos dentro de cada grupo, a avaliação qualitativa tanto dos artigos quanto dos livros e capítulos permite importantes diferenciações nos

seus desempenhos. Observe-se que são os itens qualificados, e não apenas o seu quantitativo, que irão integrar o indicador geral de produção dos programas, que incorpora, portanto, as diferenças na qualidade, como se verá na Figura 4.

A Figura 4 apresenta dados dos mesmos programas após a introdução do teto pela TMP, com a comparação da média de itens publicados por docente permanente/ano, da qualidade média dos itens sem teto e com teto e do indicador principal da contribuição média anual de cada docente permanente. Nessa Figura, é possível observar com clareza a incidência conjunta da avaliação de qualidade de artigos e livros/capítulos e da TMP sobre o desempenho geral dos programas.



Fonte: Coordenação da área da Psicologia da Capes.

**Figura 4. Comparativo da produção científica qualificada (total de itens), da qualificação média total com e sem teto pela TMP e da produção docente total anual média de seis programas da área da Psicologia na Avaliação Trienal 2010**

Nos resultados expressos na Figura 4, pode-se perceber claramente o impacto da avaliação qualitativa da produção no escore geral de produtividade dos programas. Observe-se, novamente, o desempenho do programa C que, apesar de quantitativamente estar mais próximo dos programas D e F, apresenta escore de itens

qualificados por docente permanente/ano bem superior (175,39) aos dos outros dois. Outra comparação importante pode ser feita entre os resultados dos programas A e B. O primeiro tem um indicador quantitativo inferior ao segundo, no entanto, seu indicador final de produtividade supera o segundo (261,09 a 253,95). Esses resultados, que poderiam ser observados em vários outros exemplos no conjunto dos 64 programas da área, sinalizam com clareza como o investimento em qualidade da produção, desde que atingido um patamar quantitativo médio, se traduz em melhor desempenho do que a ampliação indefinida da quantidade de itens.

Embora ressaltando o fato de que estão em jogo dados de apenas um triênio, parece inegável que tanto os procedimentos referentes à qualificação dos itens quanto o estabelecimento do teto pela TMP impacta decisivamente a avaliação da produção científica da área.

Finalmente, outro dado a ser destacado diz respeito ao fato de que, mesmo para os programas com melhor avaliação, inclusive com um total de itens publicados que ultrapassa em muito a TMP, há espaço considerável para o avanço qualitativo da produção intelectual dos programas de Psicologia. Nos programas nota 5, a pontuação média por docente permanente ficou em 189 dos 400 pontos possíveis; já nos programas 6 e 7, essa pontuação média subiu para 244, atestando a melhor qualidade da produção, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de avanço.

#### **4. Afinal, há luz no final do túnel?**

As questões referentes à produção científica, em especial, a escalada quantitativa e a dificuldade na aferição da qualidade, são por demais complexas para serem equacionadas de maneira simples. De fato, como afirmava Waters (2006), a crise é generalizada. No entanto, a despeito dos evidentes limites para abordar esse problema, as coordenações da área da Psicologia da Capes entendiam que havia necessidade de colocar em ação procedimentos que caminhassem para

a qualificação da produção e o controle da explosão da sua quantidade, sob pena de colocar em risco a decantada qualidade do sistema de pós-graduação da área.

A adoção da TMP é uma tentativa de caminhar nessa direção. Os dados que apresentamos estão longe de indicar de maneira sólida uma mudança nesse quadro, mas entendemos que são promissores. Eles representam uma política concreta de avaliação na contramão da multiplicação artificial dos números de produção e, desse modo, contrariam claramente a chamada “lógica produtivista”.

Dentre as limitações que ainda requerem atenção no uso da TMP, observamos:

- a) ela está baseada em um processo de qualificação da produção, com o sistema Qualis, que ainda precisa ser aperfeiçoado. A área de Psicologia não adotou o fator de impacto como referência para a definição dos estratos do Qualis, portanto, não é alcançada pelas críticas a esse tipo de decisão. No lugar disso, decidiu levar em conta a extensão e qualidade da comunidade científica com a qual o pesquisador interage ao publicar em determinada revista e aferiu indiretamente essa qualidade pelas indexações. Essa decisão representou um avanço em relação aos critérios anteriores, que foram importantes em dado momento, mas já não diferenciavam suficientemente as revistas. Mas não foi suficiente ainda para oferecer uma referência inequívoca da qualidade diferenciada das revistas. A área da Psicologia, em caráter pioneiro, também desenvolveu uma estratégia para avaliar, por meio de indicadores indiretos, a qualidade dos livros e capítulos produzidos. Os resultados sinalizam que o procedimento adotado produz uma diferenciação efetiva da qualidade dessa produção, cuja dimensão não é desprezível na área. No entanto, também no que concerne à avaliação dos livros, o uso de apenas quatro estratos, dentre outras limitações, mostrou-se insuficiente para diferenciar suficientemente a qualidade das publicações;

- b) O teto de quatro itens por docente/ano foi definido pela área, na Trienal de 2007, em caráter experimental e assim permaneceu na Trienal 2010. Ainda falta uma avaliação, que as comissões de avaliação não tiveram a oportunidade de realizar, sobre a adequação desse teto. No entanto, o dado de que aproximadamente 80% dos programas não atingiram o teto estabelecido aponta na direção de que ele ainda deva ser mantido por mais um período, enquanto se acompanha o ritmo de produção e de sua qualificação; e
- c) A TMP não leva em conta os perfis de produção diferenciados de cada subárea da Psicologia. Seus resultados, portanto, precisam ainda ser ponderados com respeito a esse aspecto, sob pena de seus indicadores privilegiarem características de algumas subáreas.

Duas conclusões, ainda que provisórias, podem ser extraídas da adoção da TMP. Em primeiro lugar, que há possibilidade de sinalizar claramente para a área a necessidade de priorizar a qualidade dos itens, o que pode levar a frear a aceleração da produção. A interpretação (otimista) é que a área respondeu positivamente à sinalização feita pela coordenação da área. Em segundo, que a crítica de que a avaliação da produção conduzida pela Capes é meramente quantitativa, ao menos no caso da Psicologia, não procede. Pelo contrário, as classificações de periódicos pelo Qualis e pelo Sistema de Avaliação de Livros, associadas à utilização da TMP, indicam que a qualidade das produções permite distinguir os programas, enfim, objetivo da avaliação da Capes.

É certo que aqui se coloca a questão dos critérios empregados para a avaliação dos periódicos e dos livros. Os sistemas desenvolvidos pela área da Psicologia têm sido avaliados e colocados em debate<sup>4</sup>. Embora o seu aprimoramento seja um imperativo, parece inquestionável que eles têm trazido contribuições positivas para a área.

Temos a convicção de que estamos muito longe (ademais, tarefa que exorbita o alcance de qualquer comissão de área...) do “outro mundo acadêmico” que sugere Castro (2010), mas a nossa expectativa foi dar um

<sup>4</sup> As avaliações de periódicos e livros foram alvo de atenção por parte das comissões de área (e.g., YAMAMOTO et al., 1999; YAMAMOTO et al., 2002; MENANDRO et al., no prelo).

passo nessa direção. Sintonizados com a necessidade de enfrentar essa questão, as comissões de assessoramento da área da Psicologia do CNPq também passaram a adotar limites de produção. O aprimoramento de procedimentos de monitoramento que sejam mais sensíveis à qualidade do conhecimento produzido e que sejam de aplicação viável, mecanismos de avaliação que não inviabilizem o surgimento de novos veículos e a sobrevivência de outros que não estão nos estratos superiores do sistema de avaliação são alguns dos desafios da política científica que enfrenta a sempre presente limitação dos recursos orçamentários para a área da ciência e tecnologia no Brasil.

## Notas

<sup>i</sup> Na área da Psicologia, ambos os quesitos tiveram, na avaliação trienal de 2010, o mesmo peso, respondendo, cada um deles, por 35% da nota final. É importante assinalar, contudo, que o quesito “Corpo Discente, Teses e Dissertações” progressivamente passou a avaliar o quanto o discente e o egresso transformavam suas dissertações e teses em itens publicados em periódicos e/ou capítulos de livros.

<sup>ii</sup> A avaliação de outras formas de produção científica, como os livros, ainda não está plenamente estabelecida na Capes. Na área da Psicologia, desde o triênio 2004-2006, um sistema de classificação tem sido empregado, ainda em caráter experimental. Uma apresentação desse sistema pode ser encontrada em Tourinho e Bastos, 2010; e um tratamento mais pormenorizado, em Menandro et al., 2011.

Recebido em 26/4/2011  
Aprovado em 01/09/2011

## Referências bibliográficas

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. (Orgs.). **Dilemas da pós-graduação**. Campinas: Autores Associados, 2009.



CASTRO, L. R. de. Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível? **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822010000300023&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300023&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 abr. 2011.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M. C. M. Temas e tramas na pós-graduação em Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1362, set./dez. 2005.

MACEDO, E.; SOUSA, C. P. A pesquisa em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 166-176; 201-202, abr. 2010.

MACEDO, L.; MENANDRO, P. R. M. Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. **Infocapes**, Brasília, v. 6, n. 3, p. 34-38, 1998.

MENANDRO, P. R. et al. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 367-386, 2011.

NETTO, J. P. Entrevista. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2010.

ROCHA-E-SILVA, M. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. **Relatório de Avaliação 2007-2009** – Trienal 2010. 2010. Disponível em: <[http://trienal.capes.gov.br/?page\\_id=1135](http://trienal.capes.gov.br/?page_id=1135)>. Acesso em: 03 abr. 2011.

TRECHO entrevista Nelson Vaz. **Imanente Mente**, 09 maio 2006. Disponível em: <<http://imanentemente.blogspot.com.br/2006/05/trecho-entrevista-nelson-vaz.html>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

YAMAMOTO, O. H. et al. Periódicos científicos em Psicologia: uma proposta de avaliação. **Infocapes**, Brasília, n. 7, p. 5-11, 1999.

YAMAMOTO, O. H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002.

**RBPG**

**RBPG - Revista Brasileira de Pós-Graduação**

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) foi criada pela Lei n.º 5.747, de 18 de maio de 1993, a partir da fusão de escolas e faculdades estaduais de ensino superior. Caracteriza-se como uma instituição autárquica de regime especial e estrutura multicampi. Conta com 20 campi, na capital e no interior do estado, 15 mil alunos, 23 cursos de graduação e seis cursos de pós graduação *stricto sensu*. Foto de Mácio Ferreira dos Santos.







Identidade das Ciências Humanas e métricas de avaliação: Qualis periódicos e classificação de livros

Human Science Identity and Evaluation Metrics: Qualis journals and the classification of books

La identidad de las Ciencias Humanas y las métricas de evaluación: Qualis periódicos y la clasificación de libros

Gladis Massini-Cagliari, doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas, livre-docente em Fonologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e professora adjunta do Departamento de Linguística da Unesp, Campus de Araraquara. Endereço: Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Rodovia Araraquara-Jaú km 1. CEP: 14800-901 – Araraquara, SP. E-mail: gladis@fclar.unesp.br.

## Resumo

O objetivo deste texto é discutir as métricas de avaliação adotadas pela Capes no processo de avaliação dos programas de pós-graduação do País na área de Ciências Humanas, especialmente as classificações do Qualis (periódicos) e de livros.

**Palavras-chave:** Avaliação dos Programas de Pós-Graduação. Indicadores Cienciométricos. Periódicos Científicos. Qualis. Avaliação de Livros.

## Abstract

This article aims to discuss the evaluation metrics adopted by Capes in the evaluation process of national graduate programs in the field of the Human Sciences, especially with respect to the classifications of scientific journals and books.

**Keywords:** Evaluation of Graduate Courses. Scientometric Indicators. Scientific Journals. Qualis. Evaluation of Books.

## Resumen

El objetivo de este trabajo es discutir las métricas de evaluación adoptadas por la CAPES en el proceso de evaluación de los programas de posgrado de Brasil en el campo de las Ciencias Humanas, especialmente las clasificaciones de Qualis (periódicos científicos) y de los libros.

**Palabras clave:** Evaluación de los Programas de Posgrado. Indicadores Cienciométricos. Periódicos Científicos. Qualis. Evaluación de Libros.

## Introdução

O objetivo deste texto é discutir as métricas de avaliação adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação (MEC), no processo maior de avaliação dos programas de pós-graduação do País na área de Ciências Humanas, especialmente as classificações do Qualis (periódicos) e de livros<sup>1</sup>.

Lins e Pessôa (2010, p. 15) lembram que “a necessidade de criar indicadores adequados para orientar políticas públicas é um tema recorrente em todas as áreas que envolvem a prestação de serviços públicos”. Fiorin (2007, p. 264) chega a classificar a avaliação como “um dos problemas mais candentes que se apresenta hoje para o serviço público”. Como os indicadores criados podem ser (e frequentemente são) utilizados para o estabelecimento de metas, a alocação de recursos e de investimentos e a avaliação de resultados e do desempenho na prestação de serviços é um problema complexo, ao considerar diferentes demandas sociais, oportunidades, potenciais humanos e ambientais.

Não difere desse o quadro da avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. É por esse motivo que a discussão dos indicadores

<sup>1</sup> É importante ressaltar que, para as finalidades deste artigo, tomamos o termo Ciências Humanas não da forma como ele é tomado na classificação das grandes áreas das agências financiadoras de pesquisa, mas em um senso mais *lato*, agregando sob esse rótulo as grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes.



que sobre essa avaliação têm impacto é tão importante. Dessa forma, para as aqui chamadas Ciências Humanas, é importante destacar dois tipos de indicadores importantes para a avaliação da produção científica dos docentes e discentes, agentes da pesquisa que se faz no interior desses programas: o Qualis, classificação de periódicos efetuada pela Capes há mais de uma década, e as novas iniciativas dessa mesma Fundação para a classificação dos livros.

Um fato importante ressaltado por Bonini (2004) é o de que, por ser a Capes um órgão de avaliação dos programas de pós-graduação, rapidamente essa avaliação dos periódicos foi aceita pelos docentes e pesquisadores como a principal avaliação desse tipo no País, deixando de ser só um instrumento auxiliar na avaliação desses programas e passando a exercer um papel central nos rumos que a produção editorial científica irá tomar.

Ainda para Bonini (2004, p. 142):

A discussão dos problemas e méritos da Qualis é de suma importância, pois ela está tornando-se a referência máxima na identificação dos periódicos nacionais. De certo modo, ela passa a ser uma diretriz na condução dos rumos que a produção editorial científica irá tomar, pois elege modelos de periódicos (os mais bem conceituados) que serão considerados na constituição das novas revistas.

### **Qualis: periódicos das Ciências Humanas e de outras áreas**

No sítio da Capes na internet, o sistema Qualis é apresentado da seguinte maneira (CAPES, 2012b):

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

Assim, o Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O resultado mais visível do sistema é uma lista com a classificação dos periódicos utilizados na pós-graduação brasileira para divulgar a produção científica.

O Qualis foi aplicado pela primeira vez na avaliação trienal de 1998 a 2000, com uma formatação que permaneceu até 2006. Em 2007, houve uma substancial modificação do Qualis, que foi aplicado pela primeira vez na avaliação do triênio 2007-2009. Nesse novo Qualis, o fator de impacto, como indicador cienciométrico, foi fortemente utilizado na classificação dos periódicos dos estratos mais elevados (CAMPOS, 2010, p. 477).

Apesar de já ter mais de uma década e de já ter sido substancialmente modificado, “nem por isto podemos considerá-lo inteiramente satisfatório – muito pelo contrário, exatamente as críticas que fazemos e fizemos a ele é que permitiram e permitem que seja aperfeiçoado” (JOBIM, 2010, p. 330).

Com o objetivo de contribuir para o tipo de crítica que permite o aperfeiçoamento de que fala Jobim, este trabalho intenciona comparar dados das listas de periódicos do Qualis de 17 subáreas da grande área que aqui estamos denominando genericamente de Ciências Humanas. Os dados foram retirados do site do WebQualis<sup>2</sup> em maio de 2011. Foram consideradas as seguintes áreas: Administração; Antropologia e Arqueologia; Arquitetura e Urbanismo; Artes e Música; Ciências Sociais Aplicadas; Direito; Economia; Educação; Filosofia/Teologia (Filosofia); Filosofia/Teologia (Teologia); Geografia; História; Letras e Linguística; Planejamento Urbano; Psicologia; Serviço Social; e Sociologia.

Como mostra o Gráfico 1, a seguir, a quantidade de periódicos avaliados pela Capes no contexto do Qualis em Ciências Humanas varia

<sup>2</sup> <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

bastante entre as áreas, indo desde pouco mais de 200 – nas áreas de Artes e Música e Filosofia/Teologia (Teologia) – até mais de 1500 (Letras e Linguística). Isso mostra algo que já vem sendo apontado há tempos: que a produção de artigos em periódicos nas áreas de Ciências Humanas é mais relevante em algumas áreas do que em outras. Mas, como veremos adiante (cf. seção 2), em todas elas, mesmo naquelas em que a produção em periódicos é expressiva, a produção em outros veículos, sobretudo livros, mostra-se tão ou mais importante do que a produção em periódicos.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

### Gráfico 1. Quantidade de periódicos analisados pelas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

Embora, como mostra o gráfico anterior, uma quantidade considerável de periódicos já tenha sido classificada (e continua sendo, uma vez que a atualização dos dados do WebQualis é constante) nas áreas de Ciências Humanas, uma questão que sempre perturbou os expectadores externos a essas áreas – e também muitos dos agentes da pesquisa nessas áreas! – é a seguinte: como classificar periódicos em termos de qualidade em áreas em que não há tradição de indexação ou índices de impacto?

Como mostra Campos (2010), o fator de impacto, como indicador cientiométrico, tem sido fortemente utilizado na classificação dos periódicos nas áreas das Ciências Exatas e Biológicas (definidas aqui também em *lato sensu* como todas as demais áreas, excluindo-se as que aqui estamos definindo como Ciências Humanas, o que inclui, entre as ciências “duras”, as da saúde, as da terra e todas as demais ciências exatas e biológicas)<sup>3</sup>. Entretanto, essa adoção não se faz sem ressalvas e críticas. No mesmo artigo, Campos (2010, p. 484) cita o fato de o editorial da *Nature* de janeiro de 2009 ter afirmado que “há boas razões para suspeitarmos das avaliações baseadas em medidas métricas, como, por exemplo, o Fator de Impacto”.

Por sua vez, o artigo de Linardi, Pereira e Ramírez (2006, p. 45) demonstra como o uso dos fatores de impacto sem adaptações estatísticas gera incongruências nas categorizações dos periódicos no Qualis, “distorcendo, significativamente, as classificações de nível dos programas de Parasitologia”.

Esta área da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por incluir três diferentes subáreas ou disciplinas, evidencia distorções e incongruências quando os programas de Parasitologia são comparados aos de Imunologia e Microbiologia, por meio de periódicos classificados em diferentes Qualis. Conseqüentemente, ainda que certos programas de Parasitologia sejam de boa qualidade, a avaliação torna-se prejudicada para ascensão de nível, em virtude do pequeno número de periódicos categorizados como Qualis A e B (Ibidem, p. 43).

[...] ainda que bem explicitado, o critério adotado para o julgamento dos cursos de Parasitologia não é adequado. Isto porque a área de Ciências Biológicas III, incluindo vários programas em diferentes subáreas (Parasitologia, Microbiologia e Imunologia), avalia-os comparativamente pelas publicações produzidas, cujos valores dos respectivos fatores de impacto variam significativamente entre as três subáreas (Ibidem, p. 44).

Campos (2010, p. 480) também arrola críticas à adoção de critérios como o fator de impacto na constituição do Qualis da área de Engenharias I e, conseqüentemente, na avaliação dos programas de pós-graduação dessa área:

<sup>3</sup> “Em algumas áreas da Capes, como a de Ciências Biológicas III, o fator de impacto chega a ser o principal indicador, como se desprende do enfoque dado no documento apresentado para a avaliação” (LINARDI; PEREIRA; RAMÍRES, 2006, p. 44).

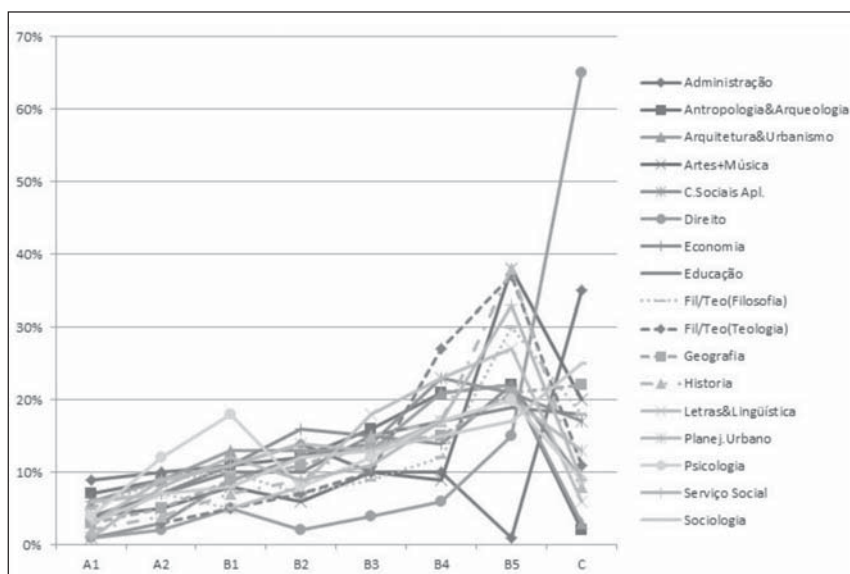
A primeira lista de classificação, de algumas áreas, como as Engenharias I, considerou que os periódicos nacionais, sem indexação ISI e fator de impacto, seriam, no máximo, B3, com raras exceções. A relatividade de valores entre nacional e internacional, anteriormente restrita aos critérios de avaliação, tornou-se explícita no novo Qualis. Esse fato foi interpretado como desprestígio para os periódicos nacionais. Com base nessa interpretação, o novo Qualis foi alvo de críticas de parte da comunidade científica em artigos e editoriais de revistas.

O sítio da Capes na internet apresenta os extratos nos quais são enquadrados os periódicos na classificação Qualis: a classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C, com peso zero<sup>4</sup> (CAPES, 2012b).

Apesar de variarem bastante quanto à quantidade de periódicos avaliados, os Gráficos 2 e 3, a seguir, mostram que as áreas de Ciências Humanas não variam tanto no que diz respeito à concentração da distribuição dos periódicos nos níveis de classificação: em relação a todas elas, verifica-se uma maior concentração de periódicos nos estratos mais baixos, B4 e B5. Além disso, algumas áreas, sobretudo a de Direito, têm muitos periódicos em C, ou seja, considerados “impróprios”<sup>5</sup>.

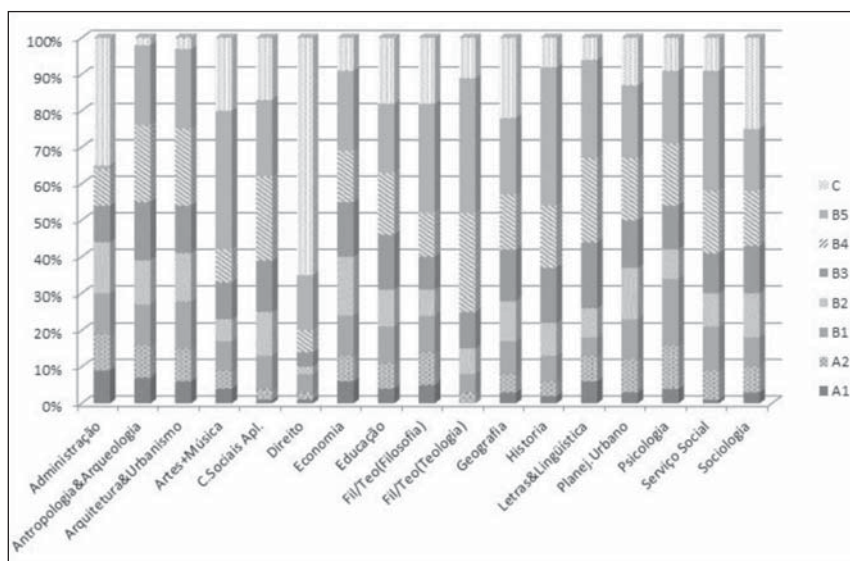
<sup>4</sup> Os veículos enquadrados no nível C do Qualis são chamados de impróprios, muitas vezes não sendo considerados periódicos propriamente ditos pela Comissão do Qualis.

<sup>5</sup> Dado o fato de que muitas áreas de avaliação já atualizaram o seu WebQualis em 2012 e outras estão em fase de atualização, as quantidades consideradas no Gráfico 2 podem não coincidir com as quantidades atualmente publicadas no site do WebQualis.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

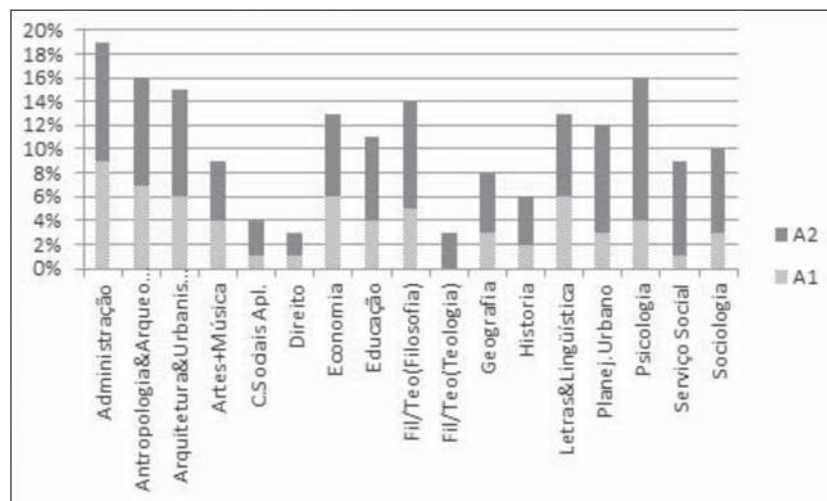
**Gráfico 2. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC (1)**



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

**Gráfico 3. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC (2)**

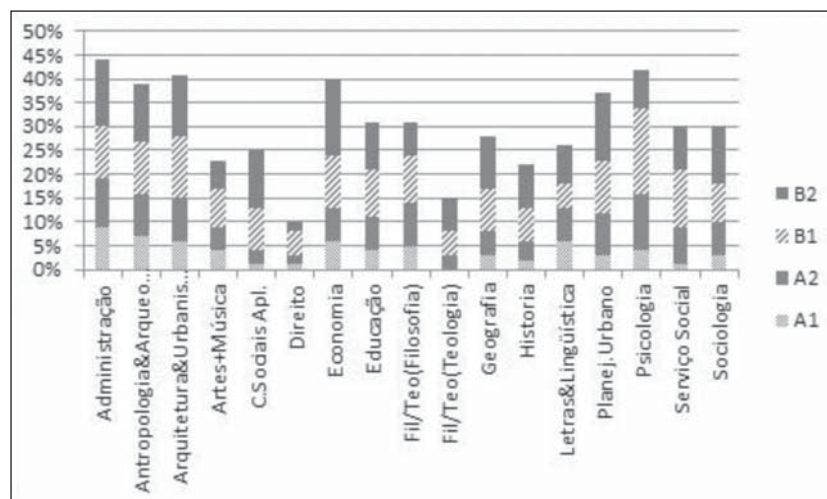
Algo que nos chama a atenção desde o início é a pouquíssima concentração de periódicos qualificados nos níveis A1/A2 (cf. Gráf. 4).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

#### Gráfico 4. Quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

A pouca concentração de periódicos nos estratos superiores nos Qualis de Ciências Humanas persiste, mesmo se considerarmos os periódicos classificados até o estrato B2 (Gráfico 5).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

#### Gráfico 5. Quantidade de periódicos nos estratos A1, A2, B1 e B2 nas áreas de Ciências Humanas no Qualis-Capes/MEC

Note-se que as áreas de avaliação, seguindo uma política da Capes, adotam estratégias para evitar o “superpovoamento dos estratos superiores”:

Para evitar superpovoamento dos estratos superiores, foram estabelecidas as seguintes restrições de frequência das classes:

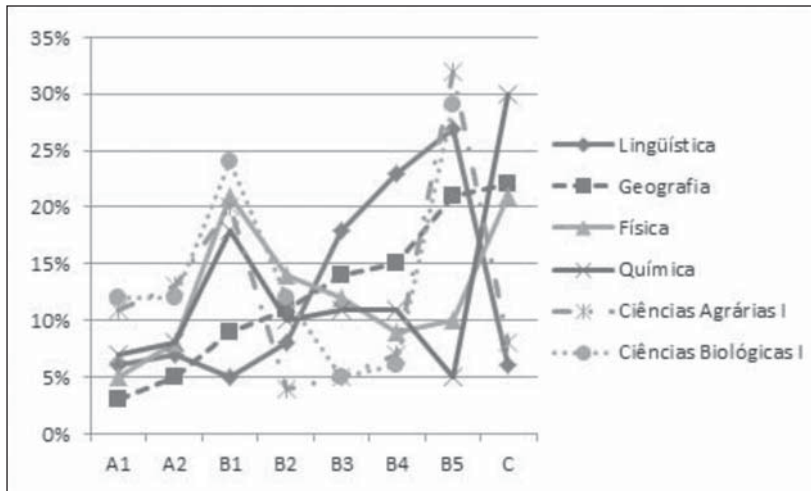
1. A quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 deve ser inferior a 25% do total de periódicos;
2. O número de periódicos A2 deve ser superior ao número de periódicos A1; e
3. A soma de periódicos A1, A2 e B1 deve ser inferior a 51% do total de periódicos.

O objetivo dessas restrições no preenchimento dos estratos superiores é evitar que alguma área concentre demais os seus periódicos nessas classes e que o sistema perca seu poder discriminatório de qualidade. Dois pontos devem ser considerados: 1) não há obrigatoriedade de preencher significativamente todos os estratos; e 2) os dois estratos superiores devem ser preenchidos de maneira particularmente criteriosa (CAMPOS, 2010, p. 488).

Para avaliar o comportamento da área de Ciências Humanas em relação a outras áreas do conhecimento, adotou-se a estratégia de comparar a distribuição de periódicos nos estratos Qualis em duas áreas das Ciências Humanas e quatro áreas das Ciências Exatas e Biológicas. No entanto, as áreas não foram escolhidas ao acaso. Optou-se por focalizar as áreas nas quais a universidade possui cursos de pós-graduação avaliados nos níveis de excelência 6 e 7. Por esse motivo, foram focalizadas, por um lado, as áreas de Linguística e Geografia, e, por outro, as áreas de Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I.

Dentro do contexto específico recortado, quando se comparam os dados da área de Humanas com os dados das áreas de Exatas e Biológicas, pode-se ver que, enquanto nas Humanas a concentração maior de periódicos se dá entre B4 e B5, nas demais áreas essa concentração gira em torno dos níveis B1 e B2 (Gráfico 6).

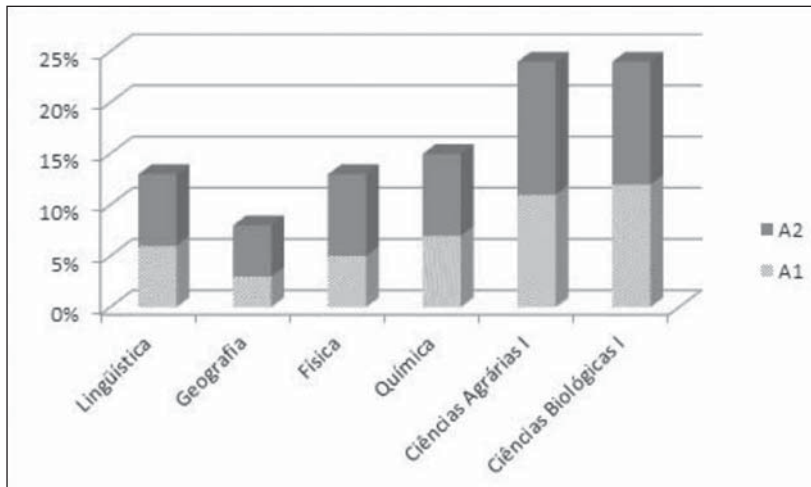




Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

**Gráfico 6. Quantidade de periódicos por estrato de avaliação nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC (1)**

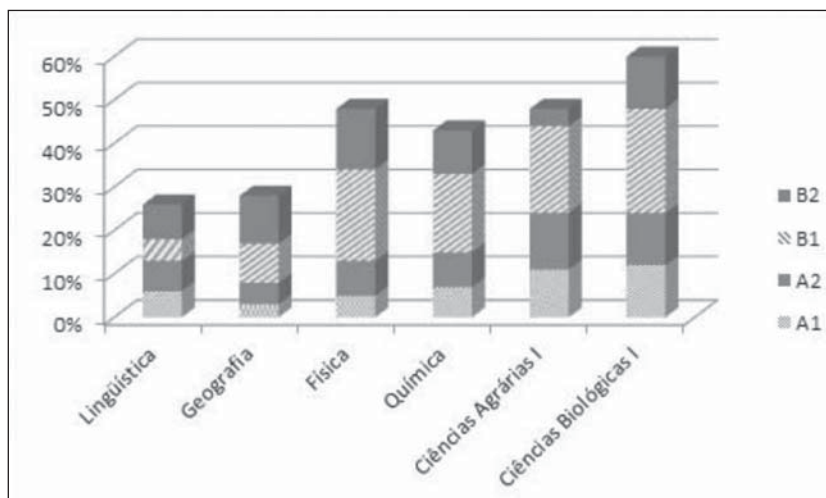
Um fato interessante, mostrado no Gráfico 7, a seguir, é que a concentração de periódicos em A1 e A2 na área de Humanas é semelhante ao que ocorre na área de Exatas, mas é bem menor do que nas áreas Biológicas e Agrárias.



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

**Gráfico 7. Quantidade de periódicos nos estratos A1 e A2 nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC**

Entretanto, quando se comparam os periódicos concentrados nos níveis até B2, fica clara a desvantagem da área de Humanas em comparação com as demais (Gráfico 8).



Fonte: WebQualis. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 maio 2011.

### Gráfico 8. Quantidade de periódicos nos estratos A1, A2, B1 e B2 nas áreas de Linguística, Geografia, Física, Química, Ciências Agrárias I e Ciências Biológicas I no Qualis-Capes/MEC

Deve-se adicionar às observações anteriores a questão da autoria dos artigos, completamente diferente quando se compara a área das Ciências Humanas com as demais áreas de avaliação. Sobre a “rejeição” à coautoria verificada na grande maioria das áreas de Ciências Humanas, Fiorin (2007, p. 272-273) reflete:

Outra questão importante é o fato de que “o como se diz” tem uma importância equivalente “àquilo que se diz”. O texto tem tanto valor quanto o conteúdo que é veiculado. A qualidade textual tem um valor argumentativo muito significativo. Isso porque as CHS [Ciências Humanas e Sociais], embora tenham uma metalinguagem rigorosamente definida, não operam com uma linguagem universal, mas com as línguas naturais. Desse fato decorrem duas conseqüências: preferência pelo trabalho individual e impossibilidade de apresentar-se como co-autor, pelo simples fato de ter orientado um trabalho. Só existe co-autoria em CHS quando os diferentes autores redigem conjuntamente o texto. Ora, todos sabem o quão penosa é a redação conjunta de qualquer texto, por mais simples que seja. Por isso, os

acordos com universidades do exterior, na área de CHS, não produzem trabalhos em parceria com os colegas estrangeiros, embora esses convênios sejam extremamente relevantes, quer para que os trabalhos dos brasileiros sejam conhecidos no exterior, quer para elevar o padrão do que é produzido no Brasil.

Dessa maneira, enquanto os artigos das áreas científicas ditas “duras” costumam ter diversos autores, nas Ciências Humanas, em geral, aparecem artigos de autoria única ou, no máximo, dupla ou tripla. Em consequência, proporcionalmente, as chances de um pesquisador publicar um artigo em periódico A1, A2, B1 e B2 são consideravelmente menores se ele for da área de Ciências Humanas.

Ao compararmos a distribuição dos periódicos pelos estratos de avaliação nas áreas de Ciências Humanas com o que ocorre em outras áreas, podem ser levantadas duas hipóteses de explicação do fenômeno: 1) as tais estratégias de evitar o superpovoamento dos estratos superiores são muito mais rigorosas nas áreas de Ciências Humanas do que nas demais áreas; e 2) os periódicos das áreas de Ciências Humanas têm qualidade inferior aos das demais áreas.

Com relação à qualidade dos periódicos na área de Letras e Linguística, Bonini (2004, p. 143) afirma que:

Pelo menos três itens têm chamado a atenção dos estudiosos do assunto e dos envolvidos com a atividade editorial: 1) a irregularidade na publicação e distribuição das revistas; 2) a falta de normalização dos artigos científicos e das revistas como um todo; e 3) a falta de corpo editorial e de referees (autoridades das revistas). Afirmam ainda que, em termos nacionais, podem ser acrescentados outros dois problemas: 1) a pouca penetração da língua portuguesa no exterior; e 2) o baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados.

Para a autora, com o aparecimento das revistas eletrônicas, os problemas infraestruturais ficam atenuados em boa medida, mas os problemas decorrentes da cultura editorial continuarão (Ibidem).

Outra questão bastante problemática diz respeito ao grau de internacionalização dos periódicos das áreas de Ciências Humanas.

Para Fiorin (2007, p. 71), “a primeira questão a ser discutida é se é possível internacionalizar a produção em Ciências Humanas e Sociais nos mesmos níveis da de outros ramos do conhecimento”. Sua resposta para essa questão é um decidido não.

Dois fatores explicam isso: a) a cultura de publicação, em que se destaca, em primeiro lugar, a preferência por formatos editoriais distintos das publicações periódicas ou em série; e em segundo, a impossibilidade ou dificuldade de pôr o nome em trabalhos de orientandos ou de colegas; b) a natureza do objeto de estudo construído pelas CHS, que limita e circunscreve a dimensão externa do respectivo impacto, uma vez que o fato de tratar de temas relativos às realidades mais locais, de âmbito definido por fatores espaço-temporais específicos, justifica o reduzido interesse e o pouco empenho de sua difusão em escala internacional (Ibidem, p. 272).

No caso da área de Letras/Linguística, Bonini (2004) considera que dificilmente um periódico tem circulação internacional. Para Fiorin (2007), é preciso considerar a questão do idioma de veiculação para entender a impossibilidade de internacionalização irrestrita das Ciências Humanas: “A língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é uma forma de conceber a realidade, de perceber o mundo. Por isso, não existe tradução perfeita das palavras de um idioma a outro” (Ibidem, p. 273).

Ao tratar da língua em que são escritos os artigos, Fiorin (2007) acaba por tocar em uma questão também delicada, embora nela não se aprofunde: a idealização da classificação promovida pelo sistema Qualis. Por exemplo, na área de Economia, em 2011, no momento em que esta consulta ao Webqualis foi realizada, não havia qualquer revista nacional em A1.

Na área de Economia, atualmente, as revistas internacionais têm dado espaço apenas para o desenvolvimento de modelos matemáticos na economia (vejam-se os trabalhos dos pesquisadores brasileiros do campo da Economia que mais publicam em revistas internacionais). Como mostra o jornalista Luiz Nassif, especializado em Economia, em artigo publicado na Folha de S. Paulo, no dia 22 de maio de 2003, a partir do momento em que as publicações internacionais passaram

a ser o único critério de avaliação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação, houve um desinteresse pelo estudo das características da economia brasileira para se fixar em um falso universalismo da teoria econômica, princípios econômicos, como se a última teoria em voga tivesse abolido as diferenças entre as diversas realidades econômicas e conquistado a universalidade. Talvez nessa falta de pensamento teórico sobre a economia brasileira resida o fato de que não se vê a possibilidade de ter outra política econômica do que aquela que vem sendo seguida no Brasil nos últimos quinze ou vinte anos (Ibidem, p. 274).

Além do possível direcionamento quanto à escolha de assuntos de “qualidade Qualis”, em exclusão aos demais, a idealização do artigo internacional (no sentido daquele que é publicado no exterior) pode levar à desvalorização de grandes obras sobre assuntos locais, quando a melhor produção sobre o assunto é feita no Brasil.

Enfim, embora haja um longo caminho a percorrer pelos periódicos que se publicam no Brasil nas áreas de Ciências Humanas em termos de qualificação, o pior problema com relação à classificação promovida pela Capes por meio do sistema Qualis para as Humanidades não está no que a lista do WebQualis contém, mas no que ela exclui, ou seja, a imensa e boa produção em livros e capítulos de livros.

Por esse motivo, na próxima seção, deteremos brevemente nossa atenção no processo de avaliação de livros, recentemente iniciado pela Capes como parte do processo de avaliação dos programas de pós-graduação.

## **Classificação de livros**

Fiorin (2007, p. 272) aponta muito bem os principais fatores da importância histórica e das especificidades do objeto livro nas Ciências Humanas:

Nas CHS, embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros, que apresentam uma reflexão de maior fôlego, mais amadurecida. Por isso, livros e

capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados. Observe-se, por exemplo, o papel que tiveram obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Candido; *Casagrande e senzala*, de Gilberto Freyre e tantos outros. Para não citar apenas os antigos, pense-se na monumental *Gramática de usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves. Nesse caso é preciso considerar que, enquanto há canais institucionalizados para aparecimento em periódicos internacionais, não há processos oficializados de “submissão” de livros para publicação. Ademais, deve-se levar em conta que o interesse pelo histórico, pelo particular, pelo contingente e seu peso nos critérios editoriais são políticos. Têm, sem dúvida, maior importância para as pessoas em geral os processos sociais, a literatura, a língua dos países que têm maior significado político e econômico. Vejamos o caso da gramática mencionada acima. Ela sem dúvida tem nível internacional, mas dificilmente seria publicada em qualquer outro país, mesmo porque que interesse teria, para os falantes de outras línguas, a tradução de uma gramática? Ainda sendo uma obra extremamente inovadora do ponto de vista teórico ou metodológico, que importância teria para um não falante de um dado idioma uma gramática dessa língua? E, no entanto, a autora demorou longos anos para fazer seu trabalho.

Carvalho et al. (2008, p. 228) atentam para o fato de que a produção em livro foi negligenciada durante anos no processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil.

Cabe menção ainda o descaso com o livro como parte da produção intelectual para a pós-graduação, muitas vezes utilizando como argumento para não-avaliação do livro a objetividade e a imparcialidade supostamente garantidas na avaliação dos artigos e ausência de indicadores fidedignos para o caso do livro. Durante anos, não se investiu na construção de uma metodologia para avaliação do livro, ocasionando, objetivamente, repercussões negativas para as áreas que veiculam sua produção no formato livro.

Segundo Jobim (2010, p. 328), a falta de enfoque na avaliação de livros traz consequências nefastas para as áreas que enfatizam esse tipo de publicação, o que perfaz a soma não desprezível de metade das áreas de avaliação na Capes.

A primeira é uma constatação matemática, pura e simples: para cerca da metade das áreas na CAPES o item mais numeroso de suas respectivas

produções científicas é “capítulo de livro”. Ou seja, a produção científica de Letras e Linguística, assim como a destas outras áreas, expressa-se mais através de livros do que de periódicos. No entanto, como algumas das áreas para as quais o livro não é relevante são historicamente hegemônicas nas direções de agências de fomento, não admira que sejam os veículos da produção científica desta parcela hegemônica os que são considerados “padrão”. Quem está acostumado a ver exposições comparativas de produção científica entre áreas, sabe que usualmente nos gráficos de comparações entre a produção se inclui somente a produção em periódicos científicos, alegando-se que este é o único produto qualificado. Em outras palavras, argumenta-se que, por não existir uma *classificação de livros*, a publicação em livro não poderia ser incluída como relevante, já que não teria passado por nenhum crivo que separasse o joio do trigo, e dissesse que tal produto vale mais ou menos do que outro. Isto já existiria para os periódicos, onde há uma classificação entre A1 e B5 (e mais os designados como impróprios – C), mas não para os livros.

Embora a Capes sempre estivesse ciente das especificidades da produção das áreas das Ciências Humanas, as enormes dificuldades inerentes ao processo certamente atrasaram a proposta de metodologias de avaliação desses veículos, uma vez que “a avaliação qualitativa individual dos trabalhos científicos seria excessivamente complexa e onerosa, tornando necessária a existência de um sistema quantitativo e objetivo para tornar exequível a avaliação” (LINS; PESSÔA, 2010, p. 17). É importante ressaltar que não existem exemplos anteriores de classificação de livros em outros países nos quais pudéssemos nos basear – o que constitui mais um entrave, embora possa significar, no seu ineditismo, uma inovação positiva para o processo.

O site da Capes na internet faz conhecer o fato de que o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), durante a sua 111<sup>a</sup> Reunião, realizada em 24 de agosto de 2009, aprovou o Roteiro para Classificação de Livros. Tal roteiro serviu como orientação para as 23 áreas que consideraram as produções em livros na avaliação trienal de 2010.

O roteiro traz conceitos e definições comuns e sugestão de modelo de ficha de classificação. Os estratos adotados para a

classificação dos livros são os seguintes: L1, L2, L3 e L4, sendo este o estrato mais alto (inversamente ao que ocorre no Qualis Periódicos).

O processo de classificação se inicia com o preenchimento, pelo programa responsável pela produção, de uma ficha, divulgada no Roteiro para Classificação de Livros (CAPES, 2012a). A primeira parte dessa ficha (cf. Quadro 1) consta de dados de identificação da obra.

**Quadro 1. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Dados para a identificação da obra**

DADOS DA OBRA
<b>Programa de Pós-Graduação:</b>
<b>Tipificação:</b> (obras integrais, coletâneas, obras de verbetes, tratados, obras destinadas a público universitário, anais de congressos)
<b>Título da Obra:</b>
<b>Autor(es) ou Organizador(es) (especificar se for docente ou discente do Programa):</b>
<b>ISBM:</b>
<b>Editora:</b>
<b>Local da edição (cidade/país):</b>
<b>Número de Páginas:</b>
<b>Ano da primeira edição:</b>
<b>Número e ano da edição enviada:</b>
<b>Formato (impresso ou eletrônico):</b>
<b>Referência completa da obra (anotar ABNT):</b>
<b>Número de capítulos da coletânea:</b>
<b>Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-Graduação, título e páginas de cada capítulo:</b>
<b>Vinculação da obra e linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:</b>
<b>Resumo da obra: (ementa com 500 toques)</b>
<b>Informações complementares relevantes (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, resenhas publicadas sobre a obra, etc.)</b>



Na área de Letras e Linguística, a primeira etapa da avaliação consistiu em, a partir dos quesitos mínimos para a classificação da obra como livro da ficha de avaliação (Anexo I, Quadro 2), atribuir no máximo L2 a cada livro.

**Quadro 2. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Anexo 1: primeira etapa.**

ANEXO I: FICHA DE AVALIAÇÃO	
<b>Primeira etapa:</b> requisitos mínimos para classificação como livro	
Atributos	S/N
Contém textos de autoria de docente ou discente do PPG	
ISBN ou ISSN	
Ficha catalográfica	
Número mínimo de 50 páginas	

Em uma segunda etapa, para enquadrar obras que chegaram a L2 em L3 e L4, foram considerados os quesitos relativos aos aspectos formais da obra, conforme o Quadro 3. Para a elevação de nível, foram considerados os seguintes critérios: relevância temática; caráter inovador da contribuição; potencial de impacto; aspectos adicionais – prêmios, financiamento de agência de fomento, parcerias públicas ou privadas, reedições ou reimpressões, objeto de resenhas (no País e no exterior).

**Quadro 3. Ficha para a classificação de livros: área de Letras e Linguística. Anexo 1: segunda etapa**

Segunda etapa: Aspectos Formais da Obra		
<b>1. AUTORIA</b> Para avaliação da autoria, devem ser considerados no livro: a) vinculação a projeto de pesquisa ou de área de atividade do(s) autor(es); b) vinculação a rede de pesquisa; c) relevância para o campo do conhecimento; d) relevância para outros campos do conhecimento; e e) organicidade da obra.	Pontos do item (pontuação máxima)	Pontuação da obra analisada
Autoria única de obra integral	25	
Coautoria de obra integral	25	

Docentes do programa e de outras instituições no País sem participação discentes	25	
Docentes do programa e de outras instituições no País com participação discente	22,5	
Docentes do programa e de outras instituições no exterior sem participação discente	25	
Docentes do programa e de outras instituições no exterior com participação discente	22,5	
Docentes do programa apenas	12,5	
Docentes e discentes do programa	10	
Discente do programa apenas	5	
Discente com participação de discentes de outros programas	7,5	
<b>2. EDITORIA</b>		
Editora universitária com catálogo na área e distribuição nacional	15	
Editora universitária com catálogo na área	12,5	
Editora universitária	7,5	
Editora comercial com catálogo na área e distribuição nacional	15	
Editora comercial com catálogo na área	12,5	
Editora comercial	4,5	
Editora universitária ou comercial estrangeira com catálogo na área e distribuição internacional	15	
Editora universitária ou comercial estrangeira com catálogo na área	12,5	
Editora universitária estrangeira	10	
Editora comercial estrangeira	4,5	

A partir, então, da classificação estabelecida para os livros, foi estabelecida uma grade de pontuação para cada item, com base na natureza da produção (obra completa, coletânea ou capítulo), conforme o Quadro 4, a seguir. Com relação aos capítulos, é necessário observar que o comitê considerou que cada programa poderia pontuar o máximo de quatro capítulos por coletânea (ou seja, o máximo relativo a uma obra completa).

#### Quadro 4. Pontuação de livros/capítulos (área de Letras/Linguística) – 2010

Estrato	Obra completa	Capítulo	Coletânea (Org.)
L4	100 pontos	25 pontos	100 pontos
L3	75 pontos	20 pontos	75 pontos
L2	50 pontos	15 pontos	50 pontos
L1	25 pontos	10 pontos	25 pontos
LNC	0 pontos	0 pontos	0 pontos

Por se constituir em uma primeira tentativa de avaliação qualitativa de livros, apesar de promissora, a avaliação promovida pela Capes pode ser considerada ainda muito experimental. Como não poderia deixar de ser, muitos problemas foram observados. O primeiro deles diz respeito ao tamanho do universo a ser classificado, que se constitui muito maior do que o universo abarcado pelo Qualis Periódicos. Além disso, também ao contrário do Qualis, a classificação não pode ser aproveitada de um ano para outro, nem parte dela, uma vez que as produções avaliadas são únicas em cada ano, não se repetindo. Uma dificuldade de operacionalização é o fato de a classificação ser ainda muito “manual”, o que demanda um trabalho hercúleo por parte da comissão encarregada do processo.

Penso que nem a área de Letras e Linguística e nem a própria Capes esperavam que o processo beirasse a perfeição logo na sua primeira edição. Dessa forma, há muito que melhorar. “Como eu já disse antes, parte da contribuição relevante da área é criticar, apontar caminhos e opções melhores dos que eventualmente venham a ser adotados nesta primeira versão da *classificação de livros*, ajudando, assim, a criação de uma nova versão melhorada. E assim sucessivamente” (JOBIM, 2010, p. 330, grifo do autor)<sup>6</sup>.

Diante das dificuldades inerentes ao processo e das insatisfações por ele geradas, surgiram apelos, inclusive oriundos das próprias Ciências Humanas, para que se abandonasse o tipo de classificação proposto pela Capes para os livros. Penso que isso ocorre porque, em parte, nós, das Ciências Humanas, idealizamos a nossa

<sup>6</sup> Sobre a valorização e a classificação da publicação em livros na área de saúde, veja Carvalho et al. (2008).

produção em livro, cobrindo-o de uma aura de elevação de qualidade, que não pode ser aferida por processos quantitativos de avaliação:

Quando os livros deixam de ser meios complexos e se tornam, em vez disso, objetos sobre os quais quantificamos, então se segue que todos os outros assuntos que as humanidades estudam perdem seu valor. E, se os estudiosos de humanidades não tiverem uma clara noção do que lhes diz respeito, ninguém mais vai ter (WATERS, 2006, p. 12).

Entretanto, por mais paradoxal que isso possa parecer às Humanidades, fugir a essa discussão e se furtar a contribuir para a melhoria do processo é ainda mais perigoso do que reconhecer os riscos de uma avaliação como a que propõe a Capes para os livros, que tenta mesclar critérios quantitativos com qualitativos.

Assim, como propõe Luiz (2006, p. 311),

como estamos todos, de fato, “no mesmo barco” – no fundo, somos nós mesmos que nos avaliamos – e assumindo que as avaliações são necessárias, devemos a todo momento estar atentos às fragilidades das propostas para que possam prontamente ser aperfeiçoadas, minimizando, assim, injustiças e sofrimentos, e contribuindo para um desenvolvimento científico de qualidade e sustentável.

## Conclusão

Ao final desta exposição, pode-se perceber que, apesar de a classificação Qualis-Capes para os periódicos trazer diversos problemas que merecem ser discutidos no contexto das áreas de Ciências Humanas, a consideração de uma avaliação qualitativa da produção que não é coberta pelo Qualis (livros, coletâneas, capítulos de livro) constitui um problema ainda maior para essas áreas. Além disso, como lembra Luiz (2006, p. 301), “a atual tendência pela quantificação como estratégia de avaliação de ‘qualidade’ acadêmica, se por um lado a viabiliza operacionalmente, por outro, não nos deve cegar quanto às suas claras limitações”.

Fiorin (2007, p. 271) mostra que a discussão das singularidades dos domínios do conhecimento é de maneira geral rejeitada pelos

colegas das ciências ditas “duras”. “Por isso é necessário [...] repudiar energicamente o discurso da diferença que apenas serve para encobrir deficiências”. Isso porque não se trata de diferenças de qualidade, mas de natureza: “A norma de avaliação da ótima qualidade, aqui e no exterior, é uma ciência ‘média’, aquela que avança dentro de certo paradigma. Nesse nível, há sim diferença de veiculação entre os distintos ramos do saber” (Ibidem, p. 275).

Mas, para que possamos provar aos colegas de todas as áreas, da nossa, Humanidades, e das demais, a qualidade de nossos trabalhos, precisamos agir como propõe o próprio Waters (2006, p. 13), ao mesmo tempo tão crítico dos sistemas quantitativos para a avaliação de livros quanto da atuação dos agentes das Ciências Humanas: “precisamos arriscar alguns palpites mais fundamentados, mesmo que as evidências sejam incompletas”; “os humanistas podem fazer o seu trabalho melhor, e devem fazê-lo, ou serão vencidos” (Ibidem, p. 22).

Recebido em 02/05/2012

Aprovado em 17/09/2012

## Referências bibliográficas

BONINI, A. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 141-159, nov. 2004.

CAMPOS, J. N. B. Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 477-503, dez. 2010.

CAPES. Roteiro para Classificação de Livros. 2012a. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro\\_livros\\_Trienio2007\\_2009.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Roteiro_livros_Trienio2007_2009.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Qualis Periódicos. 2012b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CARVALHO, Y. M. et al. O livro na pós-graduação: uma metodologia para avaliação do livro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 5, n. 10, p. 226-249, dez. 2008.

FIORIN, J. L. Internacionalização da produção científica: a publicação de trabalhos de Ciências Humanas e Sociais em periódicos internacionais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 263-281, dez. 2007.

JOBIM, J. L. Qualis e separação de áreas: problemas perspectivas. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 28, p. 322-337, 2010.

LINARDI, P. M.; PEREIRA, M. H.; RAMÍREZ, J. A. Qualis da área de Ciências Biológicas III: críticas e sugestões ao modelo de classificação de periódicos como critério para avaliação dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 43-58, jun. 2006.

LINS, M. P. E.; PESSÔA, L. A. M. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo Qualis da Área Engenharias III. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 14-33, jul. 2010.

LUIZ, R. R. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 300-312, dez. 2006.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

## Siglas, termos e expressões

<b>ABE</b>	Associação Brasileira de Estatística
<b>ADI</b>	Agência de Inovação
<b>ANCEFN</b>	<i>Academia Nacional de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales</i> (Argentina)
<b>Andifes</b>	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<b>Anpoll</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística
<b>AUIP</b>	Associação Universitária Iberoamericana de Pós-Graduação
<b>AVÁ</b>	Revista de Antropologia e Cuaderno Urbano
<b>BAM</b>	Instituto Federal de Pesquisas e Testes de Materiais (Alemanha)
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>Capes</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CI</b>	Conceito Institucional
<b>CIB</b>	<i>International Council for Research and Innovation in Building and Construction</i>
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COFECUB</b>	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
<b>Conaes</b>	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>CONICET</b>	Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Argentina)
<b>CPC</b>	Conceito Preliminar de Curso
<b>CTC-ES</b>	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
<b>DAV/Capes</b>	Diretoria de Avaliação
<b>DC</b>	<i>Dublin Core</i>
<b>DRI/Capes</b>	Diretoria de Relações Internacionais
<b>ECI</b>	Escola de Ciência da Informação
<b>EHESS</b>	Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (França)
<b>EPGE</b>	Escola de Pós-Graduação em Economia

<b>Fapergs</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
<b>Fapescc</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina
<b>FFLCH</b>	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>Flacso</b>	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
<b>FMUSP</b>	Faculdade de Medicina da USP
<b>Fundinopi, PR</b>	Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, Paraná
<b>FURB</b>	Universidade Regional de Blumenau
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>Ibri</b>	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
<b>IBYME</b>	<i>Instituto de Biología y Medicina Experimental</i>
<b>ICBA</b>	Instituto Cultural Brasil Alemanha
<b>ICSU</b>	Conselho Internacional para a Ciência
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IESALC</b>	<i>Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe</i>
<b>IGC</b>	Índice Geral de Cursos
<b>Imea</b>	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
<b>Impa</b>	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
<b>Inep</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
<b>Inmetro</b>	Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia
<b>Inpa</b>	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
<b>Ipen</b>	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
<b>Ipes</b>	Instituições de Pesquisa e Ensino Superior
<b>IPT</b>	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
<b>ISI</b>	<i>Institute for Scientific Investigation</i>
<b>ISPJAE</b>	Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”
<b>Iussi</b>	União Internacional para Estudo dos Insetos Sociais
<b>IVIC</b>	Instituto Venezuelano de Investigações Científicas
<b>Lesce</b>	Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado
<b>MARC</b>	<i>Machine Readable Card</i>
<b>MCMC</b>	Markov Chain Monte-Carlo



<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>MES</b>	Ministério da Educação Superior de Cuba
<b>MRE</b>	Ministério das Relações Exteriores
<b>NISO</b>	<i>The National Information Standards Organization</i>
<b>NTICs</b>	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>Nupes</b>	Núcleo de Pesquisas Sociais
<b>NUPPs</b>	Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>OAI PMH</b>	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
<b>Pnap</b>	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PUC/MG</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
<b>PUC/PR</b>	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<b>PUC/Rio</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
<b>PUCRS</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<b>PUC/SP</b>	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>RBPI</b>	Revista Brasileira de Política Internacional
<b>RTF</b>	<i>Rich Text Format</i>
<b>Secad</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
<b>Sinaes</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>SNPG</b>	Sistema Nacional de Pós-Graduação
<b>TWAS</b>	Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil
<b>UCLA</b>	Universidade da Califórnia
<b>UENF</b>	Universidade Estadual do Norte Fluminense
<b>Uerj</b>	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
<b>UF</b>	Unidade da Federação
<b>Ufba</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFPeI</b>	Universidade Federal de Pelotas
<b>UFPR</b>	Universidade Federal do Paraná
<b>UFRB</b>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UFV</b>	Universidade Federal de Viçosa
<b>UGF</b>	Universidade Gama Filho
<b>Unaerp</b>	Universidade de Ribeirão Preto
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>Unesp</b>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
<b>Unicamp</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UniCEUB</b>	Centro Universitário de Brasília
<b>Unifesp</b>	Universidade Federal de São Paulo
<b>Unila</b>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
<b>Unisal</b>	Centro Universitário Salesiano de São Paulo
<b>Unisc</b>	Universidade de Santa Cruz do Sul
<b>Unisinós</b>	Universidade do Vale dos Sinos
<b>Univali</b>	Universidade do Vale do Itajaí
<b>UNU</b>	Universidade das Nações Unidas
<b>UPM</b>	Universidade Presbiteriana Mackenzie
<b>URI</b>	Universidade Regional Integrada
<b>USE</b>	Universidade Sênior de Ermesinde
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## Conselho Editorial

### Editora

#### **Maria Isabel Lessa da Cunha Canto**

PhD em Relações Internacionais pela Universidade de Nottingham, Grã-Bretanha, 1999. Pós-doutorado pela Universidade da Califórnia (UCLA), Los Angeles, Estados Unidos, 2005.

### Membros do Conselho

#### **Ana Lúcia Gazzola**

PhD em Letras (Literatura Comparada) pela Universidade da Carolina do Norte, Chapel Hill, Estados Unidos, 1978. Pós-doutorado pela Universidade de Duke, 1994. Reitora da UFMG, 2002 a 2006. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), na gestão 2004/2005. Diretora do Instituto Internacional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (Iesalc), da Unesco, de 2006 a 2008. Professora emérita da UFMG. Atualmente, é secretária de Estado de Educação de Minas Gerais.

#### **Carlos Ivan Simonsen Leal**

Presidente da Fundação Getúlio Vargas desde 2000. Possui graduação em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1980, e em Economia Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), 1982. Doutorado em Economia pela Universidade de Princeton, Estados Unidos, 1986. Professor da Escola de Pós-Graduação

em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, 1986. Diretor do FGV Business, 1992 a 1994. Diretor geral da EPGE, 1994 a 1997. Vice-presidente da FGV, 1997 a 2000. Foi condecorado, em 2002, com o título de Grão Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, concedida pela Presidência da República, por suas contribuições à ciência e à tecnologia.

#### **Carlos Roberto Jamil Cury**

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1979. Pós-doutorado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1994; pela Sorbonne (Paris IV), 1995; e pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS), França, 1999. Professor emérito da UFMG. Professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi presidente da Capes, membro do Conselho Nacional de Educação e pró-reitor adjunto de pesquisa da UFMG.

#### **César Zucco**

Licenciado em Química pela FURB, 1974. Mestrado em Físico-Química pela UFSC, 1979. Doutorado em Química Orgânica pela Universidade de Glasgow, Escócia, 1982. Pós-doutorado em Físico-Química Orgânica pela Universidade da Califórnia, Santa Bárbara, 1988 a 1989. Professor titular do Departamento de Química da UFSC. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Química da UFSC. Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSC. Membro e coordenador do CA/CNPq

## Conselho Editorial

de Química e membro da Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação de Química (Capes). Presidente da Sociedade Brasileira de Química e diretor de Pesquisa Científica e Tecnológica da Fapesc.

### **Eloi de Souza Garcia**

Doutorado em Biologia Molecular pela Escola Paulista de Medicina, atual Universidade Federal de São Paulo, 1978. Pós-doutorado pelo Laboratório de Doenças Parasitárias, Estados Unidos, 1979 a 1980, e pelo Instituto Max-Planck de Bioquímica, Munique, Alemanha, 1985 a 1988. Vice-presidente, de 1991 a 1996, e presidente da Fundação Oswaldo Cruz, de 1997 a 2001. Presidente do Joint Coordinating Board do Task Force on Operation Research on Chagas Disease da Organização Mundial da Saúde, Genebra, 1995 a 1997. Subsecretário do Ministério de

Ciência e Tecnologia, 2001 a 2002. Diretor do Instituto Brasileiro para Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2002. Assessor da presidência e vice-diretor da Diretoria de Programas do Inmetro.

### **Robert Evan Verhine**

PhD em Educação pela Universitat Hamburg. Atualmente, professor associado III e Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Representante da área de Educação junto à Capes, de 2005 a 2007, e presidente do Comitê Assessor para a Área de Educação do CNPq, 1998. Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufba (1995-1998). Membro do Comitê Multidisciplinar da Articulação do CNPq, 2005 a 2007. Membro do Comitê Editorial do CNPq, 2007 a 2010.

## Comitê Científico

### **Abílio Afonso Baeta Neves**

Doutorado em Ciência Política pela Westfälische Wilhelms-Universität, Münster, Alemanha, 1981. Diretor presidente e científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), 1987 a 1990. Presidente do Instituto Cultural Brasil Alemanha (ICBA). Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRGS, 1988 a 1992. Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, 1991. Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, 1996 a 2000. Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 1995 a 2002. Coordenador do Diálogo Brasil-Alemanha (Diálogo entre Sociedades Civas).

### **Adalberto Luis Val**

Recebeu em 2004 a Ordem Nacional do Mérito Científico na classe Comendador. Em 2005, foi eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências. Em maio de 2006, assumiu a direção do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Em 2007, foi eleito conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências para a Região Norte. Em 2008, recebeu a Grande Ordem do Mérito Legislativo do estado do Amazonas. Possui mais de 100 trabalhos publicados em importantes periódicos internacionais. Orientou mais de uma centena de estudantes, desde a iniciação científica até o pós-doutorado.

### **Amado Luiz Cervo**

Doutorado em História pela Universidade de Strasbourg, 1970. Oficial da Ordem de Rio Branco, 1992. Chefe do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), 1995 a 1997. Atualmente, é professor titular da UnB, emérito, e professor do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Relações Internacionais. Atua principalmente nos seguintes temas: Relações Internacionais Contemporâneas e Política Exterior do Brasil.

### **Antônio Carlos Moraes Lessa**

Professor associado II e coordenador de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Doutorado em História (área de concentração de História das Relações Internacionais) pela Universidade de Brasília, 2000. Estudos pós-doutorais pela Université de Strasbourg, França, 2008 a 2009. Editor da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e do Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, publicados pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

### **Benamy Turkienicz**

PhD pela Arkitektur S. da Chalmers University of Technology, 1982. Professor titular da Faculdade de Arquitetura, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em

## Comitê Científico

Design da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor convidado do mestrado em Urbanismo do Programa Master Erasmus Mundus (Comunidade Europeia). Coordenador do Núcleo de Tecnologia Urbana da UFRGS, que congrega laboratórios de pesquisa da UFRGS e UFSC em diferentes áreas do conhecimento (Arquitetura, Ciências da Computação, Conforto Ambiental, Design, Ecologia, Engenharia Hidráulica, Geotecnia, Sistemas de Tráfego e Transportes e Urbanismo).

### **Boaventura de Sousa Santos**

Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973). Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison e *Global Legal Scholar* da Universidade de Warwick. É também diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordena projetos no European Research Council (ERC), na União Europeia, Bélgica, e na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em Portugal. Foi coordenador de projetos no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal e no Ministério da Justiça no Brasil.

### **Eduardo H. Charreau**

Presidente da Academia Nacional de Ciências Exatas, Físicas e Naturais da Argentina. Professor titular de Bioquímica na Escola de Ciências da Universidade de Buenos Aires. Diretor do Instituto de Biología e Medicina Experimental (IBYME-CONICET). É membro

da Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (TWAS), da Academia Nacional de Medicina da Argentina e da Academia de Ciências Médicas de Córdoba. Desenvolveu seu pós-doutorado no Fogarty International Center do National Institutes of Health, nos Estados Unidos. Foi professor instrutor, assistente, associado e titular do Departamento de Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, entre 1960 e 2006. Foi presidente do Conselho Nacional de Pesquisa da Argentina (CONICET), de 2002 a 2008.

### **Fabio Rubio Scarano**

PhD em Ecologia pela Universidade de Saint Andrews, Escócia, 1992. Realizou estágios pós-doutorais no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1992, na Universidade Tecnológica de Darmstadt, Alemanha, 2002, e na Universidade de Minnesota, Estados Unidos, 2003. Diretor de Pesquisas Científicas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2007 a 2009. É professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1993, coordenador da área de Ecologia na Capes desde 2005 e diretor executivo da Conservação Internacional do Brasil.

### **Hebe Vessuri**

PhD em Antropologia Social pela Universidade de Oxford, Reino Unido. Recebeu, em 2006, o Prêmio Nacional de Ciências da Venezuela. Pesquisadora emérita do Programa Nacional de Promoção do Pesquisador. Editora geral da revista *Educación Superior y Sociedad* da Unesco/IESALC. Preside o Conselho

## Comitê Científico

de Governo da Universidade das Nações Unidas (UNU), Tóquio. Integra o Comitê de Pacificação e de Revisão Científica do Conselho Mundial da Ciência (ICSU) e o Comitê de Ética da Ciência da Unesco. Atualmente, dirige o Departamento de Estudos da Ciência do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC), Caracas.

### **Heitor Gurgulino de Souza**

Bacharelado e licenciatura em Matemática pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1950), especialização em Física Nuclear pela Kansas University (1957), especialização em Física Nuclear – Laboratório Van de Graaff – pela Universidade de São Paulo (1959). Foi reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis); da Universidade das Nações Unidas (UNU), da Organização das Nações Unidas (ONU); e da Universidade de São Carlos (Ufscar). Foi ainda professor de Física na Ufscar; chefe de unidade de Ensino e Pesquisa na Organização dos Estados Americanos (OEA); e professor titular na Universidade Estadual Paulista (Unesp, Rio Claro).

### **Helgio Henrique Casses Trindade**

Doutor em Ciência Política pelo Institut d'Etudes Politiques de Paris, Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, 1971. Professor titular aposentado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi reitor da UFRGS e presidente da Comissão Nacional de Avaliação (Conaes); conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e

membro da Academia Brasileira de Ciências. Atualmente, é reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

### **Jair de Jesus Mari**

Possui graduação em Medicina pela Fundação Universitária do ABC, 1977. Doutor em Epidemiologia Psiquiátrica pela Universidade de Londres, 1986. Defendeu a Livre Docência no Departamento de Psiquiatria da Unifesp em 1995. Professor titular do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo. Professor honorário do Instituto de Psiquiatria, do King's College, Universidade de Londres. É o atual coordenador do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psiquiatria da Unifesp e coordenador do Instituto do Milênio do CNPq Saúde Mental e Violência. Atua principalmente nos seguintes temas: esquizofrenia, epidemiologia psiquiátrica, violência, cienciometria, avaliação de serviços de saúde mental, transtornos psiquiátricos na atenção primária e revisão sistemática.

### **Jesús Julio Castro Lamas**

Doutor em Ciências Técnicas, Cuba, 1987. Professor titular do Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría” (ISPJAE) desde 1985. Diretor de Educação da Pós-Graduação do Ministério da Educação Superior de Cuba e do Escritório Regional da Associação Universitária Ibero-Americana de Pós-Graduação para o Caribe e a América Central (AUIP), desde janeiro de 2000. Vice-reitor do ISPJAE, 1997 a 1999. Diretor de Relações Internacionais do ISPJAE, 1993

## Comitê Científico

a 1997. Diretor do Instituto de Geofísica e Astronomia, 1987 a 1989. Chefe do Departamento de Matemática do ISPJAE, 1978 a 1986. Especialista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em Moçambique, 1991 a 1992, e membro do Comitê Internacional do Programa Alban (Bolsas de Estudo de Alto Nível para a América Latina), da Comissão Europeia, 2001 a 2007.

### **Liovando Marciano da Costa**

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, 1971. Mestre em Fitotecnia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Viçosa, 1973. Doutor em Soil Science, University of Missouri System, 1979. Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFV de 1998 a 2000. Coordenador de Ciências Agrárias I da Capes por dois mandatos, de 1997 a 2001. De agosto 2006 a novembro de 2008, foi diretor do novo Campus UFV de Rio Paranaíba, onde foram criados os cursos de Agronomia, Administração, Ciência de Alimentos e Sistemas de Informação. Coordenador Geral da Central de Experimentação Pesquisa e Extensão do Triângulo Mineiro em Capinópolis, Minas Gerais, de 2005 a 2008. Atualmente, é professor titular da Universidade Federal de Viçosa.

### **Lourival Domingos Possani Postay**

Doutorado em Biofísica na Faculté des Sciences D'Orsay, da Université Paris, França (1970). Pesquisa na Rockefeller University,

em Nova Iorque, Estados Unidos (1971-1973); bolsista da Fundação Alexander Humboldt no Max Planck Institute de Dortmund, na Alemanha (1980-1982); professor associado do Baylor College of Medicine, em Houston, Estados Unidos (1986-1987). Pesquisador internacional da Fundação Howard Hughes Medical Institute, nos Estados Unidos (1991-2001). Pesquisador emérito do Instituto de Biotecnologia na Universidad Nacional Autónoma de México (1974-2012), membro da Academia de Ciências de América Latina (1999) e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Debrecen, na Hungria (2005).

### **Luiz Edson Fachin**

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1980) e mestrado e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986 e 1991, respectivamente). Pós-doutorado no Canadá. Pesquisador convidado do Instituto Max Planck, em Hamburgo, na Alemanha. Professor visitante do King's College, em Londres. É professor titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFPR; advogado; e membro de corpo editorial da Revista: de Derecho Comparado (Buenos Aires, Argentina); do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC); Crítica Jurídica (UNAM, México); Júris, da Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado (SP); Trimestral de Direito Civil (RTDC, Rio de Janeiro); e Brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo.



## Comitê Científico

### **Pedro Dolabella Portella**

Doutor em Ciências dos Materiais e Engenharia pela Universidade de Erlangen-Nuremberg, 1984. Professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 1984 a 1987. Pesquisador do Instituto Federal de Pesquisas de Materiais e Teste (BAM), 1987 a 1992. Atualmente, é chefe do Departamento de Engenharia de Materiais do BAM e membro do Conselho Editorial do *Praktische Metallographie* and *Journal of Failure Analysis and Prevention*.

### **Pierre Jaisson**

Doutorado em Ciências Naturais pela Universidade Pierre-et-Marie Curie, Paris 6, França, 1975. Reitor da Universidade Paris 13, 1982 a 1987. Presidente da União Internacional para Estudo dos Insetos Sociais (Iussi), 1990 a 1994. Fundador e presidente do Programa Ecos de Colaboração Científica entre a França e seis países da América hispanófono, 1992 a 2001. Presidente do Grupo de Consultores Científicos do Programa Alfa (América Latina Formação Acadêmica), da Comissão Europeia, 2000 a 2005. Vice-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Paris 13, 2003 a 2008. Professor titular de Etologia da Universidade Paris 13. Presidente do Cofecub desde 2006. Recebeu, em 2001, o grão de Oficial da Ordem Nacional da Legião de Honra.

### **Thomas Maack**

Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1961. Doutor em Medicina (Nefrologia) pela Escola Paulista de Medicina, 1980. É professor titular nos departamentos de Fisiologia e Medicina da Weill Medical College of Cornell University, Nova York, Estados Unidos, e professor emérito da FMUSP. Membro da Academia Brasileira de Ciências. As suas áreas principais de pesquisa são: transporte e metabolismo renal de proteínas e polipeptídeos e biologia dos peptídeos natriuréticos e seus receptores. Em sua bibliografia, constam mais de 100 artigos originais – que receberam mais de 7 mil citações na literatura científica.

### **Vahan Agopyan**

Doutorado em Engenharia Civil pela University of London King's College, 1982. Diretor da Escola Politécnica da USP. Diretor presidente do IPT. Coordenador de Ciência e Tecnologia da Secretaria do Desenvolvimento do estado de São Paulo. Atualmente, é professor titular de Materiais e Componentes de Construção Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo; pró-reitor de Pós-Graduação da USP; vice-presidente do CIB (International Council for Research and Innovation in Building and Construction); membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); presidente do Conselho de Superior do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen).

## Normas para Colaborações

1. A Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG), nos termos de seu regulamento, aceita para publicação trabalhos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros em forma de estudos e pesquisas de caráter acadêmico-científico (Estudos), opiniões (Debates) e experiências inovadoras (Experiências) relativos à educação superior, ciência e tecnologia, cooperação internacional e, em particular, à pós-graduação.

2. O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão dos direitos autorais à Capes.

3. A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

4. Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da Capes.

5. A critério do Conselho Editorial, poderão ser aceitas e publicadas colaborações em língua estrangeira.

6. Serão remetidos, a cada autor, 5 (cinco) exemplares da edição, em que for publicada sua colaboração.

### Envio de colaborações

7. As colaborações para as seções Estudos, Debates e Experiências devem ser enviadas para a Capes, para o e-mail [rbpg@capes.gov.br](mailto:rbpg@capes.gov.br), sob a forma de documento anexado à mensagem, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente:

- Mensagem: a) título do trabalho; b) dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores (nome, endereço para correspondência, telefone, endereço eletrônico, mais alta titulação acadêmica, instituição de vinculação, área de atuação, últimas duas ou três publicações ou publicações mais importantes, título da pesquisa em desenvolvimento), na ordem a figurar na publicação;
- Documento a ser anexado, sem menção de autoria e em formato word: a) título do trabalho; b) resumo em até 10 (dez) linhas e 3 a 6 palavras-chave, formadas

por expressões de no máximo 3 termos; c) “abstract” em até 10 (dez) linhas e 3 a 6 “keywords” formadas por expressões de no máximo 3 termos; d) “resumen” em até 10 (dez) linhas e 3 a 6 “palabras clave” formadas por expressões de no máximo 3 termos; e) texto do artigo ou matéria, incluindo notas e referências, com a formatação estabelecida; f) tabelas e gráficos, se utilizados.

8. As colaborações para as demais seções devem ser encaminhadas para o mesmo e-mail, não sendo exigido formato especial.

9. Não serão aceitas colaborações que não atendam às normas fixadas.

10. Os textos destinados às seções Estudos e Experiências devem ser digitados em fonte Times News Roman, corpo 12, espaço simples e não podem exceder 50 mil caracteres, incluindo os espaços e consideradas as referências bibliográficas, citações ou notas, quadros, gráficos, mapas etc. Os textos a serem publicados na seção Debates devem obedecer ao limite de 35 mil caracteres. Títulos e subtítulos devem respeitar o mesmo padrão, em negrito.

11. Os quadros, gráficos, mapas e imagens devem ser apresentados em folhas separadas do texto, indicando-se no corpo do texto os locais de inserção. Precisam também ser numerados e titulados, apresentar indicação das fontes correspondentes e ser em branco e preto.

12. Todas as referências bibliográficas devem obedecer às normas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), de acordo com os exemplos abaixo:

**Para livros:**

TERRA, J.C.C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial - uma abordagem baseada na aprendizagem e na criatividade. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

Obs.: o título de livro ou de artigos pode ser em negrito.

**Para artigos:**

MARTINS, R.P.; ARAUJO-LIMA, C. O desenvolvimento da Ecologia no Brasil. Infocapes, v. 8, n. 2, 2000, p. 81-85.

### **Para teses acadêmicas:**

VASCONCELOS, M. C. L. Cooperação universidade/empresa na pós-graduação: contribuição para a aprendizagem, a gestão do conhecimento e a inovação na indústria mineira. Tese de doutorado. Escola de Ciência da Informação, 2000, Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Para documentos eletrônicos:**

VARGAS, R. T. Reflexões sobre a integração universidade-empresa estudo de caso: mestrado profissionalizante. Disponível em: <<http://www.geocities.com/anpgbr/mestp.html>>. Acesso em: 30 set. 2001.

13. As menções a autores, no corpo do texto, devem subordinar-se à forma: autor (data) ou (AUTOR, data).

**Exemplo: Fischer (2002); (PEREIRA e FONSECA, 1997, p. 120).**

14. As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas, numeradas e apresentadas no pé-de-página.

15. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e os textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética.

### **Seleção de matérias**

16. As colaborações para as seções Estudos, Debates e Experiências serão submetidas a, pelo menos, dois membros do Comitê Científico da revista ou colaboradores ad hoc por eles indicados, sem identificação do autor.

17. Se a matéria for aceita para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas, somente serão incorporadas mediante concordância dos autores.

18. Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para reformulação por parte dos autores. Nesses casos, a comissão editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos pareceristas.

19. O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até oito dias úteis.